

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Solvi Participações S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Solvi Participações S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Solvi Participações S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solvi Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Atividades operacionais da controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”)

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras, que descreve sobre o termo de acordo para a continuidade da prestação dos serviços da controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) até 30 de junho de 2027. Em 31 de dezembro de 2025, a Guamá possui ativos totais de R\$88.801 mil (R\$86.001 mil em 31 de dezembro de 2024) e passivos totais de R\$44.922 mil (R\$49.608 mil em 31 de dezembro de 2024) registrados nas demonstrações

financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, as operações da Guamá vêm sendo financiadas, basicamente, através de recursos fornecidos pela controlada Revita Engenharia Ambiental S.A. conforme apresentado na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Ênfase”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa 17, em 31 de dezembro de 2025, os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$572.297 mil. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, as incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- (i) Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos

auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;

- (ii) Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- (iii) Teste matemático das projeções de resultados;
- (iv) Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- (v) Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- (vi) Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Como consequência das operações a Companhia e suas controladas assumem obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na nota explicativa 24. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chorume, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente.

Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Com auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de capacidade considerados em relação as licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente;
- (ii) Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e

(iii) Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos a necessidade de ajustes de auditoria na provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, sendo estes ajustes não registrados pela diretoria, tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os

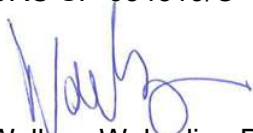
propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria..

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Solvi Participações S.A.
Balancos patrimoniais
para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota						Nota				
	Explicativa	2025	2024	2025	2024		Explicativa	2025	2024	2025	2024
ATIVO											
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	6	253	28	433.365	522.109	Fornecedores	18	352	280	313.986	278.141
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	12.736	-	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	131.465	70.412
Contas a receber de clientes	8	-	63	698.299	594.843	Debêntures e notas comerciais	20	-	-	387.362	354.659
Estoques	10	-	-	79.552	91.942	Passivo de arrendamento	21	-	-	54.108	12.212
Dividendos a receber	12	71.182	519	22.291	4.301	Salários, benefícios e encargos sociais	23	-	-	168.213	128.990
Impostos a recuperar	13	1.376	2.807	126.303	124.808	Impostos, taxas e contribuições	27	168	261	127.624	164.038
Outras contas a receber	9	275	103	36.662	35.935	Dividendos a pagar	12	61.176	-	89.045	25.174
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	33.969	20.875	Adiantamentos de clientes	-	-	-	15.760	14.082
Ativos mantidos para venda	11	-	-	31.089	16.145	Outras contas a pagar	-	-	-	33.444	101.645
Total do ativo circulante		73.086	3.520	1.474.266	1.410.958	Ônus de outorga	25	-	-	142.295	39.388
						Contas a pagar por aquisição de investimento	26	-	-	4.737	168.033
						Total do passivo circulante		61.696	541	1.468.039	1.356.774
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo:						NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	41.187	31.265	Fornecedores	18	-	-	2.111	2.005
Impostos a recuperar	13	1.565	-	85.583	46.955	Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	31.327	33.785	1.640	-
Contas a receber de clientes	8	-	-	164.066	216.101	Dividendos a pagar	12	-	-	41.351	42.750
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	13.309	33.737	8.210	17.877	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	636.576	524.657
Ativo financeiro de concessão	37.2	-	-	50.401	3.439	Debêntures e notas comerciais	20	-	-	1.829.691	1.420.979
Dividendos a receber	12	-	15.800	839	839	Passivo de arrendamento	21	-	-	184.598	63.850
Ativo fiscal diferido	28	-	-	153.215	180.578	Impostos, taxas e contribuições	27	-	-	3.893	2.660
Outras contas a receber	9	-	-	65.841	62.620	Passivo fiscal diferido	28	-	-	347.489	365.077
Depósitos judiciais		11.085	11.058	48.827	76.577	Provisão para perda em investimentos	14	-	-	66	216
		25.959	60.595	618.169	636.251	Provisões	24	35.831	16.644	225.240	276.827
						Adiantamento de Clientes	37.2	-	-	80.526	44.737
						Outras contas a pagar	-	-	-	13.314	12.027
						Ônus de outorga	25	-	-	1.097.418	1.316.865
						Total do passivo não circulante		67.158	50.429	4.463.913	4.072.650
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Investimentos	14	1.187.442	1.185.873	249.430	246.180	Capital social	29	440.450	440.450	440.450	440.450
Imobilizado	15	-	-	2.848.429	2.454.757	Reserva de capital		656.644	655.190	656.644	655.190
Direito de uso - Arrendamento	16	-	-	231.026	69.923	Reservas de lucros		7.563	42.796	7.563	42.796
Intangível	17	-	-	2.595.818	2.660.832	Ajustes de avaliação patrimonial		52.976	60.582	52.976	60.582
		1.187.442	1.185.873	5.924.703	5.431.692	Total do patrimônio líquido dos controladores		1.157.633	1.199.018	1.157.633	1.199.018
Total do ativo não circulante		1.213.401	1.246.468	6.542.872	6.067.943	Participação dos não controladores		-	-	927.553	850.459
						Total do patrimônio líquido		1.157.633	1.199.018	2.085.186	2.049.477
TOTAL DO ATIVO		1.286.487	1.249.988	8.017.138	7.478.901	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.286.487	1.249.988	8.017.138	7.478.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Solvi Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	30	-	-	3.514.178	2.675.486
Custo dos serviços prestados	31	-	-	(2.177.305)	(1.797.036)
Lucro bruto		-	-	1.336.873	878.450
Receitas e despesas operacionais					
Despesas comerciais	32	(132)	-	(36.253)	(14.807)
Despesas administrativas	33	(1.022)	(1.872)	(328.530)	(260.901)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	34	(35.262)	(1.779)	(84.024)	69.704
Resultado de equivalência patrimonial	14	123.292	94.994	27.628	13.333
Receitas e despesas operacionais líquidas		86.876	91.343	(421.179)	(192.671)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		86.876	91.343	915.694	685.779
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	35	10.163	6.999	128.561	98.812
Despesas financeiras	35	(4.896)	(9.940)	(535.822)	(390.216)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		5.267	(2.941)	(407.261)	(291.404)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		92.143	88.402	508.433	394.375
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	28	(965)	(6)	(241.734)	(184.203)
Diferido	28	-	-	(7.699)	(6.464)
Incentivo lucro da exploração		-	-	24.229	4.801
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		91.178	88.396	283.229	208.509
Operações descontinuadas					
Prejuízo após os tributos proveniente de operações descontinuadas	11(a)	-	-	(8.694)	(1.229)
Lucro líquido do exercício		91.178	88.396	274.535	207.280
Atribuível à:					
Acionista da controladora				91.178	88.396
Participação de não controladores				183.357	118.884
				274.535	207.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Solvi Participações S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	91.178	88.396	274.535	207.280
Ajustes de hiperinflação de investimentos na Argentina/CTI	10.682	22.978	11.012	23.478
Ajustes acumulados de conversão	(19.161)	34.008	(19.418)	37.688
Remensuração do passivo de benefício definido	873	-	1.027	-
Total do resultado abrangente da Companhia	83.572	145.382	267.156	268.446
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			83.572	145.382
Acionistas não controladores			183.584	123.064
Resultado abrangente total			267.156	268.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Solvi Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Reserva especial de ágio	Lucros (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	440.450	563.166	-	-	3.143	(5.090)	41.610	1.043.279	135.620	1.178.899
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	88.396	-	88.396	118.884	207.280
Reserva legal	-	-	4.420	-	-	(4.420)	-	-	1.225	1.225
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	3.275	3.275
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	35.233	-	(35.233)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - nota explicativa 29	-	-	-	-	-	(20.994)	-	(20.994)	(148.297)	(169.291)
Dividendos adicionais propostos - nota explicativa 29	-	-	-	-	-	(22.659)	-	(22.659)	-	(22.659)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(271)	(271)
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina - nota explicativa 14	-	-	-	-	-	-	22.978	22.978	500	23.478
Ajustes acumulados de conversão - nota explicativa 14	-	-	-	-	-	-	34.008	34.008	3.680	37.688
Transação de venda de ações em controladas – nota explicativa 29	-	27.749	-	-	-	-	-	27.749	-	27.749
Redução de minoritário em função da venda de participação societária – nota explicativa 1.2.1	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.305)	(58.305)
Ganho na venda de investimento para controlada do grupo - nota explicativa 1.1.1	-	64.275	-	-	-	-	(38.014)	26.261	813	27.074
Adição de minoritário em função da venda de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	347.167	347.167
Adição de minoritário em função da Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	446.168	446.168
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	440.450	655.190	4.420	35.233	3.143	-	60.582	1.199.018	850.459	2.049.477
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.178	-	91.178	183.357	274.535
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	72.203	72.203
Transação com acionistas	-	148	-	-	-	-	-	148	-	148
Compra de ações – nota explicativa 29	-	507	-	-	-	-	-	507	15	522
Transação de venda de ações em controladas – nota explicativa 29	-	799	-	-	-	-	-	799	795	1.594
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	68.383	-	(68.383)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - nota explicativa 29	-	-	-	-	-	(22.795)	-	(22.795)	-	(22.795)
Dividendos adicionais propostos - nota explicativa 29	-	-	-	(103.616)	-	-	-	(103.616)	(175.387)	(279.003)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(350)	(350)
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina - nota explicativa 14	-	-	-	-	-	-	10.682	10.682	330	11.012
Ajustes acumulados de conversão - nota explicativa 14	-	-	-	-	-	-	(19.161)	(19.161)	(257)	(19.418)
Remensuração do passivo de benefício definido – nota explicativa 14	-	-	-	-	-	-	873	873	154	1.027
Redução de minoritário em função da venda de participação societária – nota explicativa 1.2.g.i	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.766)	(3.766)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	440.450	656.644	4.420	-	3.143	-	52.976	1.157.633	927.553	2.085.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Solvi Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	2025	2024	2025	2024
Das atividades operacionais					
Lucro após os tributos sobre o lucro das operações em continuidade		91.178	88.396	283.229	208.509
Prejuízo antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas		-	-	(8.694)	(1.229)
		91.178	88.396	274.535	207.280
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciações, amortizações, exaustões e ativo do direito de uso	15, 16 e 17	-	-	347.546	238.728
Baixa de imobilizado e intangível	11, 15 e 17	-	-	4.359	121.334
Resultado de equivalência patrimonial	14	(123.292)	(94.994)	(27.628)	(13.333)
Ajuste a valor presente - Contas a receber de clientes	8	-	-	9.394	-
Redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível	15 e 17	-	-	639	(23.888)
Atualização financeira na aquisição de investimento	26	-	(942)	10.050	(83.306)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, arrendamento, debentures e notas comerciais	19,20 e 21	-	-	411.583	277.538
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	22	(2.732)	(4.108)	(1.361)	(2.599)
Rendimentos financeiros inerentes a títulos e valores mobiliários	7	-	-	(2.149)	(696)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	22	(2.458)	8.591	321	-
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	24	-	-	(75.640)	(64.082)
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	24	-	-	7.262	1.607
Provisão para crédito liquidação duvidosa	8	63	-	20.239	(16.567)
Ajuste ao valor recuperável de ágio	17	1.148	-	7.797	6.812
Provisão para contingências	24	(1.031)	(1.311)	(10.403)	(11.960)
Provisão de imposto de renda e contribuição social	28	965	6	217.505	179.402
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	-	-	7.699	6.464
Provisão para obrigações contratuais futuras	24	-	-	8.005	2.252
Reversão de ativo financeiro de concessão	37.2	-	-	-	7.898
Provisão para incentivo de longo prazo	24	33.866	-	33.866	-
Atualização financeira sobre o ônus de concessão	25	-	-	24.256	17.054
Aumento / Redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	8	-	1.404	(88.531)	(81.504)
Partes relacionadas	22	-	-	(8.523)	(1.620)
Impostos a recuperar	13	(134)	(131)	(40.123)	(21.099)
Estoques	10	-	-	12.390	(14.226)
Dividendos recebidos	12	59.412	43.653	7.184	529
Outras contas a receber	9	(172)	1.010	2.092	65.465
Adiantamento a fornecedores		-	1	(13.094)	(12.635)
Depósitos judiciais		(27)	3.724	12.168	(3.307)
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	-	-	-	1.470
Aumento / Redução nos passivos operacionais					
Fornecedores	18	83	(9)	52.281	(65.714)
Partes relacionadas	22	(11)	8	3.018	(1.863)
Salários benefícios e encargos sociais	23	-	(37)	39.223	(10.930)
Impostos taxas e contribuições	27	(93)	160	(22.447)	46.804
Impostos de renda e contribuição social	27	(415)	(6)	(87.593)	(106.545)
Adiantamento de clientes		-	-	37.467	48.804
Outras contas a pagar		(13.500)	-	(221.210)	30.732
Caixa proveniente das operações		42.850	45.415	952.177	724.299
Pagamento de impostos sobre o lucro		(550)	-	(142.646)	(47.719)
Mútuos ativos - recebimento de juros	22	552	-	242	72
Debentures e notas comerciais - juros pagos	20	-	-	(339.288)	(211.042)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	19	-	-	(60.615)	(33.947)
Passivo de arrendamento - juros pagos	21	-	-	(13.235)	(6.042)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		42.852	45.415	396.635	425.621
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	(20.509)	(4.434)
Mútuos ativos – concedidos	22	-	(5.280)	(865)	(3.538)
Mútuos ativos - recebimento principal	22	22.608	3.542	9.848	5.108
Aumento de capital social em controladas	14	-	-	(14.682)	(19.666)
Aquisição de ativo imobilizado	15	-	-	(628.655)	(468.277)
Aquisição de intangível	17	-	-	(51.129)	(18.443)
Pagamento de aquisição de investimentos	26	-	-	(180.878)	-
Aquisição de subsidiária, líquida de caixa adquirido	1.1.4	-	-	-	(97.111)
Venda de ativo imobilizado e outros ativos mantidos para venda		-	-	563	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		22.608	(1.738)	(886.307)	(606.361)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Mútuos passivos – captação	22	-	-	3.122	-
Debentures e notas comerciais – pagamento de principal	20	-	-	(1.285.009)	(136.485)
Emissão de debentures e notas comerciais	20	-	-	1.783.000	550.000
Gastos com captação de debentures	20	-	-	(31.462)	-
Empréstimos e financiamentos – captação	19	-	-	302.566	289.078
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	19	-	-	(153.153)	(125.720)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal	21	-	-	(51.013)	(20.863)
Dividendos pagos		(65.235)	(43.653)	(239.326)	(78.773)
Aumento de capital social		-	-	72.203	3.275
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(65.235)	(43.653)	400.928	480.512
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		225	24	(88.744)	299.772
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	6	28	4	522.109	222.337
No final do exercício	6	253	28	433.365	522.109
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		225	24	(88.744)	299.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Solvi Participações S.A. ("Companhia ou "Solvi Participações"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Gonçalo Madeira, 400, bairro Jaguaré, município de São Paulo - SP é a entidade controladora do Grupo Solvi, com participações diretas de 94% na Solvi Essencis Ambiental S.A e 50,1% na Solvi Exc Participações S.A.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental com suas respectivas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Solvi" e individualmente como "entidades do Grupo").

A Companhia e suas controladas direta e indiretas controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2025 as participações societárias detidas direta e indiretamente pela Companhia e suas respectivas áreas de atuação estão descritas conforme nota explicativa 14.1.

1.1 Aquisições de empresas e efeitos de combinação de negócios

1.1.1 Aquisições de empresas

a) Catarinense

A Catarinenses Engenharia Ambiental S. A. (denominada "Catarinense") presta os serviços de construção, instalação, operação e monitoramento, incluindo elaboração de projetos de uma Central de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Industriais, composta por um aterro para disposição de resíduos e seus órgãos acessórios e complementares na forma especificada no Termo de Concessão de Uso, celebrado em 03/05/1999, originário do Edital de Concorrência Pública nº 298/98, promovida pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Joinville-SC

A Solvi Essencis Ambiental S.A. ("Compradora"), em 16 de julho de 2024, por meio de instrumento particular de compra e venda, adquiriu da Construtora Fortunato Ltda. (denominada "Fortunato" ou "Vendedora"), a participação societária de 9% na Catarinense, correspondente à 252 ações com valor nominal de R\$252 representativas do capital social da sociedade que declaram livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus, sob o valor de venda de R\$7.000, os quais R\$4.000 foram pagos à vista e o restante pago pela Compradora à Vendedora, em 16 de julho de 2025, com valor corrigido pela variação acumulada do IPCA desde a data de formalização do instrumento até a data do efetivo pagamento.

A aquisição pela Solvi Essencis Ambiental contribui com a sua estratégia de aquisição do controle da empresa Catarinense que já possui com carteira de clientes estabelecida e com oportunidade de expandir seu market share com a operação em resíduos classe I e classe II, visando obter retornos futuros.

Após essa operação, a Solvi Essencis Ambiental passou a ser detentora de 63% das quotas da Catarinense.

b) Cetrel S.A.

A Cetrel S.A. tem por objetivo prestar os seguintes serviços de engenharia ambiental, principalmente aos seus acionistas ("Brasken") e usuários localizados na área de influência do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia:

Efluentes líquidos - coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes industriais, os quais estão submetidos aos condicionantes da licença de operação do sistema de efluentes líquidos através da Portaria INEMA nº 21.627/20.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Unidade de incineração de resíduos líquidos - processamento e queima de resíduos líquidos organoclorados e perigosos, incluindo Ascarel (PCBs), os quais estão submetidos aos condicionantes da licença de operação da planta de incineração de líquido através da Portaria INEMA nº 23.980/21.

Unidade de incineração de resíduos sólidos - processamento e queima de resíduos sólidos perigosos e contaminados com Ascarel (PCBs), os quais estão submetidos aos condicionantes da licença de operação da planta de incineração de sólido através da Portaria INEMA nº 23.980/21.

Unidade de resíduos sólidos - disposição em aterros industriais, incluindo materiais compostos de amianto. Estocagem provisória, manuseio, trituração e blendagem de resíduos para tratamento térmico via coprocessamento, os quais estão submetidos aos condicionantes da licença de operação do sistema de disposição de resíduos especiais através da Portaria INEMA nº 25.589/22 e da licença de operação para processar resíduos e operar unidade de estocagem temporária de resíduos sólidos através da Portaria INEMA nº 23.618/21

Gerenciamento Ambiental - realiza atividades de gestão ambiental, de monitoramento da qualidade do ar, meteorologia e hidrometeorologia, de monitoramento de solo, águas subterrâneas e superficiais, efluentes, rios, mar e consultoria ambiental e remediação e gestão de áreas contaminadas, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação do polo industrial de Camaçari através da Portaria INEMA nº 16.507/18.

A Cetrel detém participação societária direta nas empresas a seguir:

- (i) 100% das ações da Companhia Distribuidora de Água Camaçari S.A., (denominada “DAC”), as atividades realizadas pela sua controlada, com base em contratos de serviços de longo prazo, são representadas preponderantemente pelo fornecimento de águas clarificada, desmineralizada, potável e industrial conforme especificações estabelecidas, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação através da Portaria INEMA nº 27.186/22.
- (ii) 50% das quotas da Companhia Cetech Serviços S.A, (denominada “Cetech”), a Cetech resultante de um acordo de joint venture em 2021 entre a Cetrel e a Tetra Tech Engenharia e Consultoria Ltda., tem como objetivo prestar serviços de investigação e remediação de passivos ambientais nas instalações da Unidade Cloro Soda 2 da Braskem, no período de 12 anos, a partir da constituição da Companhia.

Em 30 de setembro de 2024, nos termos do Acordo de Investimento, datado de 13 de junho de 2024, a Braskem transferiu para a GRI - Gerenciamentos de Resíduos Industriais S.A. a totalidade das ações de emissão da Cetrel por ela detidas da seguinte forma:

- (iii) alienação da GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (denominada “Nova GRI”) de 498.436 (quatrocentas e noventa e oito mil, quatrocentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Cetrel de titularidade da Braskem, representativas de 24,46% (vinte e quatro virgula quarenta e seis por cento) do capital social da Cetrel (“Ações Cetrel Alienadas”); pelo valor de R\$293.500, dos quais R\$208.500 foi pago à vista e o restante de R\$85.000 pago pela Solvi Essencis em 30 de setembro de 2025 ; e
- (iv) subscrição pela Braskem de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, representativas de 39,24% (trinta e nove virgula vinte e quatro por cento) do capital social da Cetrel, integralizadas por meio de aporte de 771.592 (setecentas e setenta e uma mil, quinhentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Cetrel de titularidade da Braskem, representadas pelo valor de R\$454.345, de modo que a totalidade da participação acionária detida pela Braskem de emissão da Cetrel passou a ser diretamente detida pela “Nova GRI” e o capital social total da “Nova GRI” passou a ser detido pela Solvi Essencis e pela Braskem (“Operação”), observados os termos e condições previstos no Acordo de Investimento.

Após essa operação, a “Nova GRI” passou a ser detentora de 63,70% das quotas da Cetrel.

Em 11 de novembro de 2024, por meio de um “Acordo de Investimento” entre a Companhia, a Braskem,

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a Nova GRI e a Plaiind Investimentos S.A. (denominada “Plaiind”) — HoldCo controlada pela Companhia (com 50,1%) e pela Braskem (com 49,9%) —, mediante cisão parcial da Nova GRI e venda do investimento para a Cetrel, a “Plaiind” passou a deter a participação de 63,70% das quotas da Cetrel.

Com a aquisição da Cetrel, o Grupo Solvi Essencis visa expandir sua atuação no mercado brasileiro e, a partir da sinergia entre as operações.

Essa operação representa um passo estratégico importante, pois cria uma plataforma única de prestação de serviços imprescindíveis para atender as demandas do setor industrial brasileiro em nível nacional, impulsionando um futuro mais sustentável e inovador, ampliando o portfólio de serviços oferecidos aos nossos clientes, já que a Cetrel tem papel relevante na gestão de processos ambientais das atividades do Polo Industrial de Camaçari.

1.1.2 Valor justo reconhecido na aquisição

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Catarinense 16/07/2024	Ajuste (b)	Catarinense Ajustado	Cetrel 30/09/2024	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6.604	-	6.604	108.785	115.389
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	16.346	16.346
Contas a receber de clientes	4.829	-	4.829	62.280	67.109
Estoques	618	-	618	13.462	14.080
Impostos a recuperar	1.428	-	1.428	19.499	20.927
Outras contas a receber	4.445	-	4.445	33.833	38.278
Adiantamento a fornecedores	56	-	56	782	838
Ativo fiscal diferido	724	-	724	-	724
Depósitos judiciais	-	-	-	4	4
Investimentos	-	-	-	1.099	1.099
Imobilizado	40.384	2.937	43.321	1.070.377	1.113.698
Direito de uso - Arrendamento	-	-	-	8.693	8.693
Intangível	1	-	1	163.065	163.066
Intangível - Relacionamento com clientes	-	-	-	63.981	63.981
Intangível - Licença de operação	23.223	3.171	26.394	80.368	106.762
	82.312	6.108	88.420	1.642.574	1.730.994
Passivos					
Fornecedores	675	-	675	22.150	22.825
Empréstimos e financiamentos	3.536	-	3.536	7.607	11.143
Debêntures e notas comerciais	-	-	-	88.661	88.661
Passivo de arrendamento	-	-	-	6.922	6.922
Salários, benefícios e encargos sociais	1.043	-	1.043	24.834	25.877
Impostos, taxas e contribuições	436	-	436	9.137	9.573
Imposto de renda e contribuição social	1.778	-	1.778	6.721	8.499
Dividendos a pagar	-	-	-	964	964
Adiantamentos de clientes	11	-	11	268	279
Outras contas a pagar	-	-	-	26.041	26.041
Passivo fiscal diferido	12.125	2.076	14.201	249.939	264.140
Provisões	8.652	-	8.652	25.318	33.970
	28.256	2.076	30.332	468.562	498.894
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	54.056	4.032	58.088	1.174.012	1.232.100
Contraprestação e participação de não controladores total	69.001	-	69.001	1.174.012	1.243.013
Ágio na aquisição (a)	14.945	(4.032)	10.913	-	10.913

(a) O ágio gerado representa a expectativa da Companhia em obter sinergias por meio da prestação integrada dos serviços aos seus clientes, além dos benefícios advindos da combinação dos ativos e das atividades contempladas na aquisição do negócio. Esse ágio foi integralmente alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC) do Grupo Solvi Essencis, sendo inicialmente registrado no valor de R\$ 14.945.

(b) Após um período de um ano desde o registro inicial, foi realizada uma reavaliação detalhada das mais-valias referentes aos ativos imobilizados e intangíveis, o que resultou em um ajuste no valor do ágio de R\$ 4.032, refletindo a atualização do valor justo desses ativos.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1.3 Ativos intangíveis decorrentes da combinação de negócios

O valor justo dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios são detalhados abaixo, bem como a avaliação final, concluída dentro do período de 12 meses após as aquisições.

	Cetrel			
Relacionamento com Clientes	63.981			
Metodologia de avaliação	MPEEM (*)			
Vida útil estimada	27 anos			
Taxa de desconto	14,6%			
Fonte de informação	Projeções internas da administração			

	Catarinense	Licença I	Cetrel	Licença II
Licenças de Funcionamento	26.394	29.727		50.641
Metodologia de avaliação	Com e Sem (**)	Com e Sem (**)		Com e Sem (**)
Vida útil estimada (i)	29 anos	3 anos		8 anos
Taxa de desconto (ii)	14,2%	14,6%		14,6%
Fonte de informação	Projeções internas da administração	Projeções internas da administração		Projeções internas da administração

- (i) As vidas úteis foram estimadas com base em referências internas.
(ii) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor

(*) Método de Lucros Excedentes Multiperíodo (MPEEM)

(**) No cálculo das licenças, foi utilizado o método “com e sem”, de diferencial de fluxo de caixa assumindo “com” licença a empresa teria o desempenho esperado em seu orçamento e plano de negócios de longo prazo e “sem” licença a empresa teria um atraso de fluxo de caixa de 3 anos mais os custos das licenças.

1.1.4 Contraprestação paga

O valor justo da contraprestação paga na combinação de negócios foi a seguinte:

	Catarinense	Cetrel	Total
Contraprestação em dinheiro paga aos acionistas vendedores	4.000	208.500	212.500
Consideração em dinheiro a ser paga aos acionistas vendedores	3.000	85.000	88.000
Remensuração da participação anteriormente detida (a)	42.000	-	42.000
Subscrição de ações (nota explicativa 1.1.1.b)	-	454.345	454.345
Contraprestação total transferida	49.000	747.845	796.845
Participação de não controladores nas aquisições (b)	20.001	426.167	446.168
Contraprestação e participação de não controladores total	69.001	1.174.012	1.243.013

- (a) O Grupo reconheceu o ganho de R\$25.876 como resultado da mensuração a valor justo de sua participação anteriormente detida pela diferença do valor justo da participação de 54% que possuía antes da combinação de negócios. Equivalente a R\$42.000, e o valor contábil de R\$16.125 registrado no momento da aquisição. O ganho está incluso em Outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2024.
- (b) o Grupo reconheceu Participação de não controladores nas aquisições pela participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos ao valor justo identificáveis da adquirida.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

	Catarinense	Cetrel	Total
Contraprestação em dinheiro paga aos acionistas vendedores	4.000	208.500	212.500
Caixa adquirido	(6.604)	(108.785)	(115.389)
Caixa líquido (adquirido)/pago da controlada	(2.604)	99.715	97.111

1.1.5 Custos relacionados com a aquisição

O Grupo apurou até 30 de setembro de 2024, os custos relacionados às aquisições no montante de R\$12.734 e reconhecidos na demonstração do resultado em despesas administrativas além de R\$350 incorridos até 31 de dezembro de 2024 como custos adicionais relacionados às aquisições em 2024.

1.1.6 Demonstrações dos resultados

A demonstração de lucros ou perdas da data de aquisição até 31 de dezembro de 2024 para todas as empresas adquiridas em 2024 é apresentada abaixo:

	Catarinense	Cetrel	
	16/07/2024 a	30/09/2024 a	Total
	31/12/2024	31/12/2024	
Receita operacional líquida	26.081	149.825	175.906
Custo dos serviços prestados	(14.146)	(104.226)	(118.372)
Lucro bruto	11.935	45.599	57.534
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	(69)	(1.363)	(1.432)
Despesas administrativas	(1.507)	(17.194)	(18.701)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	394	2.528	2.922
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	75	75
Receitas e despesas operacionais líquidas	(1.182)	(15.954)	(17.136)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	10.753	29.645	40.398
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	488	3.740	4.228
Despesas financeiras	(505)	(10.803)	(11.308)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(17)	(7.063)	(7.080)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.736	22.582	33.318
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(2.488)	(2.730)	(5.218)
Diferido	(1.043)	(585)	(1.628)
Lucro líquido do período	7.205	19.267	26.472

A receita total e o lucro líquido do Grupo são apresentados abaixo em uma base proforma, assumindo que as aquisições ocorreram no início do ano de cada aquisição:

	01/01/2024 a
	31/12/2024
Receita líquida total proforma	3.147.132
Lucro líquido proforma	323.131

Estas informações financeiras proforma são apresentadas apenas para fins informativos e não pretendem representar quais seriam os resultados das operações do Grupo se ela tivesse concluído a aquisição na data assumida, nem são necessariamente indicativas dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

1.2 Restruturação societária

a. Solvi Exc Participações S.A.

Em assembleia realizada em 15 de janeiro de 2024, foi constituída a sociedade por ações de capital fechado, Solvi Exc Participações S.A, (denominada “SOLVI EXC”), com capital social no valor de R\$1 (Um mil reais), representado por 1.000 (Um mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo preço de R\$1 (Um Real) cada um cada, totalmente integralizados pelos acionistas fundadores, “Solvi Participações” com 999 (novecentos e noventa e nove) ações ordinárias e nominativas e a “Solvi Essencis” com 1 (uma) ação ordinária e nominativa, objetivando abarcar investidores (“Executivos do Grupo”) selecionados pela Companhia como Partnership.

Em 17 de maio de 2024, foi deliberado a emissão de novas ações da Solvi EXC, mediante a criação e emissão de novas ações ordinárias e preferenciais nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$53.850.

A emissão das novas ações foram aprovadas da seguinte forma:

- Emissão de 26.978.354 (vinte e seis milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1 (um real) cada, onde R\$26.978 foram destinados a conta de capital social; e;

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Emissão de 26.871.652 (vinte e seis milhões, oitocentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1 (um real) cada, onde R\$26.872, que foram destinados a conta de reserva de capital.

O montante de R\$26.978, foi integralizado mediante a conferência à Companhia de 16.882.924 (dezesesseis milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 6% (seis por cento) do capital social da Solvi Essencis; e o valor de R\$26.872 foi integralizado em 26 de junho de 2024.

b. Solvi Saneamento Ltda.

Em 18 de janeiro de 2024, por meio de instrumento particular de compra e venda, A Solvi Essencis, transferiu para a Servy Participações em Saneamento Ltda., (denominada "SERVY"), de forma onerosa, a totalidade de sua participação na Solvi Saneamento Ltda, (denominada "SOLVI SANEAMENTO"). representada por 552.673 (quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e três) quotas do capital social da sociedade. O valor do investimento SOLVI SANEAMENTO era de R\$4, com um valor de venda de R\$1, gerando uma perda na venda do investimento de R\$ 3.

c. Revita Engenharia S.A.

Em 26 de março de 2024, a Revita Engenharia S.A. (denominada "REVITA"), realizou um aporte de capital na sua controlada Revita Bahia S.A. (denominada "REVITA BAHIA"), com acervo líquido registrado no balanço patrimonial da REVITA levantado em 29 de fevereiro de 2024, ao custo histórico constituído no valor de R\$127.246, mediante a transferência de ativo de investimento societário corresponde a 100% das quotas da:

- Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.;
- Termoverde Salvador S.A.;
- Essencis BA S.A.; e
- Águas Claras Ambiental – Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.

Segue abaixo o acervo contábil aportado pela Revita Engenharia S.A. na Revita Bahia S.A.:

ATIVO	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	127.246
INVESTIMENTOS SOCIETÁRIOS	
Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.	67.178
Termoverde Salvador S.A.	35.276
Essencis BA S.A.	14.608
Águas Claras Ambiental – Centro de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.	10.184
TOTAL DO ATIVO	127.246
CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR NO APORTE	127.246

d. GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.

Em 30 de julho de 2024, por meio de instrumento particular de compra e venda, a GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.(denominada "GRI Koleta"), transferiu para sua controladora direta à Solvi Essencis, de forma onerosa, a totalidade de sua participação na GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A (denominada "Nova GRI"), correspondente à 23.546 (vinte e três mil, quinhentos e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sob o valor de venda de R\$25.928. O pagamento será em até um ano à partir da data da transação.

e. Emergenciall Emergência Ambientais Ltda.

Em 05 de agosto de 2024, por meio de instrumento particular de "Cessão de quotas", a Solvi Essencis, transferiu para sua controladora direta GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (denominada "Nova GRI"), a totalidade de sua participação de 100% das cotas da Emergenciall Emergência Ambientais Ltda., (denominada "Emergenciall), correspondente à 250 (duzentos e cinquenta) quotas sociais e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, todas subscritas e integralizadas em favor da GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A (denominada "Nova GRI").

f. GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.

i. Cisão Parcial

Em 11 de novembro de 2024, por meio de instrumento particular, ocorreu a cisão parcial da controlada GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. denominada “Nova GRI”, tendo entre seus ativos ações de emissão da Cetrel S.A.

As ações da “Nova GRI” detidas pela Solvi Essencis e a Braskem S.A. denominada “Braskem”, onde em ato contínuo, o acervo cindido foi incorporada pela Plaind Investimentos, denominada “Plaind”. A “Plaind”, incorporadora do acervo é uma sociedade pré-operacional, constituída em 18 de julho de 2024 pela Solvi Essencis, acionista controladora da Nova GRI ora cindida.

A proposta da Cisão Parcial se justifica pelo interesse de segregação de determinados ativos e passivos do patrimônio líquido da Nova GRI, com a transferência para a “Plaind” incorporadora, para fins de reorganização societária, visando uma melhor organização patrimonial das partes, com a segregação das atividades operacionais, de forma tal Acervo cindido possa ter uma estrutura de capital próprio, com esperada otimização de recursos materiais e financeiros, de modo que seus objetivos sejam alcançados com maior eficiência. A cisão servirá também para facilitar as decisões de investimento e desinvestimentos pelas partes de forma segregada.

Em decorrência da cisão parcial da Nova GRI e consequente a transferência do acervo cindido para a Plaind, o capital social da Nova GRI foi reduzido em R\$654.573, correspondente ao valor líquido contábil do acervo cindido, de forma que o capital social da Nova GRI, passou de R\$683.320 para R\$28.946, sem o cancelamento das ações de emissões da Nova GRI, permanecendo o capital social dividido em 474.397 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal distribuídas entre seus acionistas.

Como resultado da incorporação do acervo cindido pela Plaind, o seu capital social foi aumentado em R\$654.573, passando de R\$1, dividido em 1 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$654.574, dividido em 654.574 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de 654.573 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1 cada, subscritas e integralizadas, mediante acervo cindido, pelos acionistas da Nova GRI na proporção da participação detida por cada em seu capital social.

Após a cisão da Nova GRI e a incorporação do acervo pela Plaind, os respectivos capitais sociais estão distribuídos assim entre os seus respectivos acionistas:

Companhia Cindida - Nova GRI		
Acionistas	Ações	%
Solvis Essencis Ambiental S.A.	237.673	50,1%
Braskem S.A.	236.724	49,9%
Total	474.397	100%

Companhia Incorporadora – Plaind		
Acionistas	Ações	%
Solvis Essencis Ambiental S.A.	327.942	50,1%
Braskem S.A.	326.632	49,9%
Total	654.574	100%

Segue abaixo o acervo líquido contábil cindido na Nova GRI e aportado na Plaind:

Total do Ativo	739.574
Ativo circulante	-
Ativo não circulante	739.574
Investimentos	739.574
Participação em investimento – Cetrel	465.829
Ágio na aquisição investimento – Cetrel	273.745
Total do Passivo	739.574
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	85.000
Obrigação aquisição por investimento - Cetrel	85.000
Patrimônio líquido	654.574
Acervo cindido e incorporado	654.574

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Venda de ações

Em 04 de dezembro de 2024, por meio de instrumento particular de compra e venda, a “Solvi Essencis” e a “Braskem”, vendem e transferem para sua controlada à “Cetrel”, de forma onerosa, a totalidade de sua participação na “Nova GRI”, proporcionalmente conforme as suas participações de 50,1% pela Solvi Essencis e 49,9% pela Braskem, correspondente à 474.397 (quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sob o valor de venda de R\$159.485. Foi pago à vista nesta data o montante de R\$10.000 e o restante de R\$149.485 em 26 de fevereiro de 2025.

O resultado da transação de venda da “Nova GRI”, teve seu efeito registrado em reserva de capital da Companhia no montante de R\$64.275.

A partir da aquisição a “Cetrel” passa a ser a controladora da “Nova GRI”.

g. Cetrel S.A.

i. Compra de ações

Em 16 de julho de 2025, a “Solvi Essencis”, na qualidade de compradora, e a Sanofi Medley Farmacêutica Ltda., denominada “Sanofi”, na qualidade de vendedora, celebraram, por meio de instrumento particular de compra e venda de ações, o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”). Pelo referido Contrato, a “Sanofi” comprometeu-se a vender, e a “Solvi Essencis”, a adquirir, 10.708 (dez mil, setecentos e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 0,54% (zero vírgula cinquenta e quatro por cento) do capital social da Cetrel S.A. (“Cetrel”).

Pela aquisição da totalidade das ações, a “Solvi Essencis” pagou à vista, na data do fechamento em 02 de outubro de 2025, o valor total de R\$3.244, mediante transferência bancária de recursos imediatamente disponíveis (“Preço de Aquisição”). Assim, o preço por ação pago à “Sanofi” foi de R\$303 (“Preço por Ação”).

O resultado da transação de compra das ações da “Cetrel”, teve seu efeito registrado em reserva de capital da Companhia no montante de R\$507. Com uma redução da participação de não controladores de R\$3.766.

A partir da aquisição dessas ações, a Companhia aumentou sua participação indireta na “Cetrel”.

h. Essencis Potiguar S.A.

A Essencis Potiguar S.A., denominada “Essencis Potiguar”, sociedade anônima de capital fechado, criada em 26 de novembro de 2025, com sede na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Cajazeiras, 4200, Zona Rural, terá suas atividades direcionadas com foco na área de tratamento e destinação final de resíduos.

Atualmente a “Essencis Potiguar” é sociedade integralmente detida pela Revita Engenharia S.A., denominada “Revita”, controlada direta da Companhia, cujo capital social encontra-se totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$10, dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (“Ações”).

1.3 Controladas com contratos findos, desenvolvendo atividades operacionais com contratos de emergência ou informações relevantes:

a) SBC Valorização de Resíduos Ltda. (“SBC”)

Controlada indireta, sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de executar o contrato de Parceria Público Privada (“PPP”) relativo à implantação e operação do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no Município de São Bernardo do Campo – SP.

Em 05 de Julho de 2017, foi assinado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual entre a

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controlada e o município de São Bernardo do Campo – SP, cujo objetivo foi a rescisão amigável e antecipada do contrato firmado entre as partes. Esse instrumento estabeleceu as seguintes condições: i) o pagamento pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo do valor de R\$74.250 em quatro parcelas; ii) a prestação dos serviços essenciais sob o valor mensal de R\$8.250, pelo prazo de 180 dias, a contar da assinatura do instrumento, ou até a finalização de um novo processo licitatório para a contratação dos serviços; iii) a contratação, pelo Poder Concedente, de companhia de auditoria independente, de ilibada reputação, para realizar os levantamentos e avaliações necessárias para liquidação e apuração dos valores devidos em decorrência do contrato de PPP rescindido. Em 26 dezembro de 2017, o instrumento de compromisso e rescisão contratual foi prorrogado e as atividades da SBC foram mantidas por meio de contrato emergencial por mais 180 dias a partir de 1º de janeiro de 2018. O término das atividades operacionais da SBC deu-se no dia 30 de junho de 2018.

A liquidação do contrato de PPP com a controlada SBC ainda não tinha sido concluída pela Prefeitura, que seguia em avaliação e discussão das premissas fáticas e econômicas consideradas pelos auditores contratados pelo Município e pela empresa contratada pela SBC para realizar o acompanhamento dos trabalhos, quando, em razão do alongado processo, em 09 de dezembro de 2020, a SBC ingressou com uma demanda condenatória contra o Município de São Bernardo do Campo, na qual pede: a) o pagamento das verbas contratualmente devidas como contraprestação à SBC e não pagas; b) o pagamento do reequilíbrio econômico –financeiro que venha a ser apurado, pela redução do escopo do contrato e outros eventos ocorridos ao longo da execução contratual; c) o ressarcimento de outros prejuízos, bem como danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da rescisão contratual antecipada. Por meio dessa demanda, a SBC espera chegar a termos justos da rescisão contratual com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Após a distribuição do processo, a Prefeitura apresentou sua defesa e, ato contínuo, o magistrado do caso nomeou o perito para realização de perícia econômico-financeira do caso. A perícia avaliará todas as questões fática da lide e responderá todos os quesitos, os quais já foram apresentados pelas partes envolvidas (SBCVR e Prefeitura).

Atualmente, o processo está com o seu andamento suspenso para decisão desde 19 de dezembro de 2025, até que as questões técnicas e jurídicas do processo sejam sanadas.

b) Vega Engenharia Ambiental S.A. (“Sucursal Bolívia”)

À data de emissão destas informações financeiras intermediárias, não há previsão de execução de novos serviços ou de assinatura de novo contrato com a EMACRUZ ou outro cliente, diante do cenário de encerramento da prestação dos serviços, a Administração atuou no sentido do encerramento de atividades da Sucursal, com a consequente adoção da base contábil de liquidação em dezembro de 2022.

No ano de 2025, até a data de 31/12/2025, a EMACRUZ efetuou o pagamento de R\$1.017, restando pendentes de recebimento junto ao cliente faturas a receber no valor bruto de R\$75.285 com ajuste a valor presente (AVP) de (R\$31.996), resultado em um saldo líquido a receber de R\$43.289.

A Administração da Sucursal não espera perdas na realização desse Contas a Receber, cujo prazo de recebimento pode se estender, visto que dependerá da tramitação do processo de cobrança que tramita sob os ritos cabíveis naquele país.

Em 16 de Julho de 2025, a Empresa ajuizou Ação Judicial de Cobrança perante o Tribunal Departamental de Justiça de Santa Cruz, tendo como objeto os valores devidos até aquela data. Tal decisão decorre da necessidade de obter compromisso formal da EMACRUZ para a quitação dos valores, bem como formalizar a discussão sobre a cobrança da dívida no ambiente judicial.

A Sucursal possuía ainda em 31 de dezembro de 2025 um contas a pagar a fornecedores no valor de R\$18.241.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.4 Operação Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos (“Guamá”) é proprietária e opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos – “CPTR Marituba-Pará”, desde 2015, sendo a solução para a destinação final de resíduos domiciliares dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba no Estado do Pará.

Em razão de questões de natureza ambiental vinculadas à operação do CPTR Marituba- Pará, a Guamá, suas controladoras e alguns executivos e ex-executivos dessas entidades foram acionados judicialmente em 2017. As ações já transitadas foram encerradas sem qualquer condenação efetiva. Nas ações ainda em andamento, o CPTR Marituba- Pará segue demonstrando com base em laudos de monitoramento regularmente reportados ao órgão licenciador e de consultores especializados em meio ambiente e saúde, que não houve qualquer contaminação tampouco aumento de incidência de doenças atribuível à sua operação.

Em fevereiro de 2025, após ter o Supremo Tribunal Federal (STF) ter reconhecido que o preço praticado pela CPTR Marituba-Pará era insuficiente para cobrir o custo operacional, audiências de conciliação presididas pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Desembargador do TJPA, que contaram com a participação do Estado do Pará, municípios de Marituba, Ananindeua e Belém, concessionária local e CPTR Marituba- Pará, resultaram em um novo acordo pela continuidade das operações até dezembro/25, com readequação das condições comerciais.

Já em dezembro de 2025, o CPTR Marituba – Pará, concessionária local e demais entes públicos atendidos, firmaram um novo acordo judicial estabelecendo a prorrogação da operação até junho/2027, com o novo preço vigente à partir de janeiro de 2026, até que os licenciamentos de alternativas locais para o tratamento de resíduos sejam viabilizados. A partir da vigência do novo preço é esperado que a CPTR Marituba - Pará não necessite de aporte dos acionistas para continuidades das suas operações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 17 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo Solvi e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo Solvi estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo Solvi controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo Solvi tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo Solvi considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo Solvi (investidor).

O Grupo Solvi avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo Solvi obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo Solvi deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo Solvi obtiver controle até a data em que o Grupo Solvi deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Solvi, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo Solvi. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo Solvi, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo Solvi perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas, Controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Vide nota 14.2.

2.4 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluïrem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.5 Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas realizadas ou não, derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

2.6 Apresentação de informação por segmento

Um segmento operacional é um componente de entidade: (a) que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade); (b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais que é o Conselho de Administração, na qual analisa itens da demonstração de lucros ou perdas e outros resultados abrangentes. O Conselho de Administração considera três segmentos operacionais e reportáveis (energia verde, soluções industriais e manejo e tratamento de resíduos), todos os relatórios são feitos e analisados de maneira consolidada pelo Conselho de Administração, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos, planejamento financeiro e estratégico e avaliação de desempenho com base em um único segmento operacional. O Conselho de Administração analisa os dados financeiros relevantes para a Companhia e suas controladas. A receita, os resultados e os ativos da Companhia para este segmento reportável podem ser determinados por referência pelas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e balanço patrimonial.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.8 Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.9 Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em troca desses serviços. A Companhia e suas controladas concluem que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. O Grupo Solvi aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

- 1- identificação dos contratos com o cliente;
- 2- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
- 3- determinação do preço da transação;
- 4- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- 5- reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

2.10 Receita de serviços prestados – Resíduos

As receitas relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas no regime de competência, com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, mensais, de acordo com os parâmetros de

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração e preços estabelecidos em cada contrato.

- **Venda de biogás**

O biogás vendido é utilizado como combustível para geração de energia limpa e sustentável em termelétrica a biogás de aterro.

A Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de biogás, que é medido através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros, gerando um relatório de medição para a aprovação do cliente.

- **Manufatura reversa**

As receitas de manufatura reversa advém do processo de destruição/descaracterização de produtos e equipamentos eletrônicos, como placas eletrônicas e catalisadores automotivos, a fim de se segregar seus componentes, como metais e outros insumos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva entrega dos materiais vendidos ao cliente.

- **Geração de energia**

A receita com a venda de energia elétrica advém da geração de energia limpa e sustentável, que utiliza como combustível o biogás de aterros sanitários.

As receitas são reconhecidas no momento em que os direitos sobre a energia são transferidos para um cliente.

- **Efluentes líquidos**

Serviço relativo a coleta, transporte, tratamento por meio de lodos ativados e disposição oceânica dos efluentes industriais das empresas interligadas ao sistema orgânico e inorgânico da Companhia. Para as empresas que não são interligadas, os efluentes são entregues nas instalações da Companhia por meio de caminhões e seguem também para tratamento e disposição ambientalmente adequada.

Sua medição é realizada pelo volume de efluente gerado pelo cliente por meio de instrumentos medidores de vazão e da pesagem líquida dos carregamentos, relacionando com sua respectiva característica qualitativa.

- **Unidade de resíduos sólidos**

Corresponde ao serviço de coprocessamento no qual corresponde ao recebimento do resíduo, segregação, trituração, peneiramento, blendagem, transporte para as Cimenteiras (fábrica de cimento) e tratamento térmico em fornos de clíquer.

- **Incineração de sólidos**

Serviço relativo ao recebimento, segregação, trituração, peneiramento, blendagem, transporte e tratamento térmico no incinerador de sólidos.

- **Incineração de líquidos**

Serviço relativo ao recebimento e tratamento térmico no incinerador de líquidos. As medições para os serviços de Coprocessamento, Incineração de Sólidos e Líquidos são realizadas através de balança de pesagem de entrada e saída dos veículos, obtendo assim o peso líquido a ser faturado. Especificamente para a empresa Braskem S.A, que se encontra instalada no Polo Industrial de Camaçari (PIC), para o serviço de Incineração de Líquidos, o resíduo líquido (HCS) passa a ser enviado através de uma dutovia, que interliga as duas empresas. Essa medição é feita por kg à medida que o resíduo é incinerado.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Gerenciamento Ambiental

Para os serviços de Consultoria a receita é medida conforme contrato assinado com os clientes.

Para os serviços de Monitoramento de Recursos Hídricos e Monitoramento da Qualidade do Ar as empresas instaladas na Poligonal do Polo Industrial de Camaçari (PIC), as quais estão submetidas aos condicionantes da Licença de operação do PIC através da Portaria INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) nº 16.507/18, e fazem parte dos Programas de Monitoramento de Recursos Hídricos e Monitoramento da Qualidade do Ar, os percentuais de contribuição nos rateios dos programas são definidos com base nos critérios estabelecidos em cada programa e aprovados em reunião no âmbito do Comitê de Fomento Industrial do Polo de Camaçari (COFIC).

Os valores estipulados para execução dos Programas de Monitoramento são submetidos e aprovados anualmente em reunião realizada no COFIC com a participação dos Clientes

• Fornecimento de água tratada

A receita compreende o valor justo relativo à captação e ao tratamento da água bruta e a distribuição das utilidades: água clarificada, desmineralizada, potável e industrial conforme especificação estabelecida. As utilidades são distribuídas pela Companhia via tubovia para as empresas interligadas ao seu sistema. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A DAC controlada indireta da Companhia reconhece a receita quando mensura o consumo (m³) dos clientes por meio de instrumentos medidores de volume e relaciona aos preços unitários (R\$/m³) de cada cliente. O valor pode ser apurado com segurança, devido ao acompanhamento das leituras programadas pela DAC a na presença do cliente e a verificação, calibração e validação dos instrumentos medidores de volume de forma periódica.

2.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem o reconhecimento de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos, títulos emitidos e juros sobre mútuo e são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

2.12 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

2.13 Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações e entidades do Grupo Solvi na Argentina, considerando os efeitos da hiperinflação, a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação). A classificação da Argentina como economia hiperinflacionária continua vigente até a emissão destas demonstrações financeiras.

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras de uma entidade, cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício.

O Grupo Solvi mantém investimentos em duas controladas em conjunto LimpAr Rosário S.A. ("LimpAr") e Logística Ambiental Mediterrânea S.A. ("LAM"). Os efeitos decorrentes da adequação ao CPC 42/IAS 29 foram levados ao Grupo Solvi por intermédio da equivalência patrimonial, resultando em impactos de um ganho de R\$10.682 até 31 de dezembro de 2025 (ganho de R\$22.978 em 2024).

2.14 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto e longo prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto e longo prazo a empregados são reconhecidas como despesas administrativas de pessoal e operacionais, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- **Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

- **Participação nos lucros**

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

- **Assistência médica**

A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

2.15 Tributos e encargos sociais a recolher

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitada a 30% do lucro real.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.16 Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

2.17 Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores apurados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais o ativo será utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.18 Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.19 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) - custo dos materiais diretos e mão de obra.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.20 Imobilizado

(a) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(c) Depreciação

A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(d) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia e suas controladas devem cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

(e) Direito de uso

Reconhecimento da estimativa do valor presente dos pagamentos dos passivos de arrendamento calculados de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. Vide nota explicativa nº 16.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

2.21 A Companhia e suas controladas como arrendatária

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

2.22 Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas controladas ao final do prazo

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

2.23 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

2.24 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.25 Ativos intangíveis e ágio

a) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O ágio não é amortizado.

b) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

c) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

d) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritas na nota explicativa nº 17.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.26 Instrumentos financeiros**a) Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

b) Classificação e mensuração subsequente**Instrumentos Financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Companhia e de suas controladas e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("Teste SPPJ"). A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPPJ, os ativos financeiros são mensurados: ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar os pagamentos de principal e de juros (“Teste SPPJ”)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor ‘principal’ em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a CA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda O não reconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. O não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

a) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas não reconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também não reconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos ou realizaram designações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

d) Capital social**Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.27 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia e suas controladas determinam as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostos ao risco de crédito.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.28 Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados na menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.29 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo; e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados.

Provisão para transporte e tratamento de chorume

A provisão consiste na estimativa de gastos a serem incorridos, no período subsequente, para tratamento do chorume existente em lagoas nos aterros, bem como para o transporte do mesmo nos casos em que o tratamento for feito por terceiros, constituída tendo como base o custo médio de transporte e tratamento e com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m³ do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

2.30 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia e suas controladas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.31 Lucro por ação

A Companhia calcula os lucros básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação (nota explicativa nº 38).

2.32 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

O Grupo Solvi aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo Solvi decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- **Alterações à IAS 21 — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de Conversibilidade**

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

A utilização de uma taxa alternativa não constitui escolha livre da entidade, devendo refletir, na medida do possível, uma taxa que seria observável em condições normais de mercado, conforme os princípios da IAS 21, com aplicação consistente e divulgações robustas.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não possuem operações ou entidades localizadas em ambientes com restrições significativas à conversibilidade

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cambial, tampouco enfrentam limitações que caracterizem situação de falta de conversibilidade nos termos da norma. A Companhia irá continuar monitorando as mudanças contábeis e regulatórias, mas, no presente momento, essas alterações não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras.

• **OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)**

A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, buscando conferir consistência ao tratamento contábil desses instrumentos e conectá-los aos compromissos de descarbonização das entidades. Para companhias abertas, sua aplicação tornou-se obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, por força da Resolução CVM nº 223/2024.

- **Escopo e princípios gerais:** A OCPC 10 abrange operações em mercados compulsórios (regulados) e voluntários, contemplando originação, aquisição, negociação e “aposentadoria” desses instrumentos, além do passivo associado a compromissos legais ou não formalizados de compensação/neutralização de emissões, em alinhamento ao CPC 25/NBC TG 25.
- **Natureza e classificação contábil:** Em regra, os créditos de carbono, allowances e CBIOs são tratados como ativos não financeiros (incorpóreos), sendo a classificação entre intangível (uso próprio para cumprimento de metas) ou estoque (destinados à venda) definida pelo modelo de negócios e pelo papel da entidade (originadora, intermediária ou usuária final).
- **Mensuração:** A orientação disciplina a mensuração inicial e subsequente dos ativos e o reconhecimento do passivo de descarbonização quando houver obrigação presente que deva resultar em saída de recursos, incluindo diretrizes para mensuração, apresentação e evidenciação até a extinção da obrigação.
- **Impacto nas demonstrações financeiras:** A aplicação da OCPC 10 pode alterar a apresentação de ativos (intangíveis ou estoques), custos e resultados decorrentes de compra, venda ou aposentadoria dos instrumentos, além de introduzir (ou ajustar) provisões vinculadas a metas climáticas e obrigações ambientais, fortalecendo o nexo entre demonstrações financeiras e relatórios de sustentabilidade.
- **Exigências de divulgação:** As entidades devem divulgar políticas contábeis, premissas e julgamentos aplicados (incluindo o papel econômico desempenhado e o mercado em que atuam), os critérios de mensuração utilizados, movimentações dos saldos, a natureza e o status das obrigações de descarbonização, bem como os riscos e incertezas relevantes associados a esses instrumentos.

Embora a OCPC 10 estabeleça um arcabouço contábil diretamente conectado a compromissos de descarbonização e práticas ESG, a Administração avaliou que, na data-base, a Companhia não mantém operações relevantes de originação, negociação ou aposentadoria de créditos de carbono, tampouco obrigações presentes formalizadas ou não formalizadas que demandem reconhecimento contábil. Dessa forma, a aplicação da OCPC 10 não gera impactos relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.33 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo Solvi, estão descritas a seguir. O Grupo Solvi pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

• **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

As alterações emitidas pelo IASB refinam e esclarecem requisitos de classificação, mensuração, baixa (derecognition) e divulgação para instrumentos financeiros, em resposta à Revisão Pós-Implementação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Os principais pontos incluem: (i) orientação adicional para avaliação do critério SPPI (Solely Payment of Principal and Interest) em ativos financeiros com características contingentes (incluindo ESG-linked), com reforços para non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados; (ii) opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados via sistemas eletrônicos antes da data de liquidação, quando cumpridos critérios específicos; e (iii) novos requerimentos de disclosure na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações,

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

notadamente para instrumentos com características contingentes e para investimentos em instrumentos de capital designados ao FVOCI.

As principais alterações são:

Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica:

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

Classificação de ativos financeiros:

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo:** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).
- **Ativos financeiros com características 'non-recourse':** As alterações aprimoram a descrição do termo 'non-recourse', em especial para um para especificar que um ativo financeiro possui características de 'non-recourse' quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.
- **Instrumentos contratualmente vinculado:** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

Divulgações:

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os requisitos da IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.
- **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais:** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 serão obrigatórias para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício de 2026.

- **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11**

O IASB emitiu alterações a cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais.

IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Contabilidade de hedge por um adotante inicial

Para consistência com os requerimentos da IFRS 9, IFRS 1:B5-B6 foram alterados com relação ao critério de qualificação para o Hedge Accounting (ao invés de “condições”) e para adicionar referências cruzadas à IFRS 9:6.4.1 para melhorar a compreensão da IFRS 1.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Ganho ou perda no desreconhecimento

As alterações removem uma referência cruzada obsoleta na IFRS 7:B38 para um parágrafo que tinha sido deletado quando a IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo foi emitido e alinhou a redação desse parágrafo com os termos utilizados na IFRS 13.

Orientação para implementação da IFRS 7 – Divulgação da diferença diferida entre valor justo e preço da transação

As alterações atualizam a IFRS 7:IG14 para tornar a redação desse parágrafo consistente com a IFRS 7:28 e melhorar a consistência interna do exemplo apresentado na IFRS 7:IG14.

Orientação para implementação da IFRS 7 – Introdução e divulgações sobre risco de crédito

As alterações adicionam uma declaração à IFRS 7:IG1 esclarecendo que a orientação não necessariamente ilustra todos os requisitos dos parágrafos referenciados da IFRS 7. Também simplificam a explicação dos aspectos dos requisitos que não são ilustrados na IFRS 7:IG20B.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Desreconhecimento de passivos de arrendamento

As alterações adicionam uma referência cruzada à IFRS 9:3.3.3 na IFRS 9.2.1(b)(ii) para esclarecer que, quando o arrendatário determina que uma obrigação de arrendamento foi extinta conforme a IFRS 9, ele deve aplicar a IFRS 9:3.3.3 e, portanto, reconhecer qualquer ganho ou perda resultante no resultado.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Preço da transação

As alterações substituem a expressão “pelo preço da transação (conforme definido na IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes)” na IFRS 9.5.1.3 por “o valor determinado ao aplicar a IFRS 15”, para resolver inconsistências entre a IFRS 9.5.1.3 e os requisitos da IFRS 15, que podem exigir que um recebível seja mensurado por um valor diferente do preço da transação reconhecido como receita. Além disso, a referência ao “preço da transação” (conforme definido na IFRS 15) foi excluída do Apêndice A da IFRS 9.

IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas – Determinação de um “agente de fato”

As alterações abordam preocupações de que os requisitos nos parágrafos IFRS 10:B73-B74 possam, em algumas situações, ser contraditórios. A IFRS 10:B73 refere-se a “agentes de fato” como partes que atuam em nome do investidor e afirma que a determinação de se outras partes estão atuando como agentes de fato exige julgamento. No entanto, a segunda frase da IFRS 10:B74 usa uma linguagem mais conclusiva, afirmando que uma parte é um agente de fato quando aqueles que dirigem as atividades do investidor têm a capacidade de direcionar essa parte a agir em nome do investidor. As alterações atualizam a IFRS 10:B74 para usar uma linguagem menos conclusiva e esclarecer que o relacionamento descrito é apenas um exemplo de circunstância em que é necessário julgamento para determinar se uma parte está atuando como agente de fato.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método do custo

A alteração substitui o termo “método do custo” por “ao custo” no IAS 7:37, em conformidade com a remoção da definição de “método do custo” das normas contábeis internacionais.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração depende de condições naturais**

Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Os seguintes requisitos da IFRS 9 são afetados pelas alterações:

- Os requisitos de uso próprio (“own-use”) na IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar a IFRS 9:2.4 a contratos de compra e recebimento de energia renovável cuja fonte de produção depende de condições naturais;
- Os requisitos de contabilidade de hedge na IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge:
- para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e
- para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge.

Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e à IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação

A IFRS 7 e a IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

• IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

a. Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afeitas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº 14 – Consolidação: Determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 14 – Equivalência patrimonial em investidas: Determinação se a Companhia e suas controladas detém influência significativa ou controle em conjunto sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 14 – Classificação de negócios em conjunto;
- Nota explicativa nº 16 – Arrendamento: Determinação se um contrato contém um arrendamento; e
- Notas explicativas nº 15 e 17 – Imobilizado e intangível - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização.
- Notas explicativas nº 15 e 17 – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio.
- Nota explicativa nº 24 – Reconhecimento e mensuração para provisões de fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para transporte e tratamento de chorume e provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionadas acima no item (a):

4 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Solvi para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo Solvi, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo Solvi.

As atividades do Grupo Solvi o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco em contratos públicos e risco de preço e cotacional), risco de crédito e risco de liquidez. Compete à Diretoria Financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que são aprovadas e acompanhadas pelo Conselho de Administração.

O Grupo Solvi não possui instrumentos financeiros derivativos nas datas objeto destas demonstrações financeiras.

b. Risco de mercado

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo Solvi ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais do Grupo Solvi (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo Solvi) e aos investimentos líquidos do Grupo Solvi em controladas no exterior.

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações efetuadas pelo Grupo Solvi no mercado interno não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas das controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do Real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pelo Grupo Solvi em investimentos e resultado de equivalência patrimonial.

Abaixo apresentamos os valores em reais (BRL), que poderão sofrer alterações decorrentes da flutuação da cotação das moedas: novo sol peruano (SOL), boliviano (BOL) e peso argentino (ARS).

31 de dezembro de 2025						
	Vega			Cia		
	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina	Cia de Inversiones	Innova Perú	Vega Perú
Ativo	541	60.486	41.884	201.987	195.810	195.210
Ativo circulante	491	241	6.489	1.160	130.428	81.988
Ativo não circulante	50	60.245	-	200.827	65.382	113.222
Ativo permanente	-	-	35.395	-	-	-
Passivo	541	60.486	41.884	201.987	195.810	195.210
Passivo circulante	176	18.872	128	4	33.200	5.485
Passivo não circulante	41.057	35.377	-	1.336	127.954	73.258
Exposição	(40.692)	6.237	41.756	200.647	34.656	116.467
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL

31 de dezembro de 2024						
	Vega			Cia		
	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina	Cia de Inversiones	Innova Perú	Vega Perú
Ativo	546	68.348	51.693	206.796	176.349	190.056
Ativo circulante	491	51.416	8.426	8.569	105.472	84.640
Ativo não circulante	55	16.932	-	198.227	70.877	105.416
Ativo permanente	-	-	43.267	-	-	-
Passivo	546	68.348	51.693	206.796	176.349	190.056
Passivo circulante	10.276	63.347	248	523	25.434	3.291
Passivo não circulante	31.752	-	-	882	131.941	81.057
Exposição	(41.482)	5.001	51.445	205.391	18.974	105.708
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas nos exercícios indicados abaixo:

Cotações em relação ao R\$	2025		2024	
	Final	Média	Final	Média
Sol Peruano (SOL)	1,637	1,621	1,648	1,632
Boliviano (BOB)	0,803	0,795	0,903	0,889
Peso argentino (ARS)	0,004	0,004	0,006	0,006

Análise de sensibilidade

Uma valorização (ou desvalorização) do peso argentino, sol peruano e boliviano contra o Real afeta a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e aumenta (ou reduz) o patrimônio, cuja sensibilidade é apresentada considerando o cenário abaixo.

O cenário I é considerado pela administração do Grupo Solvi com o mais provável, considerando a manutenção dos saldos e os cenários II e III que foram estimados com uma valorização dos câmbios em 25% e 50% respectivamente. Já os cenários IV e V estimam a desvalorização dos câmbios de 25% e 50%, respectivamente, de acordo com os montantes demonstrados abaixo:

Consolidado – 31 de dezembro de 2025						
Exposição Patrimonial	Exposição Patrimônio Líquido (em R\$)	Cotação do câmbio em relação ao R\$	Efeito no Resultado por Cenário			
			II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
SOL	311.078	0,61	77.770	155.539	(77.770)	(155.539)
BOB	6.237	1,24	1.559	3.119	(1.559)	(3.119)
ARS	41.756	263,71	10.439	20.878	(10.439)	(20.878)
Efeito			89.768	179.536	(89.768)	(179.536)

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado - 31 de dezembro de 2024						
Exposição Patrimonial	Exposição Patrimônio Líquido (em R\$)	Cotação do câmbio em relação ao R\$	Efeito no Resultado por Cenário			
			II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
SOL	288.591	0,61	72.148	144.296	(72.148)	(144.296)
BOB	5.001	1,11	1.250	2.501	(1.250)	(2.501)
ARS	51.445	166,33	12.861	25.723	(12.861)	(25.723)
Efeito			86.259	172.520	(86.259)	(172.520)

Esta análise é baseada em hipótese que o Grupo Solvi considera para a variação das taxas de câmbio das moedas dos países em que o Grupo Solvi opera, considerando um ganho no resultado pela valorização do Real ou uma perda no resultado pela desvalorização do Real, perante as demais moedas.

c. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Solvi decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TLP, SELIC, IPCA e TR). Os ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 25% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2025 (25% em 2024), conforme abaixo.

Controladora 2025			
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2025	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	251	CDI e TLP	23
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	251		
Efeito no resultado			23
Consolidado 2025			
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2025	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	401.403		67.470
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	53.923	CDI, TLP e IPCA	3.578
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais (nota 19 e 20)	(2.985.094)		(22.560)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(2.529.768)		
Efeito no resultado			48.488
Controladora 2024			
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	28		3
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	28		
Efeito no resultado			3
Consolidado 2024			
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	401.142		81.895
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	31.265	CDI, TLP e IPCA	3.257
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais (nota 19 e 20)	(2.370.707)		(17.634)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(1.938.300)		
Efeito no resultado			67.518

O Grupo Solvi monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir uma dívida.

d. Risco de preços

Nos contratos de concessão/PPP e nos contratos com municípios firmados sob legislação vigente, os preços dos serviços prestados são reajustados anualmente com base na variação de um índice de preços ou de uma fórmula paramétrica que leva em consideração a inflação dos custos dos insumos necessários à prestação dos serviços, que constituem o objeto contratual. Os contratos contêm também cláusulas

correspondentes ao direito legal do contratado à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

e. Risco em contratos públicos

O risco de contrato de concessão está atrelado a possíveis falhas no cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como ao respeito aos direitos por parte do contratante.

f. Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Por se tratar de serviços essenciais, o risco do Grupo Solvi deixar de receber de seus clientes pode ser considerado baixo. Atrasos temporários de recebimento por questões de caixa ou orçamentárias dos contratantes podem ocorrer, mas o Grupo Solvi não sofreu, nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, perdas relevantes de créditos de clientes públicos.

g. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo Solvi incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo Solvi (vide NE nº 8).

Para mitigar o risco de possibilidade do Grupo Solvi ter perdas decorrentes de inadimplência das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo Solvi adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Em relação às contas a receber de clientes, a composição representa 31% privados e 69% públicos. O Grupo Solvi realiza uma análise de liquidez do potencial contratante antes de formalizar sua proposta em processo licitatório, a fim de minimizar o risco de crédito no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes, o Grupo Solvi limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de vencimento e ações de cobrança que chegam à suspensão do serviço prestado a partir de determinado número de dias de inadimplência. A diversificação da carteira de clientes contribui adicionalmente, para a mitigação do risco de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	253	28	433.365	522.109
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	53.923	31.265
Contas a receber de clientes	8	-	63	862.365	810.944
Dividendos a receber	12	71.182	16.319	23.130	5.140
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	13.309	33.737	8.210	17.877
Ativo financeiro de concessão	37.2	-	-	50.401	3.439
Outras contas a receber	9	275	103	102.503	98.555
		85.019	50.250	1.533.897	1.489.329

Em 31 de dezembro de 2025	Controladora							PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	253	-	-	-	-	-	-	-	253
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	63	(63)	-
Dividendos a receber	71.182	-	-	-	-	-	-	-	71.182
Mútuos a receber de partes relacionadas	13.309	-	-	-	-	-	-	-	13.309
Outras contas a receber	275	-	-	-	-	-	-	-	275
	85.019	-	-	-	-	-	63	(63)	85.019

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora							PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	28	-	-	-	-	-	-	-	28
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	63	-	63
Dividendos a receber	519	-	-	-	-	-	15.800	-	16.319
Mútuos a receber de partes relacionadas	33.737	-	-	-	-	-	-	-	33.737
Outras contas a receber	103	-	-	-	-	-	-	-	103
	34.387	-	-	-	-	-	15.863	-	50.250

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Em 31 de dezembro de 2025									
Caixa e equivalentes de caixa	433.365	-	-	-	-	-	-	-	433.365
Títulos e valores mobiliários	53.923	-	-	-	-	-	-	-	53.923
Contas a receber de clientes	411.702	182.983	59.136	13.008	16.042	32.247	208.623	(61.376)	862.365
Dividendos a receber	22.291	-	-	-	-	-	839	-	23.130
Ativo financeiro de concessão	50.401	-	-	-	-	-	-	-	50.401
Mútuos a receber de partes relacionadas	8.210	-	-	-	-	-	-	-	8.210
Outras contas a receber	102.503	-	-	-	-	-	-	-	102.503
	1.082.395	182.983	59.136	13.008	16.042	32.247	209.462	(61.376)	1.533.897

	Consolidado							PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Em 31 de dezembro de 2024									
Caixa e equivalentes de caixa	522.109	-	-	-	-	-	-	-	522.109
Títulos e valores mobiliários	31.265	-	-	-	-	-	-	-	31.265
Contas a receber de clientes	517.184	39.111	40.298	4.689	22.696	15.616	214.584	(43.234)	810.944
Dividendos a receber	4.301	-	-	-	-	-	839	-	5.140
Ativo financeiro de concessão	3.439	-	-	-	-	-	-	-	3.439
Mútuos a receber de partes relacionadas	17.877	-	-	-	-	-	-	-	17.877
Outras contas a receber	98.555	-	-	-	-	-	-	-	98.555
	1.194.730	39.111	40.298	4.689	22.696	15.616	215.423	(43.234)	1.489.329

h. Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Solvi depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo Solvi disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo Solvi, por faixas de vencimento, que compreende o período remanescente entre a data da demonstração financeira e a data contratual do vencimento.

	Controladora				Valor projetado	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos		
Em 31 de dezembro de 2025						
Fornecedores e outras contas a pagar	352	-	-	-	352	352
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	31.327	-	-	31.327	31.327
	352	31.327	-	-	31.679	31.679

	Controladora				Valor projetado	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos		
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores e outras contas a pagar	280	-	-	-	280	280
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	33.785	-	-	33.785	33.785
	280	33.785	-	-	34.065	34.065

	Consolidado				Valor projetado	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos		
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos (a)	177.564	164.828	313.002	394.361	1.049.755	768.041
Fornecedores e outras contas a pagar	347.430	15.425	-	-	362.855	362.855
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	1.640	-	-	1.640	1.640
Ônus de outorga (a)	65.950	135.848	210.680	1.086.383	1.498.861	1.239.713
Debêntures e Notas comerciais (a)	678.144	557.362	1.222.750	1.388.435	3.846.691	2.217.053
Passivo de arrendamento (a)	-	67.029	194.848	45.320	307.197	238.706
Contas a pagar por aquisição de investimento	4.737	-	-	-	4.737	4.737
	1.273.825	942.132	1.941.280	2.914.499	7.071.736	4.832.745

	Consolidado				Valor projetado	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos		
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos (a)	142.904	180.620	229.626	208.833	761.983	595.069
Fornecedores e outras contas a pagar	379.786	14.032	-	-	393.818	393.818
Ônus de outorga	39.388	136.494	195.752	984.619	1.356.253	1.356.253
Debêntures e Notas comerciais (a)	556.887	514.114	1.134.159	366.067	2.571.227	1.775.638
Passivo de arrendamento (a)	-	23.071	29.099	23.892	76.062	76.062
Contas a pagar por aquisição de investimento	168.033	-	-	-	168.033	168.033
	1.286.998	868.331	1.588.636	1.583.411	5.327.376	4.364.873

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

i. Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo Solví durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, o Grupo Solví, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

O Grupo Solví utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para comparação com parâmetros de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e passivo de arrendamento	-	-	3.223.800	2.446.769
Fornecedores e outras contas a pagar	352	280	362.855	393.818
Total Endividamento	352	280	3.586.655	2.840.587
(-) Caixa e caixa equivalente	(253)	(28)	(433.365)	(522.109)
(=) Endividamento líquido (a)	99	252	3.153.290	2.318.478
Patrimônio líquido	1.157.633	1.199.018	2.085.186	2.049.477
Capital social e endividamento líquido (b)	1.157.732	1.199.270	5.238.476	4.367.955
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	0%	0%	60%	53%

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

		Controladora			
		2025		2024	
Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	253	253	28	28
Contas a receber de clientes		-	-	63	63
Outras contas a receber	Custo amortizado	275	275	103	103
Mútuos a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	13.309	13.309	33.737	33.737
Total		13.837	13.837	33.931	33.931
Passivos financeiros:					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	352	352	280	280
Mútuos a pagar à partes relacionadas	Custo amortizado	31.327	31.327	33.785	33.785
Total		31.679	31.679	34.065	34.065
		Consolidado			
		2025		2024	
Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	433.365	433.365	522.109	522.109
Contas a receber de clientes		862.365	862.365	810.944	810.944
Outras contas a receber	Custo amortizado	102.503	102.503	98.555	98.555
Mútuos a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	8.210	8.210	17.877	17.877
Títulos e valores mobiliários	Nível 1	53.923	53.923	31.265	31.265
Ativo financeiro	Custo amortizado	50.401	50.401	3.439	3.439
Total		1.510.767	1.510.767	1.484.189	1.484.189
Passivos financeiros:					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	362.855	362.855	393.818	393.818
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	768.041	763.864	595.069	593.248
Debêntures e notas comerciais	Custo amortizado	2.217.053	2.036.835	1.775.638	1.786.082
Mútuos a pagar à partes relacionadas	Custo amortizado	1.640	1.640	-	-
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	238.706	238.706	76.062	76.062
Ônus de outorga	Custo amortizado	1.239.713	1.239.713	1.356.253	1.356.253
Contas a pagar por aquisição de investimento	Custo amortizado	4.737	4.737	168.033	168.033
Total		4.832.745	4.648.350	4.364.873	4.373.496

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo Solvi requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, conforme aplicável.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Solvi usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e

Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

- São reconhecidas as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.
- São revisados regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então o Grupo Solvi analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos que se aproximam aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo;
- As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, o Grupo Solvi entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis;
- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, representam seus valores justos;
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes;
- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e Caixa Econômica Federal (“CEF”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos financiamentos;
- As debêntures têm seu valor justo calculado pela atualização de indicadores de mercado.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

5 Aspectos ambientais

As operações do Grupo Solvi estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos operacionais e controles, que se traduzem em custos contínuos que são computados nos resultados correntes de cada período e em investimentos em equipamentos e sistemas de controle e detecção de anomalias, que são ativados.

O Grupo Solvi realiza mensalmente provisão para fechamento dos aterros e para gastos no período de pós- fechamento para monitoramento e tratamento dos gases e percolado na área pelo prazo de 20 anos após o seu fechamento.

O Grupo Solvi mantém também provisão para perdas em processos relacionados a questões ambientais.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	2	28	31.962	120.967
Certificado de depósito bancário (CDB)	251	-	401.403	401.142
	253	28	433.365	522.109

Em 31 de dezembro de 2025 os Certificados de Depósitos Bancários têm liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 93,11% do CDI (93,81% do CDI em 31 de dezembro de 2024), não estando sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

7 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	2025	2024
Circulante	12.736	-
Não circulante	41.187	31.265
	53.923	31.265

O Grupo Solvi cedeu depósitos bancários à vista no montante de R\$53.923 do consolidado para garantia de empréstimos bancários e nota comercial. Estão registrados como aplicações financeiras na modalidade CDB e possuem remuneração atrelada à variação média de 96,16% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (96,59% em 31 dezembro de 2024).

A exposição do Grupo Solvi aos riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na NE n 4.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	2025	2024	2025	2024
Clientes públicos:					
Valores faturados		-	-	310.552	308.593
Medições a faturar		-	-	366.100	306.784
		-	-	676.652	615.377
Clientes privados:					
Valores faturados		63	63	195.833	184.152
Medições a faturar		-	-	87.613	90.135
		63	63	283.446	274.287
Perdas de crédito esperada		(63)	-	(61.376)	(43.234)
(-) Ajuste a valor presente (a)		-	-	(48.052)	(38.658)
Partes relacionadas	22	-	-	11.695	3.172
Total		-	63	862.365	810.944
Circulante		-	63	698.299	594.843
Não circulante		-	-	164.066	216.101

(a) A Companhia reavaliou os valores referente ao contas a receber da Vega Sucursal Bolívia e Peru, considerando novas expectativas de prazo do recebimento.

O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"). O aging list das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valores a vencer	-	-	411.702	517.184
Vencidos:				
Até 30 dias	-	-	182.983	39.111
Entre 31 e 60 dias	-	-	59.136	40.298
Entre 61 e 90 dias	-	-	13.008	4.689
Entre 91 e 180 dias	-	-	16.042	22.696
Entre 181 e 360 dias	-	-	32.247	15.616
Acima de 360 dias	63	63	208.623	214.584
PECLD	(63)	-	(61.376)	(43.234)
	-	63	862.365	810.944

A avaliação da perda de crédito esperada é realizada para a carteira de clientes e foi constituída com base em análises de riscos de crédito, que contemplam o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

A Companhia e suas controladas não possuem histórico de perdas com clientes públicos, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que a Companhia e suas controladas tenham histórico de atrasos nas contas a receber de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos vencidos, a Companhia e suas controladas avaliam os créditos em aberto mensalmente e ações judiciais de cobranças são iniciadas após avaliação da diretoria financeira e da diretoria de operações de negócios.

A provisão constituída refere-se substancialmente a recebíveis junto a clientes privados. Não há expectativa de perdas de crédito com clientes públicos.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	63	-	(43.234)	(55.739)
Combinação de negócios	-	-	-	(6.952)
Variação cambial	-	-	(235)	(986)
Provisão do exercício	(63)	63	(51.414)	(6.749)
Reversão do exercício	-	-	31.175	23.316
Perda Efetiva	-	-	2.332	3.876
Saldo final	-	63	(61.376)	(43.234)

9 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber venda de investida (a)	-	-	6.057	6.057
Folha de pagamento	-	-	15.005	24.108
Seguros a apropriar e licenças	275	103	9.821	10.625
Outras contas a receber	-	-	46.295	35.198
Títulos precatórios a receber (b)	-	-	25.325	22.567
	275	103	102.503	98.555
Circulante	275	103	36.662	35.935
Não circulante	-	-	65.841	62.620

a) Refere-se ao valor justo a receber pela venda da participação societária na investida Hekos (antiga BOB).

b) Refere-se aos Precatórios a receber da controlada Cetrel com expectativa de recebimento até 2029.

10 Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Materiais de consumo	79.552	91.006
Remessa para industrialização externa	-	916
Sucata eletrônica	-	20
	79.552	91.942

11 Ativos não circulantes mantidos para venda

	2025	2024
Ativos - Operação São José dos Campos (a)	16.058	16.145
Terrenos - Município de Canoas - RS (b)	15.031	-
Total do ativo mantidos para venda	31.089	16.145

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia decidiu colocar à venda grupo de ativos da controlada “GRI Koleta”, como infraestrutura, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, terreno, veículos e equipamentos no valor de R\$16.058 (R\$16.145 em 31 de dezembro de 2024), referente a operação do Aterro de São José dos Campos. A administração da Companhia aprovou o plano de venda, que deverá ser concluída dentro de um ano a partir da data do relatório. Os ativos foram classificados no grupo de ativos mantidos para venda e como operação descontinuada.

As principais ativos e passivos da operação descontinuada, classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro são:

	2025	2024
Aterros	17.140	17.227
Edificações	167	167
Equipamentos de Informática	7	7
Máquinas e equipamentos	458	458
Móveis e utensílios	6	6
Veículos e equipamentos de veículos	174	174
Ativos classificados como mantidos para venda	17.952	18.039
Provisão para fechamento de aterro	1.894	1.894
Obrigações diretamente associadas a ativos classificados como mantidos para venda	1.894	1.894
Ativos líquidos diretamente associados ao grupo de mantidos para venda (a)	16.058	16.145

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do exercício da operação descontinuada é apresentado a seguir:

	2025	2024
Receita Operacional Líquida	330	7.708
Custos dos serviços prestados	(1.774)	(7.755)
Prejuízo bruto	(1.444)	(47)
Receitas (despesas) operacionais:		
Despesas comerciais	(695)	(531)
Despesas gerais e administrativas	(2.823)	(1.848)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.732)	1.199
	(7.250)	(1.180)
Prejuízo antes das despesas e receitas financeiras	(8.694)	(1.227)
Despesas financeiras	-	(2)
	-	(2)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.694)	(1.229)
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-
Prejuízo líquido das operações em descontinuidade	(8.694)	(1.229)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos da operação descontinuada são:

	2025	2024
Atividades operacionais	(8.694)	(1.229)
Atividades de investimentos	-	-
Atividades de financiamento	-	-
Caixa líquido gerado (consumido)	(8.694)	(1.229)

Prejuízo por ação

	2025	2024
Básico e diluído da operação descontinuada	(0,031)	(0,004)

- (b) Em 14 de agosto de 2025, a Companhia decidiu colocar à venda terrenos localizados no Município de Canoas – RS, de propriedade da controlada direta Revita. Esses terrenos, divididos em lotes que totalizam uma área de 20.068 m², foram inicialmente adquiridos para o desenvolvimento de um projeto que não se concretizou, estando registrados inicialmente no ativo imobilizado pelo valor de R\$15.594. Parte desses terrenos, correspondentes a 724 m², foi vendida por meio de contrato de compra e venda a terceiros. Em 31 de dezembro de 2025, os terrenos encontram-se mantidos para venda pelo valor de R\$15.031, refletindo a baixa dos lotes vendidos até a data.

12 Dividendos a receber e a pagar

Os estatutos sociais ou os contratos sociais da Companhia e de suas controladas determinam a distribuição de dividendos, do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a receber e a pagar são compostos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
Dividendos a receber	2025	2024	2025	2024
Controladas:				
Solvi Essencis Ambientais S.A.	68.877	-	-	-
Solvi Exc Participações S.A.	1.845	-	-	-
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	-	-	16	7
Compañía de Inversiones Ambientales S.A.	460	519	-	-
Revita Engenharia S.A.	-	15.800	-	-
Controladas em conjunto:				
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	15.277	2.067
Essencis Biometano S.A.	-	-	2.161	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	4.233	2.301
Biotérmica Energia S.A.	-	-	620	620
Cetech Serviços S.A.	-	-	43	30
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	-	780	115
	71.182	16.319	23.130	5.140
Circulante	71.182	519	22.291	4.301
Não circulante	-	15.800	839	839

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Controladora:				
Solvi Environnement S.A.S.	38.713	-	38.713	-
Brasil Verde Fip Multiestratégia.	22.463	-	22.463	-
Solvi Exec Participações S.A.	-	-	1.838	-
Controladas:				
(Cesp e Alape) Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	-	-	742	705
Minoritários (Cetrel S.A.)	-	-	11.034	10.701
Vital Engenharia S.A (Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.)	-	-	3.889	3.889
C.F.C.R (Riograndense Participações S.A.)	-	-	10.165	9.879
Ecovida Ambiental S.A. (Innova Ambiental S.A.)	-	-	31.997	33.046
Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda. (SBC Valorização de Resíduos S.A.)	-	-	9.555	9.704
	61.176	-	130.396	67.924
Circulante	61.176	-	89.045	25.174
Não circulante	-	-	41.351	42.750

13 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
INSS	-	-	18.213	10.606
Pis e Cofins	417	417	30.647	28.787
IRPJ	2.469	2.384	113.823	92.682
CSLL	49	-	27.334	19.659
ICMS	-	-	17.062	14.731
Outros impostos	6	6	4.807	5.298
	2.941	2.807	211.886	171.763
Circulante	1.376	2.807	126.303	124.808
Não circulante	1.565	-	85.583	46.955

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14

Investimentos

14.1 Relação das empresas do Grupo Solvi organizadas por investida

Empresas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação %	
				31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Solvi Participações S.A.					
Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento E Benf.. de Resíduos Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Simões Filho-BA	Controlada	100,00%	100,00%
Alfenas Ambiental Trat. de Res e Limp. Urbana Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Alfenas MG	Controlada em Conjunto	51,00%	51,00%
Ambiototal S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Peru	Controlada	70,00%	70,00%
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Salvador-BA	Controlada	100,00%	100,00%
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S. A. - CMTR	Manejo de resíduos sólidos	Ribeirão das Neves-MG	Controlada em conjunto	27,50%	27,50%
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Joinville-SC	Controlada	63,00%	63,00%
Consórcio Bahia Ambiental - SOTERO	Manejo de resíduos sólidos	Salvador-BA	Controlada	77,67%	77,67%
Consórcio São Bernardo Soluções	Manejo de resíduos sólidos	São B. Campo-SP	Controlada	76,86%	76,86%
CRVR - Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Minas do Leão-RS	Controlada	70,00%	70,00%
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Capela de Santana-RS	Controlada	100,00%	100,00%
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	Manejo de resíduos sólidos	Conselheiro Lafaiete - MG	Controlada	51,00%	51,00%
Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Rio Grande-RS	Controlada	100,00%	100,00%
Essencis BA S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Francisco do Conde-BA	Controlada	100,00%	100,00%
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Betim-MG	Controlada Em Conjunto	66,67%	66,67%
Essencis Potiguar S.A	Manejo de resíduos sólidos	Rio Grande do Norte - RN	Controlada	100,00%	0,00%
GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP e Rio de Janeiro- RJ	Controlada	100,00%	100,00%
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Marituba-PA	Controlada	100,00%	100,00%
Hekos Soluções Ambientais S. A.	Manejo de resíduos sólidos	Belford Roxo-RJ	Controlada em conjunto	51,00%	51,00%
Innova Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Peru	Controlada	70,00%	70,00%
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	51,00%	51,00%
LimpAr Rosário S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Rosário -Argentina	Controlada em conjunto	60,00%	60,00%
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	62,35%	62,35%
Logística Ambiental Mediterrânea S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Córdoba -Argentina	Controlada em conjunto	49,00%	49,00%
Resíduo Zero Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Guapó - GO	Controlada em Conjunto	30,60%	30,60%
Revita Bahia Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Salvador-BA	Controlada	100,00%	100,00%
Revita Engenharia S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Rio Grande Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Rio Grande-RS	Controlada	100,00%	100,00%
São Carlos Ambiental S.A. ("SCA")	Manejo de resíduos sólidos	São Carlos-SP	Controlada	100,00%	100,00%
SBC Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São B. Campo-SP	Controlada	77,21%	77,21%
SBC Valorização de Resíduos S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São B. Campo-SP	Controlada	75,00%	75,00%
Solvi Essencis Ambientais S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Vega Engenharia Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Vega Sucursal Bolívia	Manejo de resíduos sólidos	Santa Cruz de la-Sierra - Bolívia	Controlada	100,00%	100,00%
Vega Sucursal Perú	Manejo de resíduos sólidos	Lima - Peru	Controlada	100,00%	100,00%
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	MG	Controlada em Conjunto	51,00%	51,00%
Biometano São Leopoldo S.A.	Energia verde	São Leopoldo-RS	Controlada	70,00%	70,00%
Biometano Salvador S.A.	Energia verde	Salvador - BA	Controladora	70,00%	0,00%
Biometano Sul S.A.	Energia verde	Minas do Leão-RS	Controladora	70,00%	70,00%
Biotérmica Energia S.A.	Energia verde	Minas do Leão-RS	Controlada em conjunto	70,00%	70,00%
Essencis Biometano S.A.	Energia verde	Caieiras	Controlada em conjunto	60,00%	60,00%
Solvi Energia verde S.A.	Energia verde	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Termoverde Caieiras Ltda.	Energia verde	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Termoverde Salvador S.A.	Energia verde	Salvador-BA	Controlada	100,00%	100,00%
Cetech Serviços S.A.	Plataforma industrial	Camaçari-BA	Controlada em conjunto	15,95%	15,95%
Cetrel S.A.	Plataforma industrial	Camaçari-BA	Controlada	32,18%	31,91%
Distribuidora de Água Camaçari S.A.	Plataforma industrial	Camaçari-BA	Controlada	32,18%	31,91%
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S. A.	Plataforma industrial	São Paulo-SP	Controlada	50,10%	50,10%
Plaind Investimentos S.A.	Soluções Industriais	São Paulo - SP	Controlada	50,10%	50,10%
Compañía de Inversiones Ambientales S.A.	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	Peru	Controlada	100,00%	100,00%
Riograndense Participações S.A.	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	Porto Alegre-RS	Controlada	70,00%	70,00%
Solvi Exec Participações S.A.	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	50,10%	50,10%
Vega Peru S.A.	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	Peru	Controlada	100,00%	100,00%
Vega Sucursal Argentina	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	Argentina	Controlada	100,00%	100,00%
Ess Environmental Smart Soluções Tecnológicas Ltda	Soluções em tecnologia	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	Compostagem de resíduos e Produção de fertilizantes	Coroados - SP	Controlada	100,00%	100,00%
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Ingeniería Y Gestión Ambiental de Residuos S.A. - IGAR	Desenvolvimento de novos negócios na área manejo de resíduos sólidos	Bolívia	Controlada	99,98%	99,98%
Consórcio Vial Kishuara	Outros	Peru	Controlada	98,00%	98,00%
Consórcio Águas de San Martin	Outros	Peru	Controlada	70,00%	70,00%

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participação de acionistas não controladores:

31 de dezembro de 2025																
	Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	Riograndense Participações S.A.	SBC Valorização de Resíduos S.A.	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Innova Ambiental S.A.	Montes Claros	Riograndense mais valia	Biometano Sul S.A.	GRI Gerenciamento	Catarinense	Biometano São Leopoldo	Cetrel S.A.	Plaind Investimentos S.A.	Solvi Exc	Total
Ativo circulante	127.821	2.260	1.538	548	-	39.128	-	-	3.763	-	3.565	2.570	39.131	8.267	4.062	232.653
Ativo não circulante	653.404	485	79.931	18.684	1	19.615	1.338	33.899	44.678	-	20.187	23.417	470.038	350.093	6.357	1.722.127
Total do ativo	781.225	2.745	81.469	19.232	1	58.743	1.338	33.899	48.441	-	23.752	25.987	509.169	358.360	10.419	1.954.780
Passivo circulante	139.746	4.029	10.747	232	-	9.961	-	-	5.951	-	2.948	4.372	37.586	18	2.126	217.716
Passivo não circulante	594.058	3.140	37.616	10.929	3	38.386	-	-	30.074	-	1.476	18.172	75.465	-	192	809.511
Patrimônio líquido	47.421	(4.424)	33.106	8.071	(2)	10.396	1.338	33.899	12.416	-	19.328	3.443	396.118	358.342	8.101	927.553
Total do passivo e patrimônio líquido	781.225	2.745	81.469	19.232	1	58.743	1.338	33.899	48.441	-	23.752	25.987	509.169	358.360	10.419	1.954.780
Investimento	47.421	(4.424)	33.106	8.071	(2)	10.396	1.338	33.899	12.416	-	19.328	3.443	396.118	358.342	8.101	927.553
Lucro/(Prejuízo) do exercício	104.212	(1.760)	17.145	287	-	4.370	-	-	1.461	-	2.592	(188)	28.748	20.415	6.075	183.357
% de participação no investimento	37,65%	49,00%	30,00%	25,00%	0,02%	30,00%	49,00%	30,00%	30,00%	0,00%	37,00%	30,00%	32,18%	49,90%	49,90%	
31 de dezembro de 2024																
	Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	Riograndense Participações S.A.	SBC Valorização de Resíduos S.A.	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Innova Ambiental S.A.	Montes Claros	Riograndense mais valia	Biometano Sul S.A.	GRI Gerenciamento	Catarinense	Biometano São Leopoldo	Cetrel S.A.	Plaind Investimentos S.A.	Solvi Exc	Total
Ativo circulante	111.065	2.582	828	1.383	-	31.641	-	-	581	-	5.390	12.328	42.637	7.252	3.086	218.773
Ativo não circulante	573.584	989	77.840	18.242	1	21.263	1.338	33.899	33.686	-	19.780	329	464.890	333.017	3.585	1.582.443
Total do ativo	684.649	3.571	78.668	19.625	1	52.904	1.338	33.899	34.267	-	25.170	12.657	507.527	340.269	6.671	1.801.216
Passivo circulante	86.227	4.034	14.037	262	-	7.630	-	-	5.614	-	3.424	569	97.713	43.870	1.387	264.767
Passivo não circulante	534.955	3.423	27.022	11.379	3	39.582	-	-	24.651	-	3.108	12.359	29.509	-	-	685.991
Patrimônio líquido	63.467	(3.886)	37.609	7.984	(2)	5.692	1.338	33.899	4.002	-	18.638	(271)	380.305	296.399	5.285	850.459
Total do passivo e patrimônio líquido	684.649	3.571	78.668	19.625	1	52.904	1.338	33.899	34.267	-	25.170	12.657	507.527	340.269	6.672	1.801.217
Investimento	63.467	(3.886)	37.609	7.984	(2)	5.692	1.338	33.899	4.002	-	18.638	(271)	380.305	296.399	5.285	850.459
Lucro/(Prejuízo) do período	79.018	(929)	22.747	(756)	(1)	(3.053)	-	-	(309)	2.867	1.975	(271)	6.995	6.125	4.476	118.884
% de participação no investimento	37,65%	49,00%	30,00%	25,00%	0,02%	30,00%	49,00%	30,00%	30,00%	0,00%	46,00%	30,00%	36,30%	49,90%	49,90%	

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado em participação de acionistas não controladores:

31 de dezembro de 2025																
	Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	Riograndense Participações S.A.	SBC Valorização de Resíduos S.A.	Ingeniería Y Gestión Ambiental - IGAR	Innova Ambiental S.A.	Montes Claros	Riograndense mais valia	Biometano Sul S.A.	GRI Gerenciamento	Catarinense	Biometano São Leopoldo	Cetrel S.A.	Plaind Investimentos S.A.	Solvi Exc	Total
Receita líquida	475.502	-	-	222	-	40.476	-	-	4.093	-	11.734	-	98.394	-	-	630.421
Custo	(274.024)	-	-	69	-	(18.765)	-	-	(979)	-	(7.057)	(6)	(80.341)	-	-	(381.103)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(27.798)	(2.006)	23.733	54	-	(7.610)	-	-	(289)	-	(822)	(13)	17.333	25.203	3.505	31.290
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	173.680	(2.006)	23.733	345	-	14.101	-	-	2.825	-	3.855	(19)	35.386	25.203	3.505	280.608
Resultado financeiro	(19.206)	246	(6.588)	65	-	(5.402)	-	-	(937)	-	44	(169)	(5.772)	(4.788)	3.637	(38.870)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	154.474	(1.760)	17.145	410	-	8.699	-	-	1.888	-	3.899	(188)	29.614	20.415	7.142	241.738
Imposto de renda e contribuição social	(50.262)	-	-	(123)	-	(4.329)	-	-	(427)	-	(1.307)	-	(866)	-	(1.067)	(58.381)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	104.212	(1.760)	17.145	287	-	4.370	-	-	1.461	-	2.592	(188)	28.748	20.415	6.075	183.357
% de participação no investimento	37,65%	49,00%	30,00%	25,00%	0,02%	30,00%	49,00%	30,00%	30,00%	0,00%	37,00%	30,00%	32,18%	49,90%	49,90%	
31 de dezembro de 2024																
	Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	Riograndense Participações S.A.	SBC Valorização de Resíduos S.A.	Ingeniería Y Gestión Ambiental - IGAR	Innova Ambiental S.A.	Montes Claros	Riograndense mais valia	Biometano Sul S.A.	GRI Gerenciamento	Catarinense	Biometano São Leopoldo	Cetrel S.A.	Plaind Investimentos S.A.	Solvi Exc	Total
Receita líquida	396.848	-	-	-	-	28.826	-	-	-	-	11.680	-	27.250	-	-	464.604
Custo	(238.345)	-	-	40	-	(24.629)	-	-	(87)	-	(6.688)	-	(22.085)	-	-	(291.794)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(32.136)	(1.075)	26.748	(700)	(1)	(6.509)	-	-	(176)	2.867	(1.574)	(150)	2.945	6.125	2.965	(671)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	126.367	(1.075)	26.748	(660)	(1)	(2.312)	-	-	(263)	2.867	3.418	(150)	8.110	6.125	2.965	172.139
Resultado financeiro	(6.746)	146	(4.001)	72	-	(661)	-	-	(46)	-	3	(121)	(1.882)	-	2.220	(11.016)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	119.621	(929)	22.747	(588)	(1)	(2.973)	-	-	(309)	2.867	3.421	(271)	6.228	6.125	5.185	161.123
Imposto de renda e contribuição social	(40.603)	-	-	(168)	-	(80)	-	-	-	-	(1.446)	-	767	-	(709)	(42.239)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	79.018	(929)	22.747	(756)	(1)	(3.053)	-	-	(309)	2.867	1.975	(271)	6.995	6.125	4.476	118.884
% de participação no investimento	37,65%	49,00%	30,00%	25,00%	0,02%	30,00%	49,00%	30,00%	30,00%	0,00%	37,00%	30,00%	36,30%	49,90%	49,90%	

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa em participação de acionistas não controladores

31 de dezembro de 2025																
	Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	Riograndense Participações S.A.	SBC Valorização de Resíduos S.A.	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Innova Ambiental S.A.	Montes Claros	Riograndense mais valia	Biometano Sul	GRI Gerenciamento	Catarinense	Biometano São Leopoldo	Cetrel S.A.	Plaind Investimentos S.A.	Solvi Exc	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	321.640	(2.537)	59.313	1.393	464	33.317	-	47.358	12.362	-	11.965	2.693	124.279	614	(2.719)	610.142
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(139.647)	-	-	-	-	(8.587)	-	(60.504)	(38.771)	-	(4.326)	(60.312)	(253.179)	-	-	(565.326)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(166.398)	2.460	(59.399)	(1.400)	-	(25.274)	-	(44.647)	29.953	-	(6.612)	32.007	120.346	-	-	(118.964)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	15.595	(77)	(86)	(7)	464	(544)	-	(57.793)	3.544	-	1.027	(25.612)	(8.554)	614	(2.719)	(74.148)

31 de dezembro de 2024																
	Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	Riograndense Participações S.A.	SBC Valorização de Resíduos S.A.	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Innova Ambiental S.A.	Montes Claros	Riograndense mais valia	Biometano Sul	GRI Gerenciamento	Catarinense	Biometano São Leopoldo	Cetrel S.A.	Plaind Investimentos S.A.	Solvi Exc	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	311.264	(3.523)	18.944	2.581	(5)	43.597	-	103.400	(4.198)	-	2.616	(7.261)	121.946	-	3.099	592.460
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.494)	3.640	-	(1.500)	-	(8.853)	-	(55.488)	(64.603)	-	(2.884)	(1.097)	(108.258)	-	-	(246.537)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(216.164)	-	(18.858)	-	-	(26.317)	-	(41.035)	26.372	-	(2.535)	41.003	(4.205)	-	-	(241.739)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	87.606	117	86	1.081	(5)	8.427	-	6.877	(42.429)	-	(2.803)	32.645	9.483	-	3.099	104.184

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participação em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

31 de dezembro de 2025											
Biotérmica	Essencis MG	Ecovia	Viasolo	Hekos	CMTR	Limpar	Cetech	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
4.120	38.206	4.172	42.310	17.924	2.244	41.571	1.407	48.992	31.540	14	232.500
1.458	4.628	237	13.595	569	1.847	18	603	421	14.153	2	37.531
2.662	33.578	3.935	28.715	17.355	397	41.553	804	48.571	17.387	12	194.969
51.764	89.825	6.426	110.851	49.786	43.669	13.498	265	27.123	123.660	-	516.867
450	3.199	553	33.546	11.446	2.340	-	4	9	-	-	51.547
-	2.669	-	38.089	-	-	-	-	-	-	-	40.758
51.314	83.954	921	39.216	38.340	41.329	13.408	261	27.106	123.660	-	419.509
-	3	4.952	-	-	-	90	-	8	-	-	5.053
55.884	128.031	10.598	153.161	67.710	45.913	55.069	1.672	76.115	155.200	14	749.367
26.313	17.347	4.705	37.283	7.921	77	25.257	527	39.959	23.622	95	183.106
13.259	4.609	1.718	4.556	556	-	917	-	15.789	12.806	-	54.210
13.054	12.738	2.987	32.727	7.365	77	24.340	527	24.170	10.816	95	128.896
20.763	73.357	4.545	13.256	4.219	-	276	-	222	82.041	14	198.693
20.699	3.821	4.413	8.226	1.019	-	-	-	-	82.039	-	120.217
64	69.536	132	5.030	3.200	-	276	-	222	2	14	78.476
8.808	37.327	1.348	102.622	55.570	45.836	29.536	1.145	35.934	49.537	(95)	367.568
55.884	128.031	10.598	153.161	67.710	45.913	55.069	1.672	76.115	155.200	14	749.367
6.166	24.886	13	52.337	28.341	12.605	17.722	573	17.608	29.722	(67)	
70,00%	66,67%	1,00%	51,00%	51,00%	27,50%	60,00%	50,00%	49,00%	60,00%	70,00%	

31 de dezembro de 2024											
Biotérmica	Essencis MG	Ecovia	Viasolo	Hekos	CMTR	Limpar	Cetech	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
4.578	37.054	3.039	38.155	14.994	3.092	54.490	1.407	48.038	6.948	13	211.808
1.465	11.280	590	4.038	385	2.644	5	603	680	4.490	2	26.182
3.113	25.774	2.449	34.117	14.609	448	54.485	804	47.358	2.458	11	185.626
51.674	93.735	8.151	106.443	47.097	43.776	16.541	265	39.194	138.509	-	545.385
42	2.847	731	27.681	6.039	2.340	-	4	19	-	-	39.703
-	3.340	-	38.541	-	-	-	-	-	-	-	41.881
51.632	87.540	208	40.221	41.058	41.436	16.288	261	39.167	138.509	-	456.320
-	8	7.212	-	-	-	253	-	8	-	-	7.481
56.252	130.789	11.190	144.598	62.091	46.868	71.031	1.672	87.232	145.457	13	757.193
18.953	26.940	2.429	32.014	7.090	65	36.979	527	33.086	32.818	69	190.970
14.746	4.760	951	5.250	1.993	-	4.780	-	6.299	17.151	-	55.930
4.207	22.180	1.478	26.764	5.097	65	32.199	527	26.787	15.667	69	135.040
38.851	54.815	6.670	13.444	3.409	-	343	-	119	87.230	252	205.133
29.228	8.299	5.986	8.482	1.555	-	-	-	-	87.224	-	140.774
9.623	46.516	684	4.962	1.854	-	343	-	119	6	252	64.359
(1.552)	49.034	2.091	99.140	51.592	46.803	33.709	1.145	54.027	25.409	(308)	361.090
56.252	130.789	11.190	144.598	62.091	46.868	71.031	1.672	87.232	145.457	13	757.193
(1.086)	32.691	21	50.561	26.312	12.871	20.225	573	26.473	15.245	(216)	
70,00%	66,67%	1,00%	51,00%	51,00%	27,50%	60,00%	50,00%	49,00%	60,00%	70,00%	

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

31 de dezembro de 2025												
	Biotérmica	Essencis MG	Ecovia	Viasolo	Hekos	CMTR	Limpar	Cetech	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
Receita líquida	26.384	81.627	11.407	89.106	25.985	-	167.992	855	88.722	64.261	-	556.339
Custo	(29.333)	(52.378)	(8.363)	(76.239)	(17.462)	-	(145.285)	(522)	(63.217)	(21.356)	-	(414.155)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(745)	(6.549)	(555)	(6.877)	(395)	(1.250)	(351)	(9)	(573)	3.231	238	(13.835)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	(3.694)	22.700	2.489	5.990	8.128	(1.250)	22.356	324	24.932	46.136	238	128.349
Resultado financeiro	(6.896)	(10.034)	(1.141)	967	(694)	282	(5.284)	164	(17.531)	(9.871)	-	(50.038)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	(10.590)	12.666	1.348	6.957	7.434	(968)	17.072	488	7.401	36.265	238	78.311
Imposto de renda e contribuição social	-	(4.558)	(499)	314	(1.942)	-	(5.973)	(142)	(1.998)	(8.537)	(28)	(23.363)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(10.590)	8.108	849	7.271	5.492	(968)	11.099	346	5.403	27.728	210	54.948
% de participação no investimento	70,00%	66,67%	1,00%	51,00%	51,00%	27,50%	60,00%	50,00%	49,00%	60,00%	70,00%	

31 de dezembro de 2024												
	Biotérmica	Essencis MG	Ecovia	Viasolo	Hekos	CMTR	Limpar	Cetech	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
Receita líquida	15.300	72.933	10.821	97.301	19.043	-	193.834	481	120.976	4.759	-	535.448
Custo	(19.622)	(52.268)	(7.957)	(80.834)	(11.545)	-	(162.634)	(394)	(87.868)	(4.102)	-	(427.224)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	592	(1.786)	(527)	(684)	2.494	(987)	296	(1)	(616)	(8.867)	(17)	(10.103)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	(3.730)	18.879	2.337	15.783	9.992	(987)	31.496	86	32.492	(8.210)	(17)	98.121
Resultado financeiro	(7.664)	(7.538)	(1.261)	159	(810)	302	(13.013)	19	(12.297)	(3.074)	-	(45.177)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	(11.394)	11.341	1.076	15.942	9.182	(685)	18.483	105	20.195	(11.284)	(17)	52.944
Imposto de renda e contribuição social	38	(3.973)	(340)	(4.109)	-	-	(6.538)	(30)	(6.696)	-	-	(21.648)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(11.356)	7.368	736	11.833	9.182	(685)	11.945	75	13.499	(11.284)	(17)	31.296
% de participação no investimento	70,00%	66,67%	66,67%	51,00%	51,00%	27,50%	60,00%	50,00%	49,00%	60,00%	70,00%	

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

31 de dezembro de 2025												
	Biotérmica	Essencis MG	Ecovia	Viasolo	Hekos	CMTR	Limpar	Cetech	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.380	8.569	1.670	26.854	6.691	(797)	3.774	111	(16.369)	23.634	-	58.517
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.943)	(4.134)	(742)	(11.903)	(6.462)	-	-	-	-	(2.553)	-	(29.737)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(444)	(12.204)	(1.281)	(6.096)	(45)	-	(3.761)	-	16.110	(11.418)	-	(19.139)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7)	(7.769)	(353)	8.855	184	(797)	13	111	(259)	9.663	-	9.641
31 de dezembro de 2024												
	Biotérmica	Essencis MG	Ecovia	Viasolo	Hekos	CMTR	Limpar	Cetech	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.361	12.770	(1.214)	16.542	642	1.322	2	(1.354)	340	(16.529)	1	13.883
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	93	(5.757)	(5)	(15.214)	1.104	-	-	-	-	(69.237)	-	(89.016)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(3.792)	(6.201)	1.320	(4.179)	(1.456)	-	-	-	-	65.684	-	51.376
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.338)	812	101	(2.851)	290	1.322	2	(1.354)	340	(20.082)	1	(23.757)

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2 Composição dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Participações em controladas Empresa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Solvi Essencis Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	161.494	172.244	-	-
Solvi Essencis Ambiental S.A.	564.363	553.726	-	-
Solvi Exc Participação	62.863	60.033	-	-
	788.720	786.003	-	-
Participações em empreendimentos controlados em conjunto				
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	24.886	32.691
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	52.337	50.561
Biotérmica Energia S.A.	-	-	6.166	(1.086)
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S. A. - CMTR	-	-	12.605	12.871
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	-	-	13	21
LimpAR Rosário	-	-	17.721	20.225
Logística Ambiental Mediterrânea S. A	-	-	17.608	26.473
Essencis Biometano S.A.	-	-	29.722	15.246
Solvi Essencis Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	-	14.287	17.166
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	-	28.341	26.313
Hekos Soluções Ambientais S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	-	790	790
Cetech Serviços S.A.	-	-	1.189	1.144
	-	-	205.665	202.415
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)				
Essencis Ecosystema Ltda.	398.722	398.722	-	-
Macaé	-	1.148	-	-
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	-	42.283	42.283
Biotérmica Energia S.A.	-	-	1.482	1.482
	398.722	399.870	43.765	43.765
Total investimentos	1.187.422	1.185.873	249.430	246.180
Ambitottal S.A (Provisão para perdas em investimentos)	-	-	(66)	(216)
	-	-	(66)	(216)
Total	1.187.422	1.185.873	249.364	245.964

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2025, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que determinados ativos pudessem ter sofrido desvalorização. O teste de valor recuperável é realizado anualmente por empresa especializada. O teste de impairment dos investimentos que contém ágios foram determinados considerando o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de dezembro de 2025.

31 de dezembro de 2025			
UGC	ATIVO UGC	ÁGIO	VALOR CONTÁBIL
Hekos (a)	23.850	42.283	66.133
Biotérmica (b)	29.879	1.482	31.361

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

(a) Unidade geradora de caixa Hekos

O cálculo do valor em uso da Hekos foi realizado até 31 de dezembro de 2044 com projeção até o preenchimento da capacidade do aterro. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

(b) Unidade geradora de caixa Biotérmica

O cálculo do valor em uso da Biotérmica foi realizado até 31 de dezembro de 2101 com projeção até o preenchimento da capacidade do aterro. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

(*) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade estão na nota explicativa 17.

Solvi Participações S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações dos investimentos são demonstrados a seguir

Movimentação dos investimentos na controladora

Empresa	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Efeito da hiperinflação em Investimentos na Argentina	Variação cambial	Ganho (perda) na mensuração do passivo de benefício definido	Aquisição (nota explicativa 1.2.g.i)	Transação de venda de ações em controladas (nota explicativa 29.b)	Baixa de investimento	Saldo em 31/12/2025
Solvi Essencis Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	172.244	(10.750)	-	-	-	-	-	-	-	161.494
Solvi Essencis Ambiental S.A.	553.726	127.942	(110.427)	10.351	(18.567)	847	491	-	-	564.363
Solvi Exc Participação	60.033	6.100	(3.848)	331	(594)	26	16	799	-	62.863
	786.003	123.292	(114.275)	10.682	(19.161)	873	507	799	-	788.720
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)										
Solvi Essencis Ambiental S.A.	398.722	-	-	-	-	-	-	-	-	398.722
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	1.148	-	-	-	-	-	-	-	(1.148)	-
	399.870	-	-	-	-	-	-	-	(1.148)	398.722
	1.185.873	123.292	(114.275)	10.682	(19.161)	873	507	799	(1.148)	1.187.422
	1.185.873	123.292	(114.275)	10.682	(19.161)	873	507	799	(1.148)	1.187.422

Solvi Participações S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos na controladora

Empresa	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Efeito da hiperinflação em Investimentos na Argentina	Variação cambial	Alienação (nota explicativa 1.1)	Reorganização societária	Saldo em 31/12/2024
Solvi Essencis Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	184.184	(11.940)	-	-	-	-	-	172.244
Solvi Essencis Ambiental S.A.	425.799	102.440	(29.561)	22.478	33.159	26.389	(26.978)	553.726
Solvi Exc Participação	-	4.494	(1.352)	500	849	28.564	26.978	60.033
	609.983	94.994	(30.913)	22.978	34.008	54.953	-	786.003
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)								
Solvi Essencis Ambiental S.A.	398.722	-	-	-	-	-	-	398.722
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	1.148	-	-	-	-	-	-	1.148
	399.870	-	-	-	-	-	-	399.870
	1.009.853	94.994	(30.913)	22.978	34.008	54.953	-	1.185.873

Solvi Participações S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos no consolidado

Empresa	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Variação cambial	Ganho (perda) na mensuração do passivo de benefício definido	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2025
Participações em empreendimentos controlados em conjunto							
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	32.691	5.405	(13.334)	-	-	124	24.886
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	50.561	3.708	(1.932)	-	-	-	52.337
Biotérmica Energia S.A.	(1.086)	(7.413)	-	-	-	14.665	6.166
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S. A. - CMTR	12.871	(266)	-	-	-	-	12.605
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	21	8	(16)	-	-	-	13
LimpAR Rosário	20.225	6.659	(4.520)	(4.643)	-	-	17.721
Logística Ambiental Mediterrânea S. A	26.473	2.647	(2.421)	(9.091)	-	-	17.608
Essencis Biometano S. A	15.246	16.637	(2.161)	-	-	-	29.722
Solvi Essencis Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	17.166	(2.879)	-	-	-	-	14.287
Hekos Soluções Ambientais S. A.	26.313	2.802	(665)	-	(2)	(107)	28.341
Hekos Soluções Ambientais S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	790	-	-	-	-	-	790
Cetech Serviços S.A.	1.144	173	(128)	-	-	-	1.189
	202.415	27.481	(25.177)	(13.734)	(2)	14.682	205.665
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)							
Hekos Soluções Ambientais S. A.	42.283	-	-	-	-	-	42.283
Biotérmica Energia S.A.	1.482	-	-	-	-	-	1.482
	246.180	27.481	(25.177)	(13.734)	(2)	14.682	249.430
Provisão para perdas em investimentos							
Ambitottal S. A	(216)	147	3	-	-	-	(66)
	245.964	27.628	(25.174)	(13.734)	(2)	14.682	249.364

Solvi Participações S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos no consolidado

Empresa	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Variação cambial	Aumento de capital	Combinação de negócio	Saldo em 31/12/2024
Participações em empreendimentos controlados em conjunto							
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	29.007	4.912	(1.228)	-	-	-	32.691
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	14.678	1.447	-	-	-	(16.125)	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	44.527	6.034	-	-	-	-	50.561
Biotérmica Energia S.A.	3.189	(7.950)	-	-	3.675	-	(1.086)
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S. A. - CMTR	13.059	(188)	-	-	-	-	12.871
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	13	8	-	-	-	-	21
LimpAR Rosário	8.080	7.167	(3.580)	8.558	-	-	20.225
Logística Ambiental Mediterrânea S. A	9.946	6.615	(427)	10.339	-	-	26.473
Essencis Biometano S.A.	6.617	(6.770)	-	-	15.399	-	15.246
Solvi Essencis Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	19.855	(2.689)	-	-	-	-	17.166
Hekos Soluções Ambientais S. A.	21.152	4.683	(114)	-	592	-	26.313
Hekos Soluções Ambientais S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	790	-	-	-	-	-	790
Cetech Serviços S.A.	-	75	(30)	-	-	1.099	1.144
	170.913	13.344	(5.379)	18.897	19.666	(15.026)	202.415
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)							
Hekos Soluções Ambientais S. A.	42.283	-	-	-	-	-	42.283
Biotérmica Energia S.A.	1.482	-	-	-	-	-	1.482
	214.678	13.344	(5.379)	18.897	19.666	(15.026)	246.180
Provisão para perdas em investimentos							
Ambitottal S. A	(163)	(11)	-	(19)	-	-	(193)
	214.515	13.333	(5.379)	18.878	19.666	(15.026)	245.987

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações relativas as controladas e controladas em conjunto

Empresa	31 de dezembro de 2025			
	Capital social	Participação societária - %	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controladas				
Solvi Essencis Ambiental S.A.	281.382	100,00%	600.386	132.523
Solvi Essencis Ambiental S.A. - Valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	161.494	(10.750)
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.145	100,00%	18.982	11.730
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	128.627	100,00%	121.553	(6.898)
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	138.160	100,00%	200.647	3.204
Solvi Exc Participações S.A.	26.979	50,10%	125.474	12.175
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	10	100,00%	1.589	1.579
Ess Environmental Smart Soluções Tecnológicas Ltda	13.512	100,00%	11	(15)
Vega Engenharia Ambiental S.A.	32.235	100,00%	34.953	269
Revita Engenharia S.A.	665.878	100,00%	915.444	229.609
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	140.680	100,00%	10.097	(990)
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	63,00%	28.707	7.005
Plaind Investimentos S.A.	654.574	50,10%	718.120	40.912
Solvi Energia verde S.A.	10	100,00%	8	(52)
Controladas em conjunto				
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	6.270	66,67%	37.327	8.107
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	26.367	51,00%	102.622	7.271
Hekos Soluções Ambientais S. A.	15.770	51,00%	55.570	5.491
Biotérmica Energia S.A.	31.260	70,00%	8.808	(10.591)
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. - CMTR	48.824	27,50%	45.836	(968)
Vega Sucursal LimpAr	22	60,00%	29.536	11.098
Logística Ambiental Mediterrânea - LAM	172	49,00%	35.934	5.404
Essencis Biometano S.A.	37.347	60,00%	49.537	27.729
Biometano Sul S.A.	39.261	70,00%	41.385	4.869
Biometano São Leopoldo S.A.	19.104	70,00%	11.477	(625)

Empresa	31 de dezembro de 2024			
	Capital social	Participação societária - %	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controladas				
Solvi Essencis Ambiental S.A.	281.382	100,00%	592.994	108.590
Solvi Essencis Ambiental S.A. - Valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	172.244	(11.940)
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.145	100,00%	7.252	5.317
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	223.627	100,00%	130.448	2.801
Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda	28.746	100,00%	45.032	21.368
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	139.164	100,00%	205.391	(5.014)
Solvi Exc Participações S.A.	26.979	50,10%	119.826	8.970
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	10	100,00%	795	373
Ess Environmental Smart Soluções Tecnológicas Ltda	13.512	100,00%	6	(2.982)
Vega Engenharia Ambiental S.A.	32.235	100,00%	47.787	5.134
Revita Engenharia S.A.	665.878	100,00%	760.372	145.741
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	140.680	100,00%	10.456	(1.448)
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	12.800	63,00%	26.838	8.019
Plaind Investimentos S.A.	654.574	50,10%	593.985	12.275
Solvi Energia verde S.A.	10	100,00%	1	-
Controladas em conjunto				
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	6.270	66,67%	49.034	7.368
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	26.367	51,00%	99.140	11.832
Hekos Soluções Ambientais S. A.	15.770	51,00%	51.592	9.182
Biotérmica Energia S.A.	7.860	70,00%	(1.552)	(11.358)
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. - CMTR	48.824	27,50%	46.803	(685)
Vega Sucursal LimpAr	34	60,00%	33.709	11.944
Logística Ambiental Mediterrânea - LAM	273	49,00%	54.027	13.499
Essencis Biometano S.A.	37.347	60,00%	25.409	(11.284)
Biometano Sul S.A.	15.460	70,00%	13.341	(1.032)
Biometano São Leopoldo S.A.	10	70,00%	(904)	(908)

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Imobilizado

Consolidado					
	Taxa média anual - %			2025	2024
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros (*)		1.002.836	(528.931)	473.905	370.849
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	740.595	(85.798)	654.797	600.597
Benfeitorias em bens de terceiros (***)	13%	81.663	(51.763)	29.900	12.543
Máquinas e equipamentos	10%	862.298	(341.608)	520.690	494.036
Móveis e utensílios	10%	16.381	(10.011)	6.370	6.040
Equipamentos de informática	20%	32.184	(24.790)	7.394	7.908
Veículos e equipamentos	20%	313.145	(152.890)	160.255	64.670
Imobilizado em andamento		496.082	-	496.082	434.466
Redução ao valor recuperável		(9.837)	-	(9.837)	(9.198)
Sistema de Água e Esgoto		269.083	(7.356)	261.727	256.868
Tubulações		189.904	(10.271)	179.633	158.776
Poços		75.057	(7.544)	67.513	57.202
		4.069.391	(1.220.962)	2.848.429	2.454.757

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

(**) Terrenos não são depreciados.

(***) As benfeitorias em bens de terceiros são depreciadas de acordo com o prazo determinado no contrato de locação.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado do consolidado em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas conforme seguem:

Consolidado								
Custo do Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	Redução ao valor recuperável	Variação Cambial	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2025
Aterro e infra em aterros	865.488	1.025	(6)	133.558	-	(166)	2.937	1.002.836
Terrenos, edificações e construção civil	671.060	995	(191)	69.394	-	(663)	-	740.595
Benfeitorias em bens de terceiros	60.417	-	-	21.246	-	-	-	81.663
Máquinas e equipamentos	778.818	28.611	(4.683)	59.562	-	(10)	-	862.298
Móveis e utensílios	15.182	862	(139)	478	-	(2)	-	16.381
Equipamentos de informática	30.115	1.669	(636)	1.074	-	(38)	-	32.184
Veículos e equipamentos	201.668	48.533	(11.367)	74.500	-	(189)	-	313.145
Imobilizado em andamento	434.466	546.960	(2.562)	(482.749)	-	(33)	-	496.082
Redução ao valor recuperável	(9.198)	-	-	-	(639)	-	-	(9.837)
Sistema de Água e Esgoto	257.103	-	-	11.980	-	-	-	269.083
Tubulações	160.487	-	-	29.417	-	-	-	189.904
Poços	57.923	-	-	17.134	-	-	-	75.057
	3.523.529	628.655	(19.584)	(64.406)	(639)	(1.101)	2.937	4.069.391

Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Baixa	Transferência	Redução ao valor recuperável	Variação Cambial	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2025
Aterro e infra em aterros	(494.639)	(34.241)	-	-	-	(51)	-	(528.931)
Terrenos, edificações e construção civil	(70.463)	(15.497)	162	-	-	-	-	(85.798)
Benfeitorias em bens de terceiros	(47.874)	(3.889)	-	-	-	-	-	(51.763)
Máquinas e equipamentos	(284.782)	(59.922)	3.084	(58)	-	70	-	(341.608)
Móveis e utensílios	(9.142)	(995)	125	-	-	1	-	(10.011)
Equipamentos de informática	(22.207)	(3.210)	601	-	-	26	-	(24.790)
Veículos e equipamentos	(136.998)	(27.158)	11.333	(17)	-	(50)	-	(152.890)
Sistema de Água e Esgoto	(235)	(7.121)	-	-	-	-	-	(7.356)
Tubulações	(1.711)	(8.560)	-	-	-	-	-	(10.271)
Poços	(721)	(6.823)	-	-	-	-	-	(7.544)
	(1.068.772)	(167.416)	15.305	(75)	-	(4)	-	(1.220.962)
	2.454.757	461.239	(4.279)	(64.481)	(639)	(1.105)	2.937	2.848.429

Solvi Participações S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado do consolidado em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas conforme seguem:

Consolidado								
Custo do Imobilizado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Combinação de negócios	Redução ao valor recuperável	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	788.984	2.235	(6.053)	48.606	26.464	-	5.252	865.488
Terrenos, edificações e construção civil	287.164	35.844	(28.444)	69.340	304.800	-	2.356	671.060
Benfeitorias em bens de terceiros	54.680	-	-	5.189	547	-	1	60.417
Máquinas e equipamentos	514.002	74.429	(71.515)	40.043	219.602	-	2.257	778.818
Móveis e utensílios	12.719	1.202	(356)	(253)	1.836	-	34	15.182
Equipamentos de informática	27.878	1.609	(680)	(840)	1.848	-	300	30.115
Veículos e equipamentos	215.749	30.648	(36.258)	(13.880)	822	-	4.587	201.668
Imobilizado em andamento	235.186	322.310	(4.960)	(200.368)	79.921	-	2.377	434.466
Redução ao valor recuperável	(17.844)	-	-	(15.242)	-	23.888	-	(9.198)
Sistema de Água e Esgoto	-	-	-	-	257.103	-	-	257.103
Tubulações	-	-	-	591	159.896	-	-	160.487
Poços	-	-	-	-	57.923	-	-	57.923
	2.118.518	468.277	(148.266)	(66.814)	1.110.762	23.888	17.164	3.523.529

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Baixa	Transferência	Combinação de negócios	Redução ao valor recuperável	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	(452.136)	(52.038)	2.119	8.257	-	-	(841)	(494.639)
Terrenos, edificações e construção civil	(63.057)	(11.671)	4.462	603	-	-	(800)	(70.463)
Benfeitorias em bens de terceiros	(46.623)	(1.525)	-	275	-	-	(1)	(47.874)
Máquinas e equipamentos	(247.069)	(41.233)	(2.169)	6.597	-	-	(908)	(284.782)
Móveis e utensílios	(8.856)	(759)	174	323	-	-	(24)	(9.142)
Equipamentos de informática	(20.710)	(2.554)	388	783	-	-	(114)	(22.207)
Veículos e equipamentos	(141.423)	(28.962)	25.555	10.712	-	-	(2.880)	(136.998)
Sistema de Água e Esgoto	-	(235)	-	-	-	-	-	(235)
Tubulações	-	(1.711)	-	-	-	-	-	(1.711)
Poços	-	(721)	-	-	-	-	-	(721)
	(979.874)	(141.409)	30.529	27.550	-	-	(5.568)	(1.068.772)
	1.138.644	326.868	(117.737)	(39.264)	1.110.762	23.888	11.596	2.454.757

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval das empresas do Grupo Solvi. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos por meio de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos por meio da alienação fiduciária dos bens. Os valores em garantias dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2025 no Consolidado são de R\$ de R\$219.442 no Consolidado (R\$103.531 em 31 de dezembro de 2024).

Custos de empréstimos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Solvi capitalizou custos de empréstimos para os ativos elegíveis de R\$13.437 (R\$7.728 em 31 de dezembro de 2024). Os principais ativos referem-se as instalações de Biometano.

Imobilizados em andamento

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais ativos em construção referem-se a aterros sanitários e instalações de Biometano e a obra civil para a construção da estação de transbordo e escritório administrativo da LOGA.

Redução ao valor recuperável

O Grupo Solvi divulga as seguintes informações para cada perda por desvalorização ou reversão reconhecida durante o exercício para ativo individual, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), ou para unidade geradora de caixa.

Em 2025, a perda de R\$639 (R\$23.888 em 2024) por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados foi representada pela redução no valor contábil de determinados itens do imobilizado no segmento de Manejo de resíduos sólidos na controlada Guamá – Tratamento de Resíduos Ltda no montante de R\$639 (R\$8.645 em 2024) e na GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A no montante de R\$15.242 em 2024 Os efeitos dessa perda foram refletidos em outras despesas operacionais. O valor recuperável de R\$9.837 em dezembro de 2025 (R\$9.198 em dezembro de 2024) foi baseado no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos da controlada Guamá, localizada no Estado do Pará. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 12,4% antes dos tributos.

16 Direito de uso de arrendamento

Ativo subjacente	Consolidado						Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Remensuração	Adição	Depreciação	Baixa	Combinação de negócios	
Aluguel de imóvel comercial	47.167	2.925	7.472	(8.867)	-	-	48.697
Aluguel de veículos pesados	2.052	63	195.205	(40.720)	(37)	-	156.563
Aluguel de aterro	11.870	643	-	(1.363)	-	-	11.150
Aluguel de máquinas e equipamentos	8.834	190	7.203	(1.611)	-	-	14.616
Total	69.923	3.821	209.880	(52.561)	(37)	-	231.026

Ativo subjacente	Consolidado						Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Remensuração	Adição	Depreciação	Baixa	Combinação de negócios	
Aluguel de imóvel comercial	55.273	2.610	-	(7.656)	(3.060)	-	47.167
Aluguel de imóvel comercial (aterros)	1.024	45	-	(1.069)	-	-	-
Aluguel de veículos pesados	12.248	90	-	(9.996)	(290)	-	2.052
Aluguel de aterro	12.557	617	-	(1.304)	-	-	11.870
Aluguel de máquinas e equipamentos	-	141	-	-	-	8.693	8.834
Total	81.102	3.503	-	(20.025)	(3.350)	8.693	69.923

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Intangível

	Consolidado			
			2025	2024
	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	Líquido
Aterro e infraestrutura em aterros	(*)	190.603	(169.252)	21.351
Infraestrutura em transbordos	10%	10.165	(7.278)	2.887
Edificações	3,11%	11.376	(751)	10.625
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	3.168	(2.400)	768
Máquinas e equipamentos	10%	17.097	(7.024)	10.073
Veículos e equipamentos	20%	8.771	(2.194)	6.577
Intangível em andamento	-	11.300	-	11.300
Licença e direito de uso	3,33%	5.099	(7.244)	(2.145)
Carteira de clientes	4,83%	1.690	(1.650)	40
Software	20%	113.313	(36.169)	77.144
Direitos contratuais	6,71%	26.318	(22.223)	4.095
Ônus de concessão (i)		1.453.419	(110.963)	1.342.456
Mais valia de intangíveis:				
Licença e direito de uso - mais valia		342.393	(59.055)	283.338
Direitos contratuais		1.627	(1.627)	-
Metano gerado pelo aterro/projeto de biogás		2.908	(1.587)	1.321
Relacionamento de clientes		422.666	(170.840)	251.826
Destinação de chorume		3.500	(1.635)	1.865
		2.625.413	(601.892)	2.023.521
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:				
Solvi				
Innova		46.412	(27.848)	18.564
Essencis		398.721	-	398.721
Revita				
CRVR		106.288	(3.763)	102.525
Essencis BA		2.543	-	2.543
Piauí Ambiental		10.122	-	10.122
Essencis				
Koleta		6.051	-	6.051
Ecosistema		-	-	-
Macaé		4.250	-	4.250
Ecolar		28.151	(15.238)	12.913
Incineração		3.946	(3.435)	511
Remediação		6.624	(1.440)	5.184
Emergenciall Emergencias		-	-	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.		-	-	-
Catarinense		10.913	-	10.913
		624.021	(51.724)	572.297
Total intangível		3.249.434	(653.616)	2.595.818

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a ocupação do espaço disponível, com base no volume de resíduos efetivamente depositados, em relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela capacidade utilizável até o fim do contrato de concessão, dos dois o menor.

Solvi Participações S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais intangíveis são amortizados pela vida útil ou de acordo com prazo de concessão, dos dois o menor. As mutações do Intangível consolidado estão demonstradas conforme seguem:

Consolidado							
Custo	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	Variação cambial	Combinação de negócios Nota 1.1.2	Saldo em 31/12/2025
Aterro e infra em aterros	186.356	-	-	4.247	-	-	190.603
Infraestrutura em transbordos	10.165	-	-	-	-	-	10.165
Edificações e construção civil	1.412	-	-	9.964	-	-	11.376
Benfeitorias em bens de terceiros	3.168	-	-	-	-	-	3.168
Máquinas e equipamentos	8.645	4.563	-	3.889	-	-	17.097
Veículos e equipamentos	2.471	-	-	6.300	-	-	8.771
Intangível em andamento	61.665	46.566	-	(96.931)	-	-	11.300
Licença e direito de uso	5.099	-	-	-	-	-	5.099
Carteira de clientes	1.978	-	-	(288)	-	-	1.690
Software	36.639	-	(10)	76.679	5	-	113.313
Direitos contratuais	26.333	-	-	-	(15)	-	26.318
Ônus de concessão (i)	1.437.419	16.000	-	-	-	-	1.453.419
Mais valia de intangíveis:							
Licença e direito de uso - mais valia	339.222	-	-	-	-	3.171	342.393
Direitos contratuais	1.627	-	-	-	-	-	1.627
Metano gerado pelo aterro/projeto de biogás	2.908	-	-	-	-	-	2.908
Relacionamento de clientes	422.666	-	-	-	-	-	422.666
Destinação de chorume	3.500	-	-	-	-	-	3.500
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:							
Innova							
Innova	46.749	-	-	-	(337)	-	46.412
Essencis	398.721	-	-	-	-	-	398.721
Revita							
CRVR	106.288	-	-	-	-	-	106.288
Essencis BA .S.A	2.543	-	-	-	-	-	2.543
Piauí Ambiental	10.122	-	-	-	-	-	10.122
Essencis							
Koleta	6.051	-	-	-	-	-	6.051
Ecosistema	3.083	-	(3.083)	-	-	-	-
Macaé	4.250	-	-	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.624	-	-	-	-	-	6.624
Emergenciall Emergencias	3.566	-	(3.566)	-	-	-	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	1.148	-	(1.148)	-	-	-	-
Catarinense	14.945	-	-	-	-	(4.032)	10.913
	3.187.460	67.129	(7.807)	3.860	(347)	(861)	3.249.434
Amortização	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Baixa	Transferência	Variação cambial	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2025
Aterro e infra em aterros	(157.974)	(11.278)	-	-	-	-	(169.252)
Infraestrutura em transbordos	(7.278)	-	-	-	-	-	(7.278)
Edificações	(121)	(630)	-	-	-	-	(751)
Benfeitorias em bens de terceiros	(2.400)	-	-	-	-	-	(2.400)
Máquinas e equipamentos	(6.453)	(571)	-	-	-	-	(7.024)
Veículos e equipamentos	(2.105)	(89)	-	-	-	-	(2.194)
Licença e direito de uso	(5.099)	(2.145)	-	-	-	-	(7.244)
Amortização de clientes	(1.727)	-	-	77	-	-	(1.650)
Software	(31.219)	(5.024)	10	75	(11)	-	(36.169)
Direitos contratuais	(19.866)	(2.372)	-	-	15	-	(22.223)
Ônus de concessão (i)	(41.237)	(69.726)	-	-	-	-	(110.963)
Mais valia de intangíveis:							
Lic.Direitos de Uso - Mais Valia	(36.760)	(22.295)	-	-	-	-	(59.055)
Direitos contratuais	(1.604)	(23)	-	-	-	-	(1.627)
Metano gerado pelo Aterro/Projeto de Biogás	(1.442)	(145)	-	-	-	-	(1.587)
Relacionamento de Clientes	(157.681)	(13.159)	-	-	-	-	(170.840)
Destinação de chorume	(1.736)	(112)	-	213	-	-	(1.635)
Amortização de ágio:							
Innova	(28.050)	-	-	-	202	-	(27.848)
Revita							
CRVR	(3.763)	-	-	-	-	-	(3.763)
Essencis							
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.440)	-	-	-	-	-	(1.440)
	(526.628)	(127.569)	10	365	206	-	(653.616)
Líquido	2.660.832	(60.440)	(7.797)	4.225	(141)	(861)	2.595.818

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado								
Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Variação cambial	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	168.021	1.222	-	17.113	-	-	-	186.356
Infraestrutura em transbordos	9.983	-	-	182	-	-	-	10.165
Edificações e construção civil	401	-	-	1.011	-	-	-	1.412
Benfeitorias em bens de terceiros	3.168	-	-	-	-	-	-	3.168
Máquinas e equipamentos	7.592	332	(1)	722	-	-	-	8.645
Veículos e equipamentos	20.786	-	(20.431)	-	-	2.116	-	2.471
Intangível em andamento	52.174	16.256	(2.642)	(4.123)	-	-	-	61.665
Licença e direito de uso	5.099	218	(218)	-	-	-	-	5.099
Carteira de clientes	1.690	288	-	-	-	-	-	1.978
Software	36.009	113	(2.017)	1.187	-	395	952	36.639
Direitos contratuais	26.234	-	(1.031)	-	-	1.130	-	26.333
Ônus de concessão	-	1.437.419	-	-	-	-	-	1.437.419
Mais valia de intangíveis:								
Licença e direito de uso - mais valia	73.474	14	(1.402)	1.430	-	1	265.705	339.222
Direitos contratuais	1.627	-	-	-	-	-	-	1.627
Metano gerado pelo aterro/projeto de biogás	2.908	-	-	-	-	-	-	2.908
Relacionamento de clientes	358.685	-	-	-	-	-	63.981	422.666
Destinação de chorume	3.500	-	-	-	-	-	-	3.500
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:								
Innova								
Innova	37.359	-	-	-	-	9.390	-	46.749
Essencis	398.721	-	-	-	-	-	-	398.721
Revita								
CRVR	106.288	-	-	-	-	-	-	106.288
Loga	16.742	-	(16.742)	-	-	-	-	-
Essencis BA, S.A.	2.543	-	-	-	-	-	-	2.543
Piauí Ambiental	10.122	-	-	-	-	-	-	10.122
Essencis								
Koleta	6.051	-	-	-	-	-	-	6.051
Ecosistema	3.083	-	-	-	-	-	-	3.083
Macaé	4.250	-	-	-	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	-	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.624	-	-	-	-	-	-	6.624
Emergenciall Emergencias	3.729	-	-	-	(163)	-	-	3.566
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	1.148	-	-	-	-	-	-	1.148
Catarinense	-	-	-	-	-	-	14.945	14.945
	1.400.108	1.455.862	(44.484)	17.522	(163)	13.032	345.583	3.187.460
Amortização								
Aterro e infra em aterros	(148.563)	(9.411)	-	-	-	-	-	(157.974)
Infraestrutura em transbordos	(7.163)	(115)	-	-	-	-	-	(7.278)
Edificações	(42)	(79)	-	-	-	-	-	(121)
Benfeitorias em bens de terceiros	(2.394)	(6)	-	-	-	-	-	(2.400)
Máquinas e equipamentos	(6.144)	(310)	1	-	-	-	-	(6.453)
Veículos e equipamentos	(20.331)	(88)	20.430	-	-	(2.116)	-	(2.105)
Licença e direito de uso	(5.068)	(1.281)	218	1.033	-	(1)	-	(5.099)
Amortização de clientes	(1.650)	(77)	-	-	-	-	-	(1.727)
Software	(30.979)	(1.878)	1.926	-	-	(288)	-	(31.219)
Direitos contratuais	(11.417)	(8.350)	1.031	-	-	(1.130)	-	(19.866)
Ônus de concessão	-	(41.237)	-	-	-	-	-	(41.237)
Mais valia de intangíveis:								
Lic.Direitos de Uso - Mais Valia	(32.094)	(3.633)	-	(1.033)	-	-	-	(36.760)
Direitos contratuais	(1.441)	(163)	-	-	-	-	-	(1.604)
Metano gerado pelo Aterro/Projeto de Biogás	(1.345)	(97)	-	-	-	-	-	(1.442)
Relacionamento de Clientes	(147.239)	(10.442)	-	-	-	-	-	(157.681)
Destinação de chorume	(1.609)	(127)	-	-	-	-	-	(1.736)
Amortização de ágio:								
Innova	(22.415)	-	-	-	-	(5.635)	-	(28.050)
Revita								
Loga	(9.930)	-	9.930	-	-	-	-	-
CRVR	(3.763)	-	-	-	-	-	-	(3.763)
Essencis								
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.440)	-	-	-	-	-	-	(1.440)
	(473.700)	(77.294)	33.536	-	-	(9.170)	-	(526.628)
Líquido	926.408	1.378.568	(10.948)	17.522	(163)	3.862	345.583	2.660.832

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Outorga/contrato de concessão

A Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga é Concessionária dos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos no Município de São Paulo/SP, e contabiliza o contrato de concessão nº 026/SSO/2004 (Agrupamento Noroeste) conforme a ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. A Concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de prorrogação da concessão, atuando como prestador de serviço pelo período de 240 meses a contar de 13 de outubro de 2024. A concessão tem vigência até 12 de outubro de 2044. O custo da outorga refere-se ao direito de exploração da infraestrutura em que a Concessionária prometeu entregar pela renovação, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo prazo previsto no contrato.

A amortização da outorga será efetuada dentro do prazo da concessão.

Reconhecimento de Receitas

A receita relacionada à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento e destinação final de resíduos públicos são reconhecidas com base no contrato de concessão firmado entre Loga e Prefeitura do Município de São Paulo – SP. A receita a ser auferida pela Loga é fixa independentemente do quantitativo coletado e destinado.

- **Coleta Pública**

A receita proveniente da prestação dos serviços de coleta é decorrente de: coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de resíduos de serviços de saúde (RSS) oriundos da região noroeste de São Paulo. A receita a ser reconhecida já está contemplada dentro da tarifa paga mensalmente pela Prefeitura do Município de São Paulo - SP.

- **Tratamento e Destinação final de resíduos**

As obrigações de desempenho inerentes aos serviços de tratamento e destinação final de resíduos estão previstas no contrato de concessão e o reconhecimento da receita está contemplado dentro da tarifa paga pela Prefeitura do Município de São Paulo - SP.

As receitas do contrato representam a somatória das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias, projetadas em consonância com o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e Diretrizes para Elaboração dos Fluxos de Caixa.

Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa 30.

Intangíveis em andamento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais ativos são aquisição de software (Oracle), e bens reversíveis de construções referente a expansões de rede de água e esgoto, transbordo e aterros sanitários.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment) apurados com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa

A Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que determinados ativos pudessem ter sofrido desvalorização. Com exceção da baixa do Goodwill da Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda e da Essencis Ecossistema Ltda, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indício de impairment para as demais unidades geradoras de caixa para 31 de dezembro de 2025.

O teste de valor recuperável é realizado anualmente por empresa especializada.

O teste de impairment dos ágios das UGC de negócio, que inclui a Companhia, é baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de cinco anos.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2025			
UGC	ATIVO UGC	ÁGIO	VALOR CONTÁBIL
Solvi Essencis	874.780	445.038	1.319.818
Innova	100.843	17.408	118.251
GRI Koleta	80.702	6.051	86.753
Solvi Essencis	693.235	421.579	1.114.814
Revita	327.462	126.103	453.565
CRVR	259.521	102.525	362.046
Piauí Ambiental	13.776	10.122	23.898
Essencis BA	33.485	2.543	36.028
Catarinense	20.680	10.913	31.593

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Unidade geradora de caixa Innova

O cálculo do valor em uso da Innova foi realizado até 31 de dezembro de 2030 com base no período de 5 anos, e acrescentado uma perpetuidade. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 8,2%.

Unidade geradora de caixa GRI Koleta

O cálculo do valor em uso da GRI Koleta foi realizado até 31 de dezembro de 2031 com base no período de 5 anos, e acrescentado uma perpetuidade. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Essencis BA

O cálculo do valor em uso da Essencis BA foi realizado até 31 de dezembro de 2089 com projeção até o preenchimento da capacidade do aterro. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa CRVR

O cálculo do valor em uso da CRVR foi realizado até 31 de dezembro de 2074 com projeção até o preenchimento da capacidade do aterro. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Piauí Ambiental

O cálculo do valor em uso da Piauí Ambiental foi realizado até 31 de dezembro de 2061 com projeção até o preenchimento da capacidade do aterro. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Essencis (Macaé/Ecolar/Incinerção/Remediação)

O cálculo do valor em uso da Essencis (Macaé/Ecolar/Incinerção/remediação) foi realizado até 31 de dezembro de 2052 com projeção até o preenchimento da capacidade do aterro. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Catarinense

O cálculo do valor em uso da Catarinense foi realizado até 31 de dezembro de 2059 com projeção até o preenchimento da capacidade do aterro. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso para as unidades mencionadas acima é mais sensível às seguintes premissas:

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita

A receita é planejada conforme característica do aterro, sendo KI (Classe I (perigosos): Engloba resíduos perigosos, como lodos contaminados, resíduo hospitalar, embalagens de químicos, óleos minerais e outros), KII (Classe II A (não inertes): Abrange resíduos não perigosos, como orgânicos, papel/papelão contaminado, plásticos, lodos não contaminados, resíduos de madeira e outros ou Inertes (Classe II B: Destina resíduos inertes, como entulhos de obras, concreto, tijolos, pedras, areia, sucata de ferro/aço e vidros, que não sofrem transformações físico-químicas significativas), tem como premissa o crescimento de resíduo com lastro no PIB (principalmente o resíduo proveniente de indústrias) e/ou tendência de crescimento do volume por região. A base histórica serve de apoio neste momento.

O crescimento populacional por região/cidade atendida foi um apoio para os estudos das áreas comerciais principalmente para os resíduos urbanos. Com relação ao preço, os contratos no geral têm como indexador de reajuste o IPCA, com prazos médios de 1 ano renováveis. Adicionalmente contratos ativos e que não possuem sinalização de concorrências no ano seguinte, ou que há o cenário de confiança para renovação (satisfação do cliente, histórico do cliente, competitividade da GRI nos contratos, etc.), se avalia a série histórica de cada contrato, prevendo ganhos de reajuste de preço com base em índices contratuais e índices de reajuste de mão de obra, e ponderando possíveis oscilações de mercado com a venda de recicláveis (Ex: relatório Anguti para aparas de papelão). Novos Negócios: com base nas concorrências em andamento no ano base, "com o termômetro comercial" (funil de vendas - probabilidade de fechamento), projetamos o desafio comercial para o ano seguinte. Como premissa geral, a receita é ajustada de modo a preservar a rentabilidade do negócio do ano base, salvo exceções de grandes desmobilizações.

EBITDA

Considera a margem histórica, estimativa de correção de preço, bem como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos e crescimento de receita.

Impostos Diretos

Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação de cada entidade.

Taxa de Desconto

Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (Weighted Average Cost of Capital), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01/IAS 36.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade de deterioração do ágio, a Companhia considerou reduções no valor de uso de cada unidade geradora de caixa, expressas em pontos percentuais (p.p.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

- Diminuindo 5%, 10% e 15%

Como resultado da análise de sensibilidade, não foi identificado impairment.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve fatores internos e/ou externos que alterassem de forma significativa o valor recuperável dos ativos.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	338	255	312.403	279.470
Partes relacionadas – nota 22	14	25	3.694	676
	352	280	316.097	280.146
Circulante	352	280	313.986	278.141
Não circulante	-	-	2.111	2.005

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Consolidado	
			2025	2024
Financiamento de projetos	Pré-fixado de 2,10% a 11,54% a.a.			
	TLP de 9,19% a.a.			
	IPCA + 3,95% a 12,32% a.a.			
	CDI + de 2,00% a 4,15% a.a.			
	SELIC + 2,50% a 4,90% a.a.			
	SELIC + 3,65% a 4,70% a.a.	Nov/26 a Mai/41	593.126	437.779
Financiamento de veículos e equipamentos	CDI + de 2,55% a 4,04% a.a.			
	TLP + 3,95% a.a.			
	Pré-fixado de 9,90% a.a.	Abr/26 a Nov/30	113.652	90.411
	CDI + 4,00% a.a.	Dez/26 a Jul/27	48.977	50.583
Empréstimo				
Leasing	Pré-fixado de 4,30% a.a. a 10,25% a.a.	Jul/25 a Abr/28	12.286	16.296
			-	-
			-	-
			768.041	595.069
Circulante			131.465	70.412
Não circulante			636.576	524.657

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora e nos casos em que há sócios, na proporção de sua participação societária. Na eventualidade do Grupo Solvi fornecer garantia integral para uma controlada conjunta, há contragarantia do sócio.

Os financiamentos com recursos do FINAME estão garantidos pela alienação fiduciária dos bens financiados e avais.

Os financiamentos com recursos do BRDE, BNDES, CEF e BNB são garantidos por avais e quando necessário, por fiança bancária, no valor de R\$524.174 em 31 de dezembro de 2025 (R\$337.299 em 31 de dezembro de 2024).

Os montantes a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	Consolidado	
	2025	2024
2025	111.515	134.196
2026	214.291	171.188
Após 2027	310.770	219.273
	636.576	524.657

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Conciliação da movimentação de empréstimos e financiamentos

Consolidado								
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Variação monetária	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2025
Financiamento de projetos	437.779	240.627	65.402	(43.382)	(107.300)	-	-	593.126
Financiamento de veículos e equipamentos	90.411	56.346	16.666	(13.673)	(36.098)	-	-	113.652
Empréstimo	50.583	5.000	763	(737)	(6.632)	-	-	48.977
Leasing	16.296	593	1.499	(2.823)	(3.123)	(156)	-	12.286
	595.069	302.566	84.330	(60.615)	(153.153)	(156)	-	768.041

Consolidado								
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Variação monetária	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	299.441	185.605	37.241	(25.928)	(66.205)	-	7.625	437.779
Financiamento de veículos e equipamentos	82.096	45.241	9.460	(6.854)	(43.050)	-	3.518	90.411
Empréstimo	22.308	41.000	2.402	(1.067)	(14.060)	-	-	50.583
Leasing	2.851	17.232	814	(98)	(2.405)	(2.098)	-	16.296
	406.696	289.078	49.917	(33.947)	(125.720)	(2.098)	11.143	595.069

Covenants

O Grupo Solvi mantém contratos firmados com Instituições Financeiras, os quais possuem garantias e covenants usuais do mercado para medir alavancagem financeira e cobertura do serviço da dívida das controladas tomadoras e/ou do consolidado do Grupo Solvi e/ou da Companhia, a qual figura como interveniente em certos contratos, índices esses que são medidos anualmente.

Todas as cláusulas restritivas quantitativas referentes aos contratos foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

20 Debêntures e notas comerciais

Consolidado				
Entidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2025	2024
Solvi Essencis Ambiental S.A. (a) - 2ª emissão	CDI + 3,50%a.a	15/06/2032	-	890.958
Solvi Essencis Ambiental S.A. (b) - 3ª emissão	CDI + 2,50%a.a	28/06/2025	-	130.070
Solvi Essencis Ambiental S.A. (c) - 4ª emissão	CDI + 3,10%a.a	12/04/2029	477.327	473.420
Solvi Essencis Ambiental S.A. (d) - 5ª emissão	CDI + 2,10%a.a	07/06/2032	272.752	-
Solvi Essencis Ambiental S.A. (e) - 7ª emissão	CDI + 1,70%a.a	10/12/2036	766.371	-
Solvi Essencis Ambiental S.A. (f) - 1ª emissão	CDI + 1,40%a.a	03/12/2026	151.554	-
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (g)	CDI + 3,00%a.a	22/11/2029	104.661	130.435
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (h)	CDI + 2,55%a.a	22/08/2029	53.207	-
Revita Engenharia S.A (i)	CDI +2,75 e 3,20%a.a	14/02/2028	42.621	67.352
Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA (j)	CDI +3,00%a.a	30/09/2027	17.839	27.616
Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA (l)	IPCA +8,32%a.a	15/05/2041	152.544	-
Cetrel S.A - (m) 1ª emissão	126,5%a.a do CDI	16/09/2025	-	9.438
Cetrel S.A - (n) 2ª emissão	CDI +1,40%a.a	14/02/2032	161.095	-
Distribuidora de Água Camaçari S.A (o)	IPCA +8,85%a.a	15/08/2032	50.111	64.350
(-) Custo de captação			(33.029)	(18.001)
			2.217.053	1.775.638
Circulante			387.362	354.659
Não circulante			1.829.691	1.420.979

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Solvi Essencis Ambiental S.A.

Em 24 de maio de 2022, a Solvi Essencis realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2(duas) séries, no valor R\$ 1.000.000, sendo R\$ 650.000 na Primeira Série das debêntures, e R\$ 350.000 na Segunda Série das debêntures para distribuição pública com esforços restritos, integralizadas em 23 de junho de 2022, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização semestral a partir de 15 de junho de 2024 e vencimento final em 15 de junho 2032.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 2ª emissão das debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) foram destinados à aquisição da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, da primeira emissão da Solvi Participações ("Debêntures Solvi Participações"), anteriormente detidas pelos debenturistas das Debêntures Solvi Participações, sendo certo que:

(i) Após a aquisição das Debêntures Solvi Participações, a Emissora passou a ser a credora de tais créditos decorrentes e oriundos da titularidade das Debêntures da Solvi Participações ("Dívida Solvi Participações"); e

No âmbito da Reorganização Societária Permitida, a Solvi Participações realizou um aumento de capital da Emissora, com emissão de ações ordinárias da Emissora, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Solvi Participações, mediante o aporte dos ativos líquidos da Solvi Participações na Emissora, incluindo o saldo da Dívida Solvi Participações, resultando então no cancelamento das Debêntures Solvi Participações.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Participações como principal pagadora e devedora solidária pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$ 1.000.000, observado em qualquer hipótese (i) a quantidade de 650.000 (seiscentas e cinquenta mil) Debêntures na Primeira Série "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) a quantidade de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Debêntures na Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, as "Debêntures").

Em 20 de outubro de 2022, foi celebrado o primeiro aditamento da segunda emissão, conforme previsto nas Cláusulas 4.23.5 e 4.23.7 da referida escritura de emissão, para a liberação da garantia fidejussória da Solvi Participações S.A. após o cumprimento da obrigação de reorganização societária prevista, concluída em 03 de agosto de 2022.

Os covenants são condições restritas que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, o índice financeiro pactuado é a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA apurado com base em demonstrações financeiras Pro-forma asseguradas (consolidação de todas as empresas nas quais a Companhia detém participação societária superior a 50%), sujeito ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

b) Solvi Essencis Ambiental S.A.

Em 28 de junho 2023, a Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor R\$130.000, para distribuição pública sob o rito de registro automático, integralizadas em 11 de julho de 2023, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização única, no vencimento final em 28 de junho 2025.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 3ª emissão das debêntures foram destinados ao financiamento de Capex da Companhia e de suas controladas integrais.

Foi realizado resgate antecipado em 14 de março de 2025.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Participações como principal pagadora e devedora solidária

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$130.000.

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, os índices financeiros pactuados são: i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA e ii) ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) calculado pela relação EBITDA/Serviço da dívida, ambos apurados com base em demonstrações financeiras Pro-forma asseguradas (consolidação de todas as empresas nas quais a Companhia detém participação societária superior a 50%), sujeitos ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

c) Solvi Essencis Ambiental S.A.

Em 13 de março de 2024, a Companhia realizou a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até 2 (duas) séries, no valor de R\$460.000, observado o Primeiro Aditamento da 4ª (quarta) emissão, assinado em 10 de abril de 2024., integralizadas em 12 de abril de 2024, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização anual, a partir de 12 de abril de 2026 com vencimentos finais em 12 de abril de 2029 e 12 de abril de 2031

Os recursos obtidos pela Emissora com a 4ª emissão das debêntures foram destinados para reforço de caixa da Companhia e de suas controladas integrais.

Garantias

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Participações como principal pagadora e devedora solidária pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$460.000.

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, os índices financeiros pactuados são: i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA apurados com base em demonstrações financeiras Pro-forma asseguradas (consolidação de todas as empresas nas quais a Companhia detém participação societária superior a 50%), sujeitos ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

d) Solvi Essencis Ambiental S.A.

Em 15 de maio de 2025, a Companhia realizou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$270.000, observado o Primeiro Aditamento da 5ª (quinta) emissão, assinado em 05 de junho de 2025., integralizadas em 06 de junho de 2025, tendo Coordenador Líder da emissão o ABC BRASIL DTVM S/A., com amortização anual, a partir de 06 de junho de 2027 com vencimentos finais em 06 de junho de 2032.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 5ª emissão das debêntures foram destinados para reforço de caixa e refinanciamento de investimentos financeiros da Emissora.

Garantias

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Participações como principal pagadora e devedora solidária pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$270.000.

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, os índices financeiros pactuados são: i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA apurados com base em demonstrações financeiras Pro-forma asseguradas (consolidação de todas as empresas nas quais a Companhia detém participação societária superior a 50%), sujeitos ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.”

e) Solvi Essencis Ambiental S.A.

Em 10 de dezembro de 2025, a Solvi Essencis Ambiental realizou a 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

única, no valor de R\$800.000, observado a 7ª Escritura de Emissão. As debêntures foram integralizadas em 10 de dezembro de 2025, tendo como Coordenadores o Banco Bradesco BBI S.A. e Itaú BBA Assessoria Financeira S.A e Banco Liquidante e Escriturador o Banco Bradesco S.A. A amortização será semestral, com início em 10 de dezembro de 2030 e vencimento final em 10 de dezembro de 2035.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 7ª emissão das debêntures serão destinados para o financiamento dos projetos enquadrados no Programa Eco Invest Brasil, caracterizados no Anexo I da Escritura de Emissão.

Garantias

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Participações, como principal pagadora e devedora solidária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando R\$800.000.

O índice financeiro pactuado: a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA $\leq 3,5x$ apurado anualmente pela Emissora com base nas suas Demonstrações Financeiras Pro-Forma.

f) Solvi Essencis Ambiental S.A.

Em 03 de dezembro de 2025, a Solvi Essencis Ambiental realizou a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, no valor de R\$150.000. As notas comerciais foram integralizadas em 05 de dezembro de 2025, tendo como Coordenador Líder a OCCAM Brasil e Escriturador e Liquidante a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O pagamento do principal será em parcela única, no vencimento final em 03 de dezembro de 2026.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 1ª emissão de notas comerciais serão destinados para o financiamento da 2ª Planta de Biometano do site de Caieiras-SP, para os desembolsos durante o período de estruturação do financiamento definitivo (Financiamento de Longo Prazo).

Garantias

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Participações, como principal pagadora e devedora solidária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando R\$150.000.

O índice financeiro pactuado: a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA $\leq 3,5x$ apurado anualmente pela Emissora com base nas suas Demonstrações Financeiras Pro-Forma.

g) CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Em 18 de novembro de 2022 a empresa CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor de R\$135.000, sendo R\$75.000 na Primeira Série das debêntures, e R\$60.000 na Segunda Série das Debêntures, para distribuição pública com esforços restritos, integralizadas em 07 de dezembro de 2022 e 16 de janeiro de 2023, respectivamente, tendo como Escriturador e Banco liquidanda da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização trimestral a partir de 22 de novembro de 2024 e vencimento final em 22 de novembro de 2029.

Os recursos obtidos pela Emissora com a primeira emissão das debêntures da Primeira Série serão destinados para financiamento de Capex da CRVR e para pagamento de determinadas dívidas. Os recursos obtidos da Segunda Série das Debêntures serão destinados ao financiamento de Capex, a partir de janeiro de 2023.

Garantias

Foi prestada garantia fidejussória, de forma solidária e proporcional à sua participação acionária indireta na CRVR, considerando a participação acionária dos Garantidores no capital social da Rio Grandense Participações S.A. (controladora direta da CRVR), como principais pagadores e devedores proporcionais pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$135.000, observado em qualquer hipótese (i) a quantidade de 75.000 (setenta e cinquenta mil) debêntures na Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) a quantidade de 60.000 (sessenta mil) debêntures na Segunda Série.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela CRVR, os índices financeiros pactuados são i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA e ii) ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) calculado pela relação EBITDA/Serviço da dívida, ambos apurados com base em demonstrações financeiras anuais auditadas, sujeitos ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

h) CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Em 15 agosto de 2025, a CRVR- Riograndense Valorização de Resíduos S.A firmou contrato de Nota Comercial com o Banco Inter, no valor de R\$ 53.000. A Emissão prevê juros de CDI + 2,55%, com pagamento mensal de juros e carência de doze meses para início da amortização. A amortização pagamento do principal terá início em 22 de setembro de 2026, com vencimento em 22 de julho de 2029.

Os recursos captados foram destinados para reforço de caixa.

Garantias

As Notas Comerciais contarão com garantia fidejussória, na forma de fiança, em favor dos titulares das Notas Comerciais Banco Inter, pelos seguintes garantidores:

A fiadora Solvi Essencis Ambiental S.A, estabelecem que a obrigação está limitada ao valor correspondente à 70% do saldo devedor da presente Emissão.

As notas comerciais contarão, ainda, com garantia de fiança bancária dos sócios, em favor dos titulares das notas comerciais, cujo montante correspondente à 30% do valor total da Emissão.

Covenants

ICSD: EBITDA/SERVIÇO DA DÍVIDA(JUROS +AMORTIZAÇÃO) $\geq 1,2$

i) Revita Engenharia S.A.

Em 14 de fevereiro 2024, a Revita Engenharia realizou Emissão de duas “Notas Comerciais Escriturais”. As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de colocação privada para o Titular das Notas Comerciais Escriturais inicial, sem qualquer esforço de venda perante o público em geral realizado por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Notas Comerciais Escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, nos valores de R\$20.000 e R\$40.000, cada Nota Comercial, respectivamente, integralizadas em 14 de fevereiro de 2024, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Banco Votorantim S.A, e o Banco Safra S.A. também respectivamente. A Nota comercial escriturada pelo Banco Votorantim S.A. tem amortização mensal, a partir de 14 de março de 2025 e vencimento final em 14 de fevereiro de 2028. A Nota comercial escriturada pelo Banco Safra S.A. tem amortização em parcela única, no vencimento final em 10 de janeiro de 2028.

Os recursos obtidos pela Emissora com a emissão das Notas Comerciais Escriturais serão utilizados para capital de giro e gestão ordinária do negócio da Emissora.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Essencis Ambiental S.A como principal pagadora e devedora solidária pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$60.000.

As Notas Comerciais de R\$40.000 requerem manutenção do seguinte índice financeiro, que será apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024: o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes.

j) Logística Ambiental de São Paulo S.A.

Em 24 de junho 2024, a Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA realizou Emissão das “Notas Comerciais Escriturais”. As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de colocação privada para o Titular das Notas Comerciais Escriturais inicial, sem qualquer esforço de venda perante o público em geral

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

realizado por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Notas Comerciais Escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, no valor de R\$30.000, integralizadas em 24 de junho de 2024, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Banco Votorantim S.A. A Nota comercial escriturada pelo Banco Votorantim S.A. tem amortização única, e vencimento final em 30 de setembro de 2027.

Os recursos obtidos pela Emissora com a emissão das Notas Comerciais Escriturais serão utilizados para a aquisição de imóvel situado na Avenida Gonçalo Madeira, nº 600, Jaguaré, São Paulo/SP.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Essencis Ambiental S.A como principal pagadora e devedora solidária pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$30.000.

k) Logística Ambiental de São Paulo S.A.

Em 28 de janeiro de 2025, a Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA realizou a 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais escriturais, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição, no valor de R\$200.000, tendo como Escriturador e Banco liquidante o Banco Bradesco S.A. As Notas comerciais tem amortização única, e vencimento final em 28 de janeiro de 2026.

Os recursos obtidos pela Emissora com a emissão das Notas Comerciais Escriturais serão utilizados como investimentos iniciais previstos no contrato de concessão celebrado com a Prefeitura de São Paulo, incluindo ampliação de triagem e transbordo de resíduos sólidos no agrupamento Noroeste do município e implantação de fazenda de geração de energia solar.

Resgate Antecipado Obrigatório

Esta operação tem característica-ponte. Durante a vigência das Notas Comerciais, em caso de contratação e desembolso de financiamento definitivo, através de operação junto ao BNDES e ou Títulos de Valores Mobiliários, a Loga deverá efetuar o resgate total ou parcial das Notas Comerciais, conforme os valores desembolsados pelo(s) financiamento(s) definitivo(s).

Garantias

Foi prestada garantia fidejussória em suas proporções pelas acionistas Revita Engenharia S.A., Latte Participações Ltda. e Latte Saneamento e Participações S.A., como devedoras solidárias.

l) Logística Ambiental de São Paulo S.A.

Em 15 de maio de 2025, a Loga realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até 2 (duas) séries, no valor de R\$150.000, observado o Primeiro Aditamento da 2ª (segunda) emissão, assinado em 01 de agosto de 2025. As debêntures foram integralizadas em 05 de agosto de 2025, tendo como Coordenador Líder o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Banco Liquidante e Escriturador o Banco Bradesco S.A. A amortização será semestral, com início em 15 de novembro de 2027 e vencimento final em 15 de maio de 2041.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 2ª emissão das debêntures foram destinados aos investimentos iniciais previstos no contrato de concessão de limpeza urbana, celebrado entre Logística Ambiental de São Paulo S.A. e Prefeitura de São Paulo.

Garantias

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Participações, de forma proporcional à sua participação acionária na LOGA, como principal pagadora e devedora solidária referente à 1ª série, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando R\$93.450. Foi também prestada garantia fidejussória pela Logística Ambiental de São Paulo S.A. por meio de Fiança Bancária referente à 2ª série, pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 56.550.

Os índices financeiros anuais pactuados são: i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA e Dívida Total / Ativo Total, apurados com base em demonstrações financeiras auditadas da Solvi Participações S.A

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Fiadora) e ii) manutenção da ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) apurados com base em demonstrações financeiras auditadas da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA (Emissora).

m) Cetrel S.A.

Em 16 de setembro de 2013, a Cetrel realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$150.000, sem carência, remuneração correspondente a 126,5% da taxa DI e com vencimento final em 16 de setembro de 2025, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Banco Bradesco S.A.

Garantias

A Cetrel celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com manutenção de Contas Vinculadas conforme termos previstos nos instrumentos de cessão. Não há covenants financeiros para esta emissão.

n) Cetrel S.A.

Em 14 de fevereiro de 2025, a Cetrel realizou a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático. No valor nominal total de R\$160.000, tendo como Escriturador e Banco liquidante o Itaú Unibanco S.A.

A Emissão tem prazo total de 7 anos, com carência de 2 anos para amortização do principal e remuneração de 100% CDI + 1,75% a.a. com vencimento em 14 de fevereiro de 2032.

Os recursos captados pela emissora por meio das Debêntures serão destinados a liquidação do pagamento diferido do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, celebrado em 04 de dezembro de 2024, entre Braskem S.A. e Solvi Essencis Ambiental S.A. como vendedoras e Cetrel S.A. compradora.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada Garantia Real e Garantia Fidejussória pela fiadora Distribuidora de Água Camaçari S.A., como devedora solidária.

Esta Emissão contém índices financeiros restritivos “Covenants”. Os Covenants requerem manutenção do seguinte índice financeiro, que será apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025: o quociente da divisão da Dívida Líquida/EBITDA deverá ser igual ou inferior a 2,5 vezes; e 3,00 para os exercícios sociais a partir de 31 de dezembro de 2026.

o) Distribuidora de Água Camaçari S.A. (“DAC”)

Em 15 de março de 2013, a DAC realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$170.000, com carência de 48 meses, remuneração pela atualização do IPCA e juros de 6% a.a., com vencimento final em 15 de março de 2025, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Banco Bradesco S.A.

Garantias

A DAC celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com manutenção de Contas Vinculadas conforme termos previstos nos instrumentos de cessão. Não há covenants financeiros para esta emissão.

Em 15 de agosto de 2024, a DAC realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$50.000, com carência de 12 meses, remuneração pela atualização do IPCA e juros de 8,85% a.a., com vencimento final em 15 de agosto de 2032, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

A DAC celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com manutenção de Contas Vinculadas conforme termos previstos nos instrumentos de cessão.

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

Covenants

Debentures e Notas comerciais

A Administração da Companhia acompanha os índices financeiros definidos nas Escrituras das Debêntures e no Termo de Emissão da Nota Comercial. Nestas emissões os índices financeiros devem ser apurados de forma anual.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu os covenants financeiros previstos em seus contratos.

Conciliação da movimentação de debêntures e notas comerciais

Consolidado								
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	Adição/Amortiz de custo de captação	Ganho na modificação de dívida	Saldo em 31/12/2025
Solvi Essencis Ambiental S.A. (a) - 2ª emissão	890.958	-	143.447	(152.053)	(882.352)	-	-	-
Solvi Essencis Ambiental S.A. (b) - 3ª emissão	130.070	-	3.783	(3.853)	(130.000)	-	-	-
Solvi Essencis Ambiental S.A. (c) - 4ª emissão	473.420	-	78.599	(74.692)	-	-	-	477.327
Solvi Essencis Ambiental S.A. (d) - 5ª emissão	-	270.000	25.542	(22.790)	-	-	-	272.752
Solvi Essencis Ambiental S.A. (e) - 7ª emissão	-	800.000	6.454	-	-	-	(40.083)	766.371
Solvi Essencis Ambiental S.A. (f) - 1ª emissão	-	150.000	1.554	-	-	-	-	151.554
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (g)	130.435	-	19.311	(19.370)	(25.715)	-	-	104.661
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (h)	-	53.000	2.535	(2.328)	-	-	-	53.207
Revita Engenharia S.A (i)	67.352	-	8.598	(15.551)	(17.778)	-	-	42.621
Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA (j)	27.616	-	3.977	(3.979)	(9.775)	-	-	17.839
Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA (k)	-	200.000	15.941	(15.941)	(200.000)	-	-	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA (l)	-	150.000	6.127	(3.583)	-	-	-	152.544
Cetrel S.A - (m) 1ª emissão	9.438	-	567	(621)	(9.384)	-	-	-
Cetrel S.A - (n) 2ª emissão	-	160.000	14.548	(13.453)	-	-	-	161.095
Distribuidora de Água Camaçari S.A (o)	64.350	-	6.840	(11.074)	(10.005)	-	-	50.111
(-) Custo de captação	(18.001)	(31.462)	-	-	-	6.431	10.003	(33.029)
	1.775.638	1.751.538	337.823	(339.288)	(1.285.009)	6.431	(30.080)	2.217.053

Consolidado								
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Adição/Amortiz de custo de captação	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2024
Solvi Essencis Ambiental S.A. (a) - 2ª emissão	1.009.490	-	133.123	(134.007)	(117.648)	-	-	890.958
Solvi Essencis Ambiental S.A. (b) - 3ª emissão	130.068	-	16.911	(16.909)	-	-	-	130.070
Solvi Essencis Ambiental S.A. (b) - 4ª emissão	-	460.000	45.095	(31.675)	-	-	-	473.420
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda	137.000	-	18.151	(18.288)	(6.428)	-	-	130.435
Revita Engenharia S.A.	-	60.000	7.352	-	-	-	-	67.352
Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA	-	30.000	2.042	(2.027)	(2.399)	-	-	27.616
Cetrel S.A - 1ª emissão	-	-	369	(377)	(3.125)	-	12.571	9.438
Distribuidora de Água Camaçari S.A.	-	-	2.740	(7.759)	(6.885)	-	76.254	64.350
(-) Custo de captação	(15.731)	-	-	-	-	(2.106)	(164)	(18.001)
	1.260.827	550.000	225.783	(211.042)	(136.485)	(2.106)	88.661	1.775.638

21 Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é representado como segue:

	Taxa de desconto	Vencimento	Consolidado	
			2025	2024
Arrendamento mercantil	3,69% a.a.	nov/39	238.706	76.062
			238.706	76.062
Circulante			54.108	12.212
Não circulante			184.598	63.850

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Consolidado							Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Remensuração	Adição	Apropriação de juros	Pagamento principal	Pagamento Juros	Baixa	
Arrendamento mercantil	76.062	3.821	209.880	13.235	(51.013)	(13.235)	(44)	238.706
	76.062	3.821	209.880	13.235	(51.013)	(13.235)	(44)	238.706

	Consolidado							Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Remensuração	Adição	Apropriação de juros	Pagamento principal	Pagamento Juros	Baixa		
Arrendamento mercantil	90.389	3.503	-	6.042	(20.863)	(6.042)	(3.889)	6.922	76.062
	90.389	3.503	-	6.042	(20.863)	(6.042)	(3.889)	6.922	76.062

A Administração avalia que as taxas utilizadas representam o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de seus contratos.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente.

Vencimento	Consolidado	
	2025	2024
2025	-	12.212
2026	54.904	10.859
2027	55.327	10.988
2028	50.226	9.080
2029	46.756	9.032
2030	9.427	2.908
Após 2031	22.066	20.983
	238.706	76.062

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Consolidado			
	2025		2024	
Fluxo de Caixa	Nominal	Ajuste a valor presente	Nominal	Ajuste a valor presente
Contraprestação de Arrendamento	302.998	238.706	106.856	76.062
PIS / COFINS Potencial (9,25%)	(28.027)	(22.080)	(9.884)	(7.036)
	274.971	216.626	96.972	69.026

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do exercício.

Fluxo contratual de pagamentos – Consolidado 31 de dezembro de 2025**Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16**

	2025	2026	2027	2028	Acima de 2028	Total
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	-	54.904	55.327	50.226	78.249	238.706
Fluxo com Projeção de Inflação	-	67.029	69.209	64.339	106.620	307.197

Fluxo contratual de pagamentos – Consolidado 31 de dezembro de 2024**Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16**

	2025	2026	2027	2028	Acima de 2028	Total
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	12.212	10.859	10.988	9.080	32.923	76.062
Fluxo com Projeção de Inflação	14.542	13.257	13.745	11.631	46.817	99.992

22Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade e prazos e condições definidos e acordados entre as partes.

a)Controladora

Os saldos a receber e a pagar, e as respectivas naturezas das transações e entidades incluídas nas demonstrações financeiras individuais são demonstrados a seguir:

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	12	25	(155)	(45)
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.	-	-	2	-	(2)	-
	-	-	14	25	(157)	(45)
Mútuos						
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	20.390	-	-	3.108	2.760
Vega Engenharia Ambiental S.A.	8.941	-	-	-	-	-
Vega Peru S.A.	-	9.604	25.681	27.669	-	(7.106)
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	-	-	5.646	6.116	-	(1.485)
Outros	4.368	3.743	-	-	-	-
	13.309	33.737	31.327	33.785	3.108	(5.831)
Total	13.309	33.737	31.341	33.810		
Circulante	-	-	14	25		
Não circulante	13.309	33.737	31.327	33.785		
Total	13.309	33.737	31.341	33.810		

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à serviços administrativo às respectivas partes relacionadas.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminadas na consolidação e não estão apresentadas abaixo. As transações entre o Grupo Solvi e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2025	2024	2025	2024	31/12/2025	31/12/2024
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	1.112	360	526	22	1.958	1.666
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	18	-	-	-
Essencis Biometano S.A.	775	42	-	-	7.376	415
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda	298	49	-	-	566	518
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	163	46	-	-	375	342
Resíduo Zero Ambiental S.A.	446	175	34	4	858	424
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	1.111	169	-	-	1.961	1.873
Hekos Soluções Ambientais S. A.	600	175	1.416	416	(7.711)	(3.606)
Vega Peru S.A.	-	411	-	-	-	-
Consórcio Salvador Ambiental - SOTERO	-	-	436	-	-	-
Biotérmica Energia S.A.	6.492	1.736	-	-	5.245	1.928
Instituto Solvi	7	-	-	-	-	-
Solvi Exc Participações S.A.	19	-	-	-	-	-
Logística Ambiental Mediterrânea S.A.	-	-	1.172	111	-	-
Consórcio Vial Kishuara	9	9	-	-	-	-
Consórcio Águas de San Martin	407	-	-	-	-	-
LimpAr Rosário	-	-	89	123	-	-
Consórcio São Bernardo Soluções	95	-	-	-	-	-
Consórcio Bahia Ambiental	161	-	3	-	-	-
	11.695	3.172	3.694	676	10.628	3.560
Mútuo						
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	706	1.640	-	(60)	6
Vega Peru Construcción S.A. (Vega Peru S.A)	204	206	-	-	-	-
Biotérmica Energia S.A.	-	9.558	-	-	611	1.248
Consórcio Vial Kishuara	61	61	-	-	-	-
Consórcio Águas de San Martin	3.577	3.603	-	-	-	-
Outros	4.368	3.743	-	-	-	-
	8.210	17.877	1.640	-	551	1.254
Total	19.905	21.049	5.334	676		
Circulante	11.695	3.172	3.694	676		
Não circulante	8.210	17.877	1.640	-		
Total	19.905	21.049	5.334	676		

Transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional e aos serviços compartilhados administrativos e financeiros às respectivas partes relacionadas.

As contas a pagar de partes relacionadas registradas no passivo circulante referem-se, substancialmente, à serviços tomados operacionais e serviços compartilhados, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Os mútuos com partes relacionadas, são transações de empréstimo entre empresas que participam do mesmo grupo econômico, ou na situação em que uma detém o controle de outra controlada.

As operações de mútuos ocorrem para suprimentos de capital de giro ou para fins de investimentos, a taxa média aplicada nas transações entre as empresas do grupo é de 3,50% a.a".

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de mútuos no ativo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	33.737	25.975	17.877	14.886
Aplicação	-	5.280	865	3.538
Juros	3.048	3.758	1.235	2.376
Recebimento de juros	(552)	-	(242)	(72)
Recebimento do principal	(22.608)	(3.542)	(9.848)	(5.108)
Encargos	345	350	154	223
Variação Cambial	(661)	1.916	(28)	3.879
Compensação financeira	-	-	(1.803)	-
Venda Solvi Saneamento	-	-	-	(1.845)
Saldo final	13.309	33.737	8.210	17.877

Movimentação de mútuos no passivo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	33.785	25.194	-	-
Captação	-	-	3.122	-
Juros	-	1.535	310	-
Encargos	-	-	11	-
Variação cambial	(2.458)	7.056	-	-
Compensação financeira	-	-	(1.803)	-
Saldo final	31.327	33.785	1.640	-

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração paga em 2025 e 2024.

23 Salários benefícios e encargos sociais

	Consolidado	
	2025	2024
Salários e 13º salários	21.533	1.139
Encargos trabalhistas	24.760	19.136
Férias	74.409	67.226
Participação nos resultados	45.110	40.431
Outros	2.401	1.058
	168.213	128.990

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderem, suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houveram os custos com a manutenção do plano na controladora, no consolidado foi R\$4.897 (R\$2.529 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado.

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	1.965	1.739	57.253	66.399
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	-	-	93.415	169.055
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	-	-	22.088	14.826
Provisão para indenização em venda de investida (d)	-	14.905	-	14.905
Provisão para obrigações contratuais futuras (e)	-	-	18.618	11.642
Provisão para incentivo de longo prazo (ILP) (f)	33.866	-	33.866	-
	35.831	16.644	225.240	276.827

a) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

O Grupo Solvi é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Controladora		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31/12/2023	136	915	1.051
Adições	-	688	688
Saldo em 31/12/2024	136	1.603	1.739
Adições	913	464	1.377
Reversões	-	(1.151)	(1.151)
Saldo em 31/12/2025	1.049	916	1.965

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31/12/2023	15.367	50.698	2.306	68.371
Combinação de negócios	25	2.189	3.636	5.850
Variação cambial	861	1.278	-	2.139
Adições	4.337	16.473	2.988	23.798
Reversões	(3.056)	(27.971)	(2.732)	(33.759)
Saldo em 31/12/2024	17.534	42.667	6.198	66.399
Variação cambial	-	(3.490)	-	(3.490)
Adições	2.388	27.049	425	29.862
Reversão	(8.636)	(26.176)	(706)	(35.518)
Saldo em 31/12/2025	11.286	40.050	5.917	57.253

Em 31 de dezembro de 2025, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra o Grupo Solvi com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$46.129 Controladora e R\$892.308 Consolidado (R\$53.627 Controladora e R\$862.202 Consolidado em 31 de dezembro de 2024), os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente às ações cíveis públicas e execuções fiscais e estão descritos abaixo:

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
15746.720890/2020-85	Trata-se de apuração de cobrança de PIS/COFINS, referente ao período de 01/2016 a 12/2017, pela suposta inexistência das Escrituração Fiscal Digital prestadas pela empresa. O processo aguarda julgamento do recurso cabível.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 7.744
15746.725070/2023-22	Processo administrativo tem por objeto autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru para exigência de créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados no ano de 2019, acrescidos de multa proporcional e juros.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 11.301
5006643-44.2020.4.03.6182	Execução Fiscal ajuizada em 16/03/2020 visando a cobrança de IRPJ e CSLL referente ao período de agosto de 1996, cuja dívida foi constituída por uma empresa que não possui vínculo ao Grupo Solvi, sob fundamento de que haveria sucessão tributária às empresas ligadas ao Grupo Solvi	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 18.347
15746.722800/2021-71	Trata-se de PIS e Cofins apurados no ano calendário 2017. Questionamentos relacionados aos créditos – Débito suspenso em razão de impugnação tempestiva nos termos do inc. III, art. 153 do CTN.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 6.890
1544122-50.2020.8.26.0090	Trata-se de execução fiscal com objetivo de condenar a empresa ao pagamento de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, supostamente incidente sobre operação imobiliária decorrente de operação societária (incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica), tendo a transferência do imóvel ter sido utilizada para integração de capital social. Foi determinada a realização de perícia que foi favorável ao contribuinte.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 7.007
0800677-59.2021.8.14.0013	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará com pedido de condenação de danos materiais e morais coletivo, sob a alegação de que as Rés adotaram condutas que, supostamente, resultaram em dano ambiental provenientes da “queima irregular de chorume” durante o processo de fabricação de cimento pela CIBRASA. Segundo as alegações, o uso do chorume em seus fornos supostamente resultou na poluição atmosférica. Já apresentada manifestação prévia. Aguarda-se a citação dos Réus para apresentação de contestação, assim como, pela deliberação sobre o pedido de liminar formulado pelo Ministério Público.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.000
0801162-69.2019.8.14.0097	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará com objetivo de condenar as empresas por dano ambiental, decorrente do suposto lançamento de chorume em local inadequado. Para realizar o transporte de chorume do aterro sanitário a Estações de Tratamento de Efluentes, a Guamá tem contratado transportadora terceirizada, sendo que seus funcionários, ignorando os treinamentos e orientações, realizaram o lançamento do efluente. Juntada manifestação prévia sobre o pedido de tutela de urgência. Desde então, aguarda-se a citação das empresas-rés para apresentar a contestação.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 10.000
0034860-11.2015.8.14.0301	Trata-se de ação popular movida pelos Srs. Erica Markete Aires da Silva e Carlos Andre Ferreira Nai, tendo como objeto anular o contrato celebrado entre a Prefeitura de Belém e a Guamá, firmado no ano de 2015, para realização do tratamento dos resíduos sólidos provenientes do município. Segundo as alegações dos Autores, a contratação deveria ser precedida por licitação, o que não teria ocorrido, apesar de inexistir outro local adequado ao tratamento dos resíduos sólidos. A Guamá apresentou sua defesa, alegando de que a contratação foi formalizada dentro do rito legal e que não houve nenhum dano ao erário ou ao meio ambiente. Em manifestação do MP, opinou pela extinção do processo sem julgamento pela perda do objeto. Em julho/2022, o Juiz se declarou incompetente e determinou a remessa do processo à Marituba/PA.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.400
544/2017	O processo tem início com a apresentação do parecer técnico n.º 04/2014 pela Controladoria Geral do Município de Salvador (“CGM”), cujo escopo seria a análise do pedido de reajustamento do ano de 2013, porém analisou os reajustamentos anteriores, notadamente o processo de revisão de preços do Contrato de Concessão, formalizado por meio de aditivo contratual no ano de 2010. As objeções da BATTRE ao citado parecer foram elencadas em uma primeira manifestação nos autos, protocolada no dia 24 de novembro de 2014.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 39.695
0806864-77.2022.8.14.0133	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, com objetivo de apurar supostos danos ambientais, sob fundamento da suposta operação inadequada do empreendimento. Postula-se a suspensão de forma progressiva do recebimento de resíduos e indenização por danos morais coletivos. Aguarda-se a expedição do mandado de citação. A Guamá destaca que toda a operação é desempenhada nos estritos termos de sua licença, assim como, os monitoramentos ambientais não apontam por qualquer tipo contaminação decorrente das operações do aterro sanitário. Apresentada a contestação, o Ministério Público se manifestou. Aguardando prosseguimento do feito.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.000

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
0806758-18.2022.8.14.0133	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, com objetivo de apurar supostos danos ambientais, sob fundamento de que a Guamá recebe resíduos industriais, que não estariam autorizados em sua licença. Aguarda-se expedição do mandado de citação. Importante destacar que a Guamá realiza apenas o recebimento de resíduos domiciliares. Da mesma forma, os monitoramentos ambientais não demonstraram qualquer forma de contaminação decorrente das operações do aterro.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.000
0111581-74.2013.8.19.0029	Trata-se de execução fiscal movida pela Pref. de Magé/RJ, com objetivo de executar a CDA constituída sob fundamento de suposto descumprimento de obrigação acessória e falta de recolhimento de ISS entre os anos de 2004 e 2007. A empresa apresentou a exceção de pré-executividade, considerando que a Solvi Essencis Ambiental goza de isenção de ISS até o ano de 2025. Não obstante, foram constatados vícios substanciais na formação do título da CDA, o que inviabiliza a execução judicial. Em maio/2022, o Juiz decidiu por inadmitir a exceção de pré- executividade, cuja questão será levada ao TJRJ. Interposto Agravo de Instrumento, foi ele improvido. Interposto Recursos Especial e Extraordinário, aguardando apresentação de contrarrazões para julgamento de admissibilidade. Ainda, a empresa apresentou nos autos da Execução Fiscal uma Apólice de Seguro Garantia, oportunizando o seu prazo para oposição de Embargos à Execução Fiscal, o qual pende de julgamento.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$166.704
5010136-42.2020.8.21.0023	Execução fiscal de valores supostamente recebidos a maior pela Rio Grande Ambiental, na vigência do contrato de concessão. Débito originário da liquidação do Contrato de Concessão, com base em apuração realizada por órgão técnico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Em julgamento definitivo, o plenário do TCE/RS afastou parte deste suposto “débito”. Com base nessa alegação, foi apresentada pela RGA Exceção de Pré-Executividade, considerando ainda que não houve condenação à restituição de valores pelo TCE, que determinou a realização de perícia técnica para nova apuração, em novo procedimento administrativo. A execução fiscal foi suspensa por decisão judicial, até o julgamento da exceção apresentada pela RGA.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$37.589
0334940-52.2014.8.13.0433	Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. Em 22/10/2014, foi deferido o pedido de liminar do MP para indisponibilizar os bens encontrados pelo RENAJUD e no CRI. Apresentamos o pedido de substituição da penhora pelo Seguro Garantia que, inicialmente, foi deferido pelo Juízo. Após análise do seguro garantia pelo MP, foi determinado que fosse apresentado novo seguro garantia para assegurar a condenação no valor da condenação atualizado até 2022. Já foi apresentado o novo seguro garantia com as condições impostas pelo Juízo. Paralelamente, em 02/09/2016 foi juntada aos autos a Defesa Prévia da Revita. Em março/2020, foi admitida pelo Juiz a ação de improbidade administrativa, determinando a citação de todos os Réus. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$15.000
15758.720024/2021-36	Trata-se glosa de créditos de PIS e Cofins por suposta divergência de créditos na EFD referente ao ano de 2016. Houve parcial reconhecimento quanto aos insumos creditados ainda estando pendente a avaliação do recurso voluntário interposto pela LOGA para obter-se o reconhecimento integral dos insumos creditados pela Companhia.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$25.736
0008442-84.2013.8.08.0006	Trata-se de ação indenizatória movida por dois fazendeiros, visando o ressarcimento de danos materiais, lucros cessantes e morais decorrentes a suposta alegação de que houve falha do fertilizante produzido pela Organoeste Aracruz S.A., antiga controlada da Organosolvi, que resultou na perda das suas respectivas plantações. O processo encontra-se em fase instrução.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$20.198
15588-720.168/2021-91	Trata-se de Autos de Infração de IRPJ e CSLL, lavrados em virtude de suposta exclusão indevida da base de cálculo dos tributos e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre a base estimada no período compreendido entre 2016 e 2019, em decorrência da amortização indevida de ágio interno. Além do lançamento de crédito tributário, com aplicação de multa isolada e multa qualificada, a autuação ensejou a glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível\$ 159.932
15588-720.258/2020-00	Trata-se de Autos de Infração de IRPJ e CSLL, lavrados em virtude de suposta exclusão indevida da base de cálculo dos tributos e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre a base estimada no período compreendido entre 2015 e 2018, em decorrência da amortização indevida de ágio interno. Além do lançamento de crédito tributário, com aplicação de multa isolada e multa qualificada, a autuação ensejou a glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível\$ 49.308
1048902-19.2025.4.01.3300	Trata-se de Execução Fiscal que tem por objeto o crédito tributário objeto do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 13074.747.232/2024-99 (ID 2170503023), remanescente do PAF nº 10580.720369/2019-21. O referido crédito decorre da exigência de contribuição adicional ao RAT por suposta exposição dos seus trabalhadores a agentes nocivos (arts. 57, § 6º, da Lei n.º 8.213/91).	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$9.673
0007081-97.2002.8.05.0039 (nº antigo 358933-6/2004)	Cobrança dos créditos de nº: 35.079.630-0 (PAT do período de 01/91 a 12/96); 35.079.631-9 (PAT do período de 01/98 a 12/98); 35.079.635-1(contribuição de salário-educação); e 35.079.642-4(PAT período de 01/99 a 03/01).	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível\$ 7.906

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Provisão para fechamento de aterro

Fechamento e pós fechamento de aterro

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam a cobrir os custos de execução da cobertura final das áreas ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano, atualizando-se os dados com base na área de cobertura já realizada e a que está por fazer.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, destacando-se:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro, registrada nas demonstrações financeiras ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

O Grupo Solvi reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós- fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$93.415 e R\$169.055 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa média de juros de 10,90% em 31 de dezembro de 2025 (8,64% ao ano 2024). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	169.055	210.747
Constituição de provisão	17.682	28.759
Reversão / realização da provisão	(91.589)	(92.841)
Variação cambial	(1.733)	(727)
Combinação de negócios	-	23.117
Saldo final	93.415	169.055

c) Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro

	Consolidado	
	2025	2024
Guamá Tratamento de Resíduos (a)	7.764	7.550
CRVR - Riograndense valorização de resíduos	11.513	4.874
Battre - Bahia Transf. e trat. de resíduos	723	703
SCA - São Carlos Ambiental	947	807
Outras	1.141	892
	22.088	14.826

(a) Refere-se a gastos futuros com o tratamento do chorume depositado em lagoas. A provisão é revertida de acordo com a realização do efetivo gasto, mediante a contabilização dos documentos fiscais correspondentes.

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	14.826	13.219
Constituição de provisão	18.550	4.704
Reversão da provisão	(11.288)	(3.097)
Saldo final	22.088	14.826

d) Provisão para indenizações prevista em contrato de venda de investida

Em fevereiro de 2018, a Companhia firmou o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, na qualidade de “Vendedora”, aditado em junho de 2018, por meio do qual vendeu à Igarapé Sustentabilidade S.A. (“Igarapé” ou “Compradora”), empresa pertencente ao Grupo AEGEA, as ações da Companhia de Saneamento do Norte (“CSN”), que detinha, por sua vez, a integralidade das ações das concessionárias Manaus Ambiental S.A. (“MA”) e Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (“RN”). Referida operação definia Obrigações de Indenizar de parte a parte, típicas desse tipo de transação, para ressarcimento, entre outros, de perdas incorridas em decorrência de atos, fatos, eventos ou omissões ocorridas até a Data do Fechamento da transação (junho de 2018). Esses itens de perdas serão ressarcidos desde que ocorram até o quinto aniversário da Data de Fechamento, devidamente corrigido pela Taxa DI desde 10 de novembro de 2017.

Em decorrência do fato e com base nas informações detidas pela Companhia quanto ao histórico das demandas, respeitado saldo do limite contratual estabelecido com a Igarapé, o valor total base em abril de 2021 era de R\$51.818 e registrado como transação entre acionistas no patrimônio líquido dentro da Reserva de capital, sendo liquidado o montante de R\$13.671 durante o ano de 2021 e o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$38.153. Durante o ano de 2022, foi liquidado o montante de R\$8.201 e o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$29.952. Durante o ano de 2023, foi realizado o montante de R\$13.048, sendo R\$4.289 em liquidação de contingências, e R\$8.759 revertido como transação entre acionistas no patrimônio líquido dentro da Reserva de capital e o saldo de obrigação remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$16.904, considerando que em 15 de junho de 2023 o referido Contrato completou cinco anos, quando cessaram as obrigações de indenizar da Companhia, exceto quanto as obrigações remanescentes estabelecidas no Contrato. Em 29 de agosto de 2025 e 28 de agosto de 2024 houve uma reversão da provisão para indenizações do contrato de venda no valor de R\$1.257 e R\$1.998, respectivamente. Em 19 de novembro de 2025 houve a liquidação de contingências no montante de R\$13.500, e em 28 de novembro de 2025, a reversão de R\$148 como transação entre acionistas no patrimônio líquido dentro da Reserva de capital e não restando saldo de obrigação a pagar em 31 de dezembro de 2025.

- e) Em 31 de dezembro de 2025 a provisão para obrigações contratuais futuras, foi impactado pelos custos da rescisão do contrato de concessão no montante de R\$7.918 na Innova Ambiental S.A. (31 de dezembro de 2024 foi impactado pela Combinação de negócios no montante de R\$5.003 e dos Custos a incorrer de R\$4.985 na Cetrel)
- f) A Companhia implementou um Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), estruturado como um bônus, atrelado a uma fórmula predeterminada quanto aos resultados futuros da controlada Solvi Essencis. Cada executivo elegível tem o direito a exercer o recebimento da bonificação em um período de 4 anos a 9 anos. O plano de compensação será contabilizado de acordo com a IAS 19 – Benefícios a Empregados, uma vez que envolve pagamentos em dinheiro baseados em um evento futuro. O valor da bonificação deve ser periodicamente ajustado ao seu valor justo, com a despesa de compensação reconhecida ao longo do período de aquisição, até que o pagamento seja feito no evento acordado.

De acordo com a avaliação efetuada para 2025, foi apurada uma obrigação a pagar de R\$33.866.

25 Ônus de Outorga

Abaixo a composição do Ônus de outorga da Loga com a Prefeitura do Município de São Paulo – SP

	Consolidado	
	2025	2024
Prefeitura do Município de São Paulo - SP		
Investimentos futuros	448.197	535.166
Desconto a conceder na tarifa	107.972	111.313
Destinação de resíduos	683.544	709.774
	1.239.713	1.356.253
Circulante	142.295	39.388
Não circulante	1.097.418	1.316.865

25.1 Investimentos futuros

Compreende a realização de investimentos adicionais no valor de R\$508.413 (data-base em outubro de 2023) registrado em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$448.197 e atualizados anualmente pelo IPCA, distribuídos da seguinte forma:

- 25.1.1 Implantar até o final do ano 2 (dois) posterior a prorrogação a Estação de Transferência e Triagem Oeste, em área a ser adquirida pela Concessionária na região oeste do município, com capacidade de recebimento inicial de 1.000 (mil) e final de 2.000 (duas mil) toneladas por dia útil, considerando 313 (trezentos e treze) dias por ano, para transferência direta, devidamente licenciados pelos órgãos competentes, no valor de R\$160.222.
- 25.1.2 Implantar equipamentos de triagem de resíduos orgânicos para 700 (setecentas) toneladas por dia útil, considerando 313 (trezentos e treze) dias por ano 8, devidamente licenciados pelos órgãos competentes no valor previsto de R\$158.232.

A operação do item acima não está prevista no plano de negócios referencial e deverá ser objeto de termo aditivo caso o Poder Concedente solicite a operação pela Concessionária.

- 25.1.3 Implantar até o final do ano 3 (três) a Usina de Geração de Energia Fotovoltaica no Aterro Bandeirantes com capacidade de geração de 2,5 MW (dois virgula cinco megawatts) no valor previsto de R\$25.035.

A operação da infraestrutura acima mencionada (Usina de Geração de Energia Fotovoltaica) não está prevista no plano de negócios referencial e deverá ser objeto de termo aditivo caso o Poder concedente solicite sua operação pela Concessionária.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 25.1.4** Adquirir, instalar, operar a quantidade de contêineres para coleta domiciliar convencional, mista e/ou em áreas de difícil acesso conforme previsto na tabela abaixo:

Tipo	Ano 1	Ano 3	Ano 5	Ano 7
1,2m ³ metálico	429	+200	+200	+250

Os custos totais de aquisição, operação e reposição, considerando todo o período contratual, têm o valor previsto de R\$50.339.

- 25.1.5** Adquirir, instalar, operar e repor a quantidade de contêineres para a coleta diferenciada conforme previsto na tabela abaixo:

Tipo	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7
1,0 m ³ em PEAD verde	206	+200	+200	+200	+200	+200	+250

Os custos totais de aquisição, operação e reposição considerando todo período contratual têm o valor previsto de R\$19.977

- 25.1.6** Executar outros investimentos no sistema de coleta e tratamento de resíduos, obras compensatórias, ou serviços de melhoria do entorno dos equipamentos implantados e/ou operados em decorrência da concessão a serem definidos pelo Poder Concedente no valor de R\$94.608, nos prazos ora indicados (anos 4, 8 e 12 após a prorrogação), conforme previstos no quadro abaixo:

Tipo	Ano 4	Ano 8	Ano 12
Investimentos a definir	R\$ 56.765	R\$ 18.922	R\$ 18.921

A operação dos equipamentos provenientes dos investimentos acima indicados não está prevista no plano de negócio referencial e deverá ser objeto de termo aditivo caso o Poder concedente solicite sua operação pela Concessionária.

25.2 Desconto a conceder na tarifa

A LOGA e o Poder Concedente estabeleceram, de comum acordo, que o adimplemento dos valores devidos será realizado conforme a seguinte sistemática:

Desconto na TARIFA no valor total de R\$100.226, em parcelas mensais a partir do ano 2 (dois), iniciado em outubro de 2024, atualizados anualmente pela taxa de remuneração de 11,32%.

25.3 Destinação de resíduos

Destinação de 232.795 toneladas anuais de resíduos provenientes de coleta de diversos da varrição, coleta da varrição manual e mecanizada, limpeza de bocas de lobo e rejeitos da coleta seletiva de cooperativas, depositados no aterro sanitário da Solvi Essencis Ambiental S.A – Unidade de Caieiras ou em outro aterro sanitário equidistante indicado pela Concessionária, aprovado pelo Poder Concedente, com início no ano 1 (um) e término no ano 21 (vinte e um), contados a partir de outubro de 2023, no total de 4.888.696 toneladas ao longo do contrato, equivalentes ao valor de R\$709.774.

No caso em que os resíduos forem depositados em alguma das estações de transferência operadas pela Concessionária, o volume contabilizado será acrescido de 30% sobre o efetivamente entregue para cobrir os custos de transferência de transporte dos resíduos.

Ao final do ano 10 (dez) posterior a prorrogação, o Poder Concedente poderá optar em alternar essa forma do pagamento, caso seja verificado histórico consistente de destinação anual de resíduos provenientes da coleta de variação abaixo do volume anual disponibilizado de 232.795. Na hipótese de ocorrência da situação prevista, o saldo do valor não utilizado de destinação de resíduos deverá ser atualizado pelo IPCA.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Das condições para a prorrogação

A prorrogação do contrato possui duas condicionantes principais, que garantem sua vantagem ao Poder concedente, descritas a seguir:

- O Poder concedente concorda com o pagamento de sobrevalor pela Concessionária, do montante observando o mecanismo de mitigação do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- A Concessionária e o Poder concedente concordam a quitação integral de todas as controvérsias decorrente de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro oriundo do primeiro ciclo de execução contratual (de outubro de 2004 a data de assinatura do TAM - Termo Aditivo Modificativo).

Complementam a vantagem de prorrogação do Poder concedente os seguintes aspectos:

- Em relação ao contrato, as modernizações detalhadas deste TAM, que diferenciam do contrato nº 027/SSO/04, incorporando as melhores práticas existente em contratos dessa natureza;
- Em relação aos investimentos previstos, a possibilidade de antecipação do atingimento das metas de destinação de resíduos do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), decorrente da antecipação desses investimentos em relação a eventual cenário de nova licitação, reduzindo externalidades negativas relacionadas à emissão de carbono; e
- Ainda em relação aos investimentos previstos, redução do risco de comprometimento da capacidade do aterro sanitário público, o que encareceria o custo de destinação de resíduos para o município.

O contrato de concessão prevê a outorga a pagar para o Município de São Paulo/SP e o valor a pagar de outorga é definido em contrato. A outorga a pagar é definida contratualmente como “ônus fixo” e “ônus variável”.

O Grupo reconhece a obrigação com o Poder Concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante. Tais valores, quando relevantes, são registrados a valor presente e apropriados ao resultado com base no prazo do contrato.

A movimentação da outorga a pagar está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Investimentos futuros	Desconto a conceder na tarifa	Destinação de resíduos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	-	-	-
Adição	523.177	107.790	709.774	1.340.741
Atualização financeira	12.787	4.267	-	17.054
Pagamentos	(798)	(744)	-	(1.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	535.166	111.313	709.774	1.356.253
Atualização financeira	23.878	378	-	24.256
Pagamentos	(110.847)	(3.719)	(26.230)	(140.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	448.197	107.972	683.544	1.239.713

26 Contas a pagar por aquisição de investimento

As aquisições mencionadas na nota 1.1 geraram contas a pagar segundo os contratos firmados entre as partes. Os saldos a pagar estão detalhados a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Participação societária adquirida da empresa:		
Catarinense Engenharia Ambiental S.A (a)	-	2.750
Contraprestação - Cetrel S.A e controladas (b)	-	85.000
Contraprestação - Braskem S.A e controladas (c)	4.737	80.283
	4.737	168.033

Solvi Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Companhia em 16 de julho de 2024, adquiriu da Construtora Fortunato Ltda., a participação societária de 9% na Catarinense, sob o valor de venda de R\$7.000, dos quais R\$4.000 foram pagos à vista e o restante pagos em 16 de julho de 2025, da data de assinatura do instrumento de compra e venda, com valor corrigido pela variação acumulada do IPCA. (nota explicativa 1.1.a)
- (b) GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (“Nova GRI”) adquiriu da Braskem S.A (“Braskem”), ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Cetrel, representativas de 24,46% do capital social da Cetrel (“Ações Cetrel Alienadas”); pelo valor de R\$293.500, dos quais R\$208.500 foram pagos à vista e o valor restante corrigido de R\$95.050 foi pago pela Companhia em 30 de setembro de 2025. (nota explicativa 1.1.b)
- (c) Cetrel S.A. em 04 de dezembro de 2024 adquiriu da Braskem S.A (“Braskem”), ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Nova GRI, representativas de 49,1% do capital social da Nova GRI (“Ações Nova GRI Alienadas”); pelo valor de R\$85.813, dos quais R\$4.990 foram pagos à vista, R\$75.546 pago pela Cetrel em 26 de fevereiro de 2025. (nota explicativa 1.1.b)

27 Impostos taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS	-	-	22.211	26.545
PIS	6	21	8.566	12.794
Cofins	37	128	38.882	59.220
ICMS	-	-	4.303	2.854
IRRF	13	14	7.570	7.300
INSS Retido	32	32	9.005	4.551
ISS Retido	-	-	2.359	2.264
Parcelamentos fiscais(a)	-	20	3.310	1.101
IRPJ/CSLL	-	-	32.664	45.398
Outros	80	46	2.647	4.671
	168	261	131.517	166.698
Circulante	168	261	127.624	164.038
Não circulante	-	-	3.893	2.660

28 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas da Companhia possuem registrados ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. A composição desses diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2025	2024
Diferenças temporárias:		
Reavaliação de terreno de aterro	(2.778)	(2.862)
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (*)	(37.282)	(28.455)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	19.691	50.039
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.977	9.745
Provisões contingências	9.607	15.346
Prov. Transporte de chorume	4.818	3.460
Provisão de participações no resultado	7.535	5.034
Amortização de mais valia de ativos	(73.650)	(76.557)
Prejuízo fiscal acumulado	77.086	91.145
Mais valia de ativos	1.383	-
IFRS 16	897	6.516
Provisão para baixa em estoque	14	(162)
Benefícios pós emprego	3.241	1.780
Provisão conscientização população	312	312
Ajuste a Valor Presente	13.627	-
Provisão Processos Ambientais	217	300
Outros	18.396	1.924
Combinação de Negócios	(242.365)	(262.064)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(194.274)	(184.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (a)	153.215	180.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(347.489)	(365.077)

- (a) A administração projetou que a realização do ativo diferido sobre prejuízo fiscal irá ocorrer em até 8 anos.

(*) Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	92.143	88.402	508.433	394.375
Prejuízo antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	-	-	(8.694)	(1.229)
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(31.329)	(30.057)	(169.911)	(133.670)
Incentivos	24	-	11.513	5.101
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	32.298	36.358	9.394	4.533
Baixa de diferido sobre Prejuízo Fiscal - Ausência de expectativa de realização	424	(4.395)	(66.171)	(12.821)
Brindes/multas indedutíveis	-	-	(521)	(227)
Bônus/doações/patrocínios	-	-	(2.959)	(1.657)
Amortização de mais valia	-	86	-	86
Ajuste de inventário	-	-	(880)	(984)
Baixas de Créditos por Prescrição	-	-	(968)	-
Outras diferenças permanentes	3.979	(1.992)	(14.137)	(5.179)
Perda por inadimplência	-	-	-	(1.306)
Ganho ou Perda em investimentos	(390)	-	(390)	13.451
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	-	(6)	15.797	11
Diferencial de alíquota para empresas domiciliadas no exterior	-	-	-	1.348
Lucros disponibilizados no exterior	-	-	-	(5.061)
Não constituição de diferido - Ausência de expectativa de realização	(5.971)	-	(5.971)	(49.491)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(965)	(6)	(225.204)	(185.866)
Corrente	(965)	(6)	(241.734)	(184.203)
Diferido	-	-	(7.699)	(6.464)
Lucro de Exploração	-	-	24.229	4.801
Alíquota efetiva	1,05%	0,01%	44,29%	47,13%

29 Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$440.450, representado por 595.247.615 ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 28 de maio de 2024 e 21 de outubro de 2024 em decorrência da venda de ações entre acionistas da controlada Solvi EXC, houve a destinação a conta reserva de capital da Companhia em R\$24.070 e R\$3.679, respectivamente, refletindo o montante de R\$27.749.

Em 04 de dezembro de 2024 em decorrência do ganho na venda de participação acionária da controlada indireta GRI Gerenciamento para controlada indireta – para a Cetrel S.A, houve a destinação de R\$64.275 para reserva de capital da Companhia, referente a transação dentro do grupo econômico.

Em 28 de novembro de 2025 houve aumento no montante de R\$148, referente a reversão da provisão para indenização decorrente de contrato de venda de investida – vide nota explicativa 24.d.

Em 02 de outubro de 2025, a Companhia registrou um ganho na aquisição da participação acionária da Cetrel, controlada indireta da Plaind, referente a transação dentro do grupo econômico. Essa transação levou à destinação de R\$507 para a reserva de capital da Companhia.

Em 09 de dezembro de 2025 em decorrência da venda de ações entre acionistas da controlada Solvi EXC, houve a destinação a conta reserva de capital da Companhia o montante R\$799, a qual passou ser de R\$656.644.

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei 11.638/07.

d) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	91.178	88.396
Reserva legal - 5%	-	4.420
Base para distribuição mínima	91.178	83.976
% dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	22.795	20.994
Dividendos adicionais propostos	103.616	22.659
Dividendos distribuídos exercício corrente	126.411	43.653

e) Reserva de ágio

A reserva de ágio no valor de R\$4.491, foi constituída pelo reconhecimento do benefício fiscal anteriormente pertencente à Revita e incorporado pela CRVR em 30 de setembro de 2013 da qual a Solvi detém 70% da participação totalizando o valor de R\$3.143.

30 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de coleta e tratamento de resíduos	3.620.141	2.950.605
Receita com manufatura reversa	106.473	29.817
Receita com fornecimento de água tratada	250.898	61.222
Receita venda de biogás	25.891	2.126
Receita com venda de energia	84.680	89.579
Receita crédito de carbono	17.624	-
Outros serviços	12.649	6.745
Total receita bruta	4.118.356	3.140.094
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(178.641)	(147.972)
PIS	(71.790)	(55.030)
COFINS	(327.123)	(252.973)
ICMS	(26.624)	(8.633)
Total de deduções sobre vendas	(604.178)	(464.608)
Receita líquida	3.514.178	2.675.486
Mercados Geográficos		
Mercado interno (*)	3.983.437	3.044.009
Mercado externo (**)	134.919	96.085
Total da receita bruta	4.118.356	3.140.094
Época do reconhecimento da receita		
Bens e serviços transferidos em momento específico do tempo	4.118.356	3.140.094
Total receita bruta	4.118.356	3.140.094

(*) Mercado interno refere-se apenas a clientes localizados no Brasil.

(**) Mercado externo refere-se a clientes localizados na Alemanha, Argentina e Peru.

Não há clientes que representem individualmente mais de 10% da receita líquida do Grupo Solvi, exceto na controlada "LOGA", por se tratar de uma concessão classificada como ativo financeiro e com propósito específico, no qual o faturamento é realizado junto à ARSESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e representa 36% do total.

Solvi Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2025	2024
Salários e encargos	(786.832)	(651.183)
Aluguel	(195.562)	(165.837)
Depreciações	(333.269)	(228.755)
Materiais aplicados nos serviços	(341.321)	(295.004)
Serviços de terceiros (a)	(466.971)	(407.230)
Créditos fiscais (b)	73.661	82.158
Custo de bens reversíveis	-	(13.775)
Custo de sucata	(34.140)	(15.879)
Energia elétrica	(40.340)	(19.921)
Fechamento de aterro (c)	73.907	64.083
Licenças e taxas	(8.016)	(9.146)
Cessão de direito	(11.000)	(45.939)
Outros custos de produção	(107.422)	(90.608)
	(2.177.305)	(1.797.036)

- (a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a transporte de resíduos, serviços de incineração, destinações em aterros e serviços de coleta de resíduos.
- (b) As principais naturezas de créditos fiscais são referentes a PIS e COFINS sobre insumos.
- (c) Em 2025, a Companhia revisou o cálculo das provisões de Fechamento e Pós Fechamento dos Aterro, contemplando a inclusão de melhorias de processos e otimização de projetos de engenharia que resultaram em ganhos volumétricos e aumento da vida útil dos aterros, associa-se também a eficiência na gestão de chorume com implantação de tratamento primarizados e renovações contratuais.

32 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(63)	-	(17.907)	13.991
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	-	(2.332)	(3.850)
Patrocínios, brindes e doações	-	-	(7.834)	(1.702)
Propaganda e publicidade	(68)	-	(6.214)	(18.718)
Outros	(1)	-	(1.966)	(4.528)
	(132)	-	(36.253)	(14.807)

33 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração direta mão de obra	-	-	(120.183)	(105.342)
INSS	-	-	(20.737)	(15.155)
Benefícios	-	-	(23.092)	(16.029)
FGTS	-	-	(5.547)	(3.815)
Aluguéis	-	-	(4.884)	(3.472)
Depreciação	-	-	(15.308)	(5.929)
Materiais	-	-	(4.769)	(3.307)
Serviços de Terceiros (a)	(853)	(1.532)	(108.489)	(92.117)
Tributos, Seguros e Contribuições	(8)	(173)	(9.097)	(5.924)
Viagens e Estadias	(2)	-	(7.388)	(3.402)
Despesas serviços compartilhados	(155)	(167)	-	-
Outros	(4)	-	(9.036)	(6.409)
	(1.022)	(1.872)	(328.530)	(260.901)

- (a) Os valores de serviços de terceiros referem-se basicamente à contratação de serviços de consultorias administrativas e financeiras, honorários advocatícios e assessoria técnica.

Solvi Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de aluguel	-	-	70	2.035
Outras receitas (despesas) eventuais	7	(1.500)	(10.353)	(3.957)
Resultado de investimento (a)	-	942	(5.015)	82.364
Resultado na baixa e/ou venda de imobilizado (b)	-	-	7.254	232
Provisões para contingenciais	(226)	(688)	5.656	9.961
Despesas com contingenciais	(29)	(211)	(37.305)	(29.276)
Patrocínio e doações	-	-	(807)	(3.262)
Pis e Cofins sobre outras receitas	-	(322)	(1.222)	(5.469)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(639)	23.888
Baixa de Ágio Goodwill (c)	(1.148)	-	(7.797)	(6.812)
Provisão para incentivo de longo prazo (d)	(33.866)	-	(33.866)	-
	(35.262)	(1.779)	(84.024)	69.704

- (a) Em 2024 refere-se basicamente ao ganho na alienação através da troca de ações da GRI – Gerenciamento pela aquisição da participação do Grupo Cetrel em R\$56.492 e do ganho na remensuração da participação anteriormente detida na da Catarinense em R\$25.876 pela obtenção do controle (nota explicativa 1.1).
- (b) Refere-se basicamente ao ganho na venda do terreno da Anhanguera adquirido pela Solvi Essencis da Loga e posteriormente vendido a JBS no valor de R\$71.500 e o custo de venda de R\$29.236 com o resultado líquido de R\$42.264. Além dessa transação envolvendo da Anhanguera, ocorreu a baixa de ativo Imobilizado relacionado a processo de Dessorção Térmica (ERCM), no valor de R\$41.949.
- (c) Em 2025 refere-se a baixa do Ágio Goodwill na alienação do investimento da Emergenciall Emergencia no valor de R\$3.566, baixa do Ágio Goodwill Essencis Ecossistema R\$3.083; e baixa do Ágio Goodwill LOGA R\$6.812 em 2024.
- (d) Refere-se ao Plano de incentivo de longo prazo (ILP) à executivos (vide nota explicativa 24.f)

35 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas juros sobre contratos	3.817	3.626	6.434	6.042
Variação monetária ativa	6.064	3.336	29.434	38.821
Rendimentos sobre aplicações financeiras	26	37	68.921	43.486
Correção de depósitos judiciais	-	-	3.250	3.976
Juros recebidos e descontos obtidos	-	-	9.765	2.093
Outras receitas financeiras	256	-	10.757	4.394
Total receitas financeiras	10.163	6.999	128.561	98.812
Variação monetária passiva	(4.327)	(4.514)	(80.529)	(80.183)
Despesas bancárias	(82)	(49)	(15.352)	(9.303)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	-	(1.763)	(3.394)	(4.552)
Despesas com juros passivo de arrendamento	-	-	(13.234)	(6.042)
Despesas com multas e moras financeiras	-	(21)	(1.959)	(1.985)
Despesas com captação debentures	-	-	(18.821)	(6.479)
Tributos sobre movimentações financeiras	(487)	(40)	(27.120)	(12.245)
Juros sobre empréstimos, financiamento, debêntures e notas comerciais	-	(3.553)	(375.413)	(269.427)
Total despesas financeiras	(4.896)	(9.940)	(535.822)	(390.216)
Total	5.267	(2.941)	(407.261)	(291.404)

36 Cobertura de seguros

O Grupo Solvi adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nos contratos sob período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

As apólices contratadas pelo Grupo Solvi oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil. A cobertura de seguros da Companhia e do consolidado é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Seguro patrimonial	70.247	71.547	287.018	71.547
Responsabilidade civil geral	25.000	10.000	105.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000	60.000	30.000
	125.247	111.547	452.018	111.547

37 Contratos de concessão ou PPP

37.1 Ativo intangível

O Grupo Solvi reconhece um ativo intangível à medida em que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público, desta forma o Grupo Solvi registrou ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

	31 de dezembro de 2025		
	Battre	São Carlos	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:			
Aterro e infra em aterros	8.126	11.195	19.321
Infraestrutura em transbordos	2.888	-	2.888
Estações de tratam. e redes de distrib. de água:			
Terrenos e edificações e construção civil	12.595	1.273	13.868
Máquinas e equipamentos	9.007	1.066	10.073
Veículos e equipamentos	6.320	258	6.578
Ônus de Concessão	15.200	-	15.200
	54.136	13.792	67.928

	31 de dezembro de 2024		
	Battre	São Carlos	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:			
Aterro e infra em aterros	12.406	13.342	25.748
Infraestrutura em transbordos	2.888	-	2.888
Estações de tratam. e redes de distrib. de água:			
Terrenos e edificações e construção civil	12.486	1.334	13.820
Máquinas e equipamentos	1.085	1.107	2.192
Veículos e equipamentos	30	336	366
	28.895	16.119	45.014

Segue abaixo resultado das empresas com ativos intangíveis:

	Demonstrações do Resultado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Battre	São Carlos	Battre	São Carlos
Receita líquida	126.803	28.552	101.247	26.025
Custo dos serviços prestados	(92.717)	(26.426)	(82.698)	(25.875)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(6.738)	(1.504)	(9.328)	(1.280)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	27.348	622	9.221	(1.130)
Resultado financeiro	1.130	(1.514)	(1.358)	(969)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	28.478	(892)	7.863	(2.099)
Imposto de renda e contribuição social	(1.877)	(53)	(7.159)	365
Lucro (prejuízo) do exercício	26.601	(945)	704	(1.734)

Solvi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37.2 Ativo financeiro de concessão

O Grupo Solvi reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelo serviço de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento. Desta forma o Grupo Solvi registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Loga		
Edificações	941	537
Máquinas e equipamentos	34.555	2.902
Col. Mecanizada	14.905	-
	50.401	3.439

	Adiantamento a Cliente (TRANSBORDO)	Adiantamento a Cliente (URE)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Adição	4.832	39.905	44.737
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.832	39.905	44.737
Adição	3.865	31.924	35.789
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.697	71.829	80.526

Refere-se ao recebimento antecipado do contrato da Prefeitura Municipal de São Paulo com a Loga para investimentos em uma unidade de Transbordo e duas Unidades de Recuperação Energética (URE), abaixo início previsto das unidades;

- Transbordo – Início do investimento previsto para o ano de 2031;
- URE-1 e URE-2 - Início do investimento previsto para o ano 2027 e 2034, respectivamente.

Segue abaixo resultado da empresa com ativos financeiros de concessão:

	Demonstrações do Resultado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Loga		
Receita líquida	1.262.853	1.054.045
Custo dos serviços prestados	(727.761)	(633.054)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(73.828)	(85.369)
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	461.264	335.622
Resultado financeiro	(51.008)	(17.918)
Lucro antes dos impostos	410.256	317.704
Imposto de renda e contribuição social	(133.487)	(107.842)
Lucro do exercício	276.769	209.862

Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP	20 anos a partir de outubro de 2024	R\$ 1.478.652	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	Terrenos, estruturas e construções são reversíveis. Demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual.	Reforma do transbordo e Centra de triagem Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de ecoparque com diversas tecnologias; construção de usina de recuperação energética e renovação de frota de veículos.	Contrato renovado com Poder Concedente	A cada 4 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aditivo realizado em 29 de outubro de 2007 para revisão da tarifa e das e postergação dos investimentos. Em 26 de dezembro/2012 foi assinado o TCA, promovendo parcialmente o reequilíbrio do contrato. Em 13 de junho de 2024, a LOGA assinou o termo de renovação contratual estendendo por 20 anos o prazo contratual, a partir do vencimento original em outubro de 2024. O termo de aditamento trata também dos passivos contratuais apurados no fechamento do reequilíbrio do ciclo inicial.
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário Metropolitano Centro. Operação e manutenção da Estação de Transbordo	22º Aditivo ao Contrato de Concessão - Concorrência nº 004/1999, assinado em 24 de janeiro de 2025, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2024 prorrogando esse contrato por mais 20 (vinte) anos.	R\$ 147.532	Serão apurados anualmente mediante a previsão da utilização da variação do IPCA.	100% dos itens necessários para execução do contrato.	O contrato dará andamento aos serviços executados no aterro e no transbordo que já conta com a devida licença ambiental e executar os projetos de investimentos previstos para os 20 anos de contrato.	O Contrato de Concessão nº 001/1999 foi renovado por mais 20 anos a contar de 31 de dezembro de 2024..	Para o novo período de contrato foram reguladas apurações de receitas acessórias para valorização energética de biogás e recebimento de resíduos de outros municípios.	Durante a vigência dos 20 anos do contrato de concessão (até 29 de dezembro de 2019), foram assinados 22 aditivos e o último, o 22º, assinado em 24 de janeiro de 2025, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2024, referente a prorrogação do prazo do contrato por mais 20 (vinte) anos.
São Carlos Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos LTDA	Execução dos serviços de limpeza pública no município de São Carlos	O contrato será celebrado até a vigência de 20 anos, prorrogável por mais 10 anos a partir de 23 de agosto de 2010	R\$ 33.406	O valor contratado será ajustado a cada 12 meses contados da data da assinatura do contrato, pelo IPCA/IBGE	Os ativos reversíveis são de 100% dos itens necessários para execução do serviço escopo de concessão.	Coleta de resíduos sólidos domiciliares e resíduos de saúde e seu transporte até o local indicado pelo contratante.	A São Carlos apresentou em 28 de fevereiro de 2025 a modalidade segura garantia correspondente a 5% do valor anual do contrato para a garantia do contrato	Todos os bens relacionados na proposta vinculam-se a concessão. Os bens imóveis ao aterro adquirido para os fins deste contrato integram a concessão e converterão ao patrimônio municipal, após encerramento do resultado	Contrato de concessão nº 119/2010 mantido.

38 Lucro

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	91.178	88.396
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	595.248	595.248
Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,15	0,15
Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023	595.248	595.248
Efeito das ações emitidas no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024	-	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	595.248	595.248

39 Segmento operacionais

O Grupo Solvi aplicou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis conforme abaixo:

- Energia verde;
- Soluções industriais; e
- Tratamento de resíduos

Abaixo demonstração do resultado do exercício por segmento:

	Consolidado					
	2025					
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administradas a nível de Grupo Consolidado
Receitas						
Nacional	88.616	828.801	2.772.173	3.689.590	(310.331)	- 3.379.259
Internacional	-	-	134.919	134.919	-	- 134.919
Total Receita	88.616	828.801	2.907.092	3.824.509	(310.331)	- 3.514.178
Clientes externos						
Nacionais	87.653	818.332	2.473.274	3.379.259	-	- 3.379.259
Internacionais	-	-	134.919	134.919	-	- 134.919
Intersegmento	963	10.469	298.899	310.331	(310.331)	- -
	88.616	828.801	2.907.092	3.824.509	(310.331)	- 3.514.178
Outras receitas e despesas						
Custos Diretos e indiretos	(65.489)	(547.689)	(1.535.928)	(2.149.106)	301.329	- (1.847.777)
Despesas Administrativas	(2.365)	(87.582)	(272.564)	(362.511)	13.035	- (349.476)
Depreciações e amortizações	(12.847)	(76.572)	(255.416)	(344.835)	-	- (344.835)
Resultado financeiro	(1.393)	2.713	(33.168)	(31.848)	-	- (31.848)
Custos de empréstimos	-	-	-	-	52	(375.465) (375.413)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.219	(7.785)	(81.943)	(88.509)	4.485	- (84.024)
Participação nos lucros das coligadas	-	173	27.455	27.628	-	- 27.628
Imposto	-	-	-	-	-	(225.204) (225.204)
Lucro (prejuízo) do segmento	7.741	112.059	755.528	875.328	8.570	(600.669) 283.229

Solvi Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	2025					
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administradas a nível de Grupo Consolidado
Investimentos em coligadas	39.531	1.189	208.710	249.430	-	- 249.430
Despesas de capital	117.997	86.603	458.397	662.997	-	32.787 695.784

Receitas intersegmento são eliminadas no momento da consolidação e refletidas na coluna “Ajustes e eliminações”. Todos os demais ajustes e eliminações formam parte das conciliações detalhadas

	Consolidado					
	2024					
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administradas a nível de Grupo Consolidado
Receitas						
Nacional	78.268	344.325	2.390.523	2.813.116	(233.715)	- 2.579.401
Internacional	-	-	96.085	96.085	-	- 96.085
Total Receita	78.268	344.325	2.486.608	2.909.201	(233.715)	- 2.675.486
Clientes						
Nacional	77.614	337.236	2.164.551	2.579.401	-	- 2.579.401
Internacional	-	-	96.085	96.085	-	- 96.085
Intersegmento	654	7.089	225.972	233.715	(233.715)	- -
	78.268	344.325	2.486.608	2.909.201	(233.715)	- 2.675.486
Outras receitas e despesas						
Custos Diretos e indiretos	(52.679)	(250.030)	(1.491.208)	(1.793.917)	226.798	- (1.567.119)
Despesas Administrativas	(1.695)	(29.394)	(245.542)	(276.631)	6.852	- (269.779)
Depreciações e amortizações	(11.238)	(16.033)	(208.575)	(235.846)	-	- (235.846)
Resultado financeiro	2.457	(3.588)	(20.846)	(21.977)	-	- (21.977)
Custos de empréstimos	-	-	-	-	-	(269.427) (269.427)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.023)	12.956	67.517	76.450	(6.746)	- 69.704
Participação nos lucros das coligadas	-	76	13.257	13.333	-	- 13.333
Imposto	-	-	-	-	-	(185.866) (185.866)
Lucro (prejuízo) do segmento	11.090	58.312	601.211	670.613	(6.811)	(455.293) 208.509

	Consolidado					
	2024					
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administradas a nível de Grupo Consolidado
Investimentos em coligadas	15.642	1.144	229.394	246.180	-	- 246.180
Despesas de capital	81.235	1.518	1.841.386	1.924.139	-	- 1.924.139

Ajustes e eliminações

Receitas financeiras e custos financeiros, além de ganhos e perdas ao valor justo sobre ativos financeiros, não são alocados a segmentos individuais, uma vez que instrumentos relacionados são administrados de forma agrupada.

Tributos correntes e diferidos e determinados ativos e passivos financeiros não são alocados a esses segmentos, uma vez que também são administrados de forma agrupada.

Despesas de capital consistem em adições de imobilizado, ativos intangíveis e propriedades para investimento, incluindo ativos originados da aquisição de subsidiárias. Receitas intersegmento são eliminadas na consolidação.

Reconciliações do lucro, ativos e passivos

	Nota explicativa	2025	2024
Lucro do segmento		1.226.025	919.493
Receita financeiras	35	128.561	98.812
Despesas financeiras	35	(535.822)	(390.216)
Vendas intersegmento (eliminação)		(310.331)	(233.714)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro das operações em continuidade		508.433	394.375

40 Eventos subsequentes

- a) Em 12 de novembro de 2025, a Solvi Essencis Ambiental realizou a 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$400.000. As debêntures foram integralizadas em 26 de janeiro de 2026, tendo como Coordenadores o Banco Bradesco BBI S.A. e Itaú BBA Assessoria Financeira S.A e Banco Liquidante e Escriturador o Banco Bradesco S.A. A amortização será semestral, com início em 12 de novembro de 2030 e vencimento final em 12 de novembro de 2035.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 6ª emissão das debêntures serão destinados para reembolso de caixa do valor referente ao resgate antecipado, realizado em dezembro de 2025, da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da 2ª (segunda) emissão da Emissora, emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Solvi Essencis Ambiental S.A.”, celebrado em 24 de maio de 2022 (conforme aditado de tempos em tempos), cujos códigos de negociação dos ativos são SVEA12 e SVEA22.

A classificação de risco da Emissão é "brAA", atribuída pela Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda.

Foi prestada garantia fidejussória pela Solvi Participações, como principal pagadora e devedora solidária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando R\$400.000.

O índice financeiro pactuado: a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA $\leq 3,5x$ apurado anualmente pela Emissora com base nas suas Demonstrações Financeiras Pró-Forma.

- b) Em 18 de dezembro de 2025, a “Cetrel”, através de sua subsidiária indireta Emergenciall celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da CTA Engenharia e Treinamentos Ltda. e da CTA Group Ltda. (em conjunto, “Empresas Adquiridas”), sociedades atuantes no segmento de Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e Treinamentos de qualificação para trabalhadores em segurança do trabalho.

A operação foi concluída em 27 de fevereiro de 2026 (“data de fechamento”), após o cumprimento das condições precedentes previstas contratualmente, incluindo (i) comprovação de que os proeminentes vendedores não possuem impedimentos tanto na data de assinatura quanto na data de fechamento da operação, (ii) comprovação do cumprimento de todas as obrigações por parte dos vendedores na data do contrato e de fechamento, (iii) comprovação das cessões contratuais necessárias, quitações e transferências necessárias e (iv) ausência de efeitos adversos relevantes até a data de fechamento.

O valor base (“enterprise value”) da transação foi de R\$21.500, sujeito a ajustes usuais com base na dívida líquida apurada na data de fechamento.

A Administração entende que a aquisição está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia, ampliando sua presença no mercado resposta a emergência, agregando portfólio complementar de serviços, clientes e capturando sinergias operacionais estimadas, com incremento de receitas de R\$ 15.000 / ano a partir do 1º ano de integração, além da inclusão no portfólio de dois campos de treinamento.

Considerando que a transação foi concluída após 31 de dezembro de 2025, data-base das presentes demonstrações financeiras, seus efeitos patrimoniais e de resultado não estão refletidos nestas demonstrações financeiras, caracterizando-se como evento subsequente que não origina ajuste, nos termos do CPC 24 – Eventos Subsequentes.

A Companhia encontra-se em processo de elaboração da alocação preliminar do preço de compra (“Purchase Price Allocation” – PPA), conforme requerido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, incluindo a identificação e mensuração a valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Com base em avaliações preliminares, a Administração estima que parcela relevante do preço pago será alocada a ativos intangíveis identificáveis, tais como carteira de clientes, tecnologia desenvolvida e marcas, bem como ao reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), o qual estará substancialmente relacionado às sinergias esperadas e à força de trabalho especializada das Empresas Adquiridas.